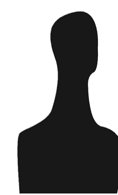
QUINTA-FEIRA
24 de abril de 2025
Ano 52, Nº 17.015
www.jornaldebrasilia.com.br
Assinaturas: 0800-612221

R$ 1

Jornal de Brasília



ESCÂNDALO

Golpe bilionário contra aposentados

Investigação da Polícia Federal identificou esquema de descontos fraudulentos feitos por associações nas aposentadorias e pensões de beneficiários de todo o país. Montante do roubo chega a R$ 6,3 bilhões. Presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, foi demitido por Lula. ›17

TIZIANA FABI / AFP



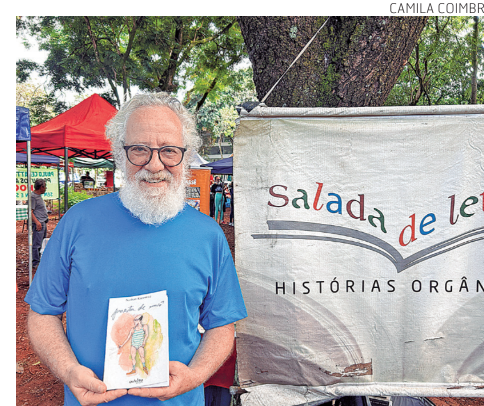
Filas imensas para ver o papa

Na Basílica de São Pedro, em Roma, milhares de fiéis contam as horas para dar adeus a Francisco. Vaticano deve ampliar os horários de visitação do público. ›18

Cerca de 3 mil vagas em novo Enem dos concursos

Ministra da Gestão e Inovação, Esther Dweck, anunciou que inscrições para o CNU 2025 deverão começar em junho ›19

CAMILA COIMBRA



Salada de Letras incentiva literatura

Desde 2021, Nathan Kacowicz percorre feiras do DF com o projeto itinerante ›13

Sortudos têm até dia 12 para o resgate do Nota Legal ›2

Eufrázio



COMUNICAÇÃO URBANA

Plataforma inovadora

Empresa criou sistema que permite novas formas de interação entre marcas e clientes

AMANDA KAROLYNE
redacao@grupojbr.com

AMANDA KAROLYNE/JORNAL DE BRASÍLIA



Segundo Marcelo, o mercado de entretenimento precisa de divulgação. "Seja pra vender ingresso ou formar opinião".

A Upiano acaba de lançar uma plataforma digital inovadora que promete transformar a comunicação urbana. Comemorando mais de 40 anos de atuação nos setores de entretenimento e mídia de rua, a empresa criou a plataforma "UAki", que permite a contratação de painéis de LED para veicular mensagens de pequenos negócios e até anúncios pessoais de forma prática e online, com opções de pagamento flexíveis, tudo ao alcance de um clique.

Com mais de 40 anos de experiência, a Upiano surgiu da fusão de duas empresas que atuavam no entretenimento e no segmento de comunicação urbana de forma complementar. Dessa união nasceu a Upiano Entretenimento e DOOH (Digital Out of Home), consolidando um novo momento para a marca, agora voltada à convergência entre mídia digital externa e experiências culturais. "O que antes era apenas OOH (Out of Home), hoje é Digital Out Of Home (DOOH) e isso muda tudo", explica Marcelo Piano, responsável pela empresa. Essa transformação se materializa na integração entre os painéis de LED espalhados pela cidade e as ações realizadas no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, com projeções internas, ativações de marca e novas formas de engajamento com o público.

A proposta, segundo Marcelo, é ampliar o alcance das marcas ao mesmo tempo em que se oferece uma experiência completa para o espectador, que pode receber cupons de desconto, QR Codes com acesso a promoções, reservas de restaurantes, passagens ou até experiências em resorts. Ele acredita que a Upiano DOOH é justamente a ferramenta que torna essa difusão possível. Marcelo ressalta que a mídia de rua, especialmente em forma de painéis digitais, é um poderoso recurso para construir plateias e formar opiniões. "Essa mídia de rua é extremamente poderosa hoje em dia", afirma. Ele explica que, com a convergência das duas empresas, o objetivo é criar soluções mais integradas para o mercado.

Praticidade

Uma dessas soluções, segundo ele, é a possibilidade de contratar espaços publicitários de forma totalmente digital e acessível. "Através de um portal que criamos, chamado UAki, é possível visualizar e contratar um painel de LED, escolher o período de veiculação, que pode variar de um dia a seis meses, e pagar via cartão de crédito, até parcelado", detalha. Esse enfoque mais acessível também se estende à esfera pessoal, permitindo que qualquer pessoa possa anunciar de maneira simples e econômica a plataforma.

Para Marcelo, a internet, através dessa plataforma, oferece soluções práticas e de baixo custo, democratizando ainda mais o poder da comunicação. "Essa é uma das principais novidades que estamos trazendo", afirma.

O empresário destaca que a mídia digital, atualmente, tem um grande poder, permitindo que a comunicação seja feita de forma rápida e sem a necessidade de produção de grandes peças publicitárias. "Você consegue mandar para o ar a comunicação e fazer ajustes sem custo nenhum. Com um simples toque, você troca a arte", explica.

Segundo ele, isso representa uma grande vantagem da mídia digital dos smartphones, que possibilita a veiculação de informações vistas nas plataformas como Instagram e Facebook diretamente nas ruas. "O UAki já está no ar e é muito simples de usar", avisa Marcelo. "É só acessar o site *uaki.com.br*, escolher o ponto de LED onde quer anunciar, selecionar a arte, montar a grade de veiculação e pagar", salienta.

De acordo com Marcelo, os painéis estão instalados em locais estratégicos: nos dois lados do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, além dos pontos da beira do lago, em frente ao Gilberto Salomão e na EPTG.

Conexão

Marcelo explica que a plataforma UAki está diretamente conectada aos eventos realizados pela Upiano, criando uma proposta integrada de comunicação para marcas interessadas em alcançar o público de forma ampla. "Vou dar um exemplo: você é um anunciante e quer criar um link de relacionamento com sua marca", afirma.

A proposta da Upiano com o UAki vai além da exibição em painéis de LED: ela se integra diretamente à programação de eventos culturais no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, criando uma conexão entre experiências presenciais e visibilidade urbana. "Você apresenta o seu produto para o público que está dentro do auditório, com ações como degustações, cupons de venda, descontos, QR Codes e etc e depois leva esse conteúdo para fora, para os nossos painéis digitais espalhados pela cidade".

Entre os destaques da programação de 2025 do Centro de Convenções estão os shows de Roberto Carlos, Lulu Santos, Almir Sater com Renato Teixeira e uma apresentação de Ney Matogrosso. Ainda haverá uma performance da cantora Alcione. "Essa é a história: trazer o poder do conteúdo artístico e dar a ele uma assinatura patrocinada, aderindo a marca do cliente ao espetáculo", afirma.

NOTA LEGAL

Muita gente esqueceu de resgatar

Ainda restam 3.844 bilhetes premiados do segundo sorteio de 2024 do Nota Legal, cujos contribuintes contemplados não indicaram suas contas bancárias para o recebimento dos prêmios. O valor total a ser resgatado é de R$ 431,2 mil, segundo dados da Secretaria de Economia do Distrito Federal (Seec-DF).

A maior quantidade de bilhetes pendentes é de moradores do Plano Piloto, com 770 prêmios, que somam mais de R$ 85,3 mil. Em seguida, está Taguatinga, com 290 tíquetes premiados, totalizando R$ 34,7 mil. Já o Sudoeste/Octogonal concentra 209 bilhetes, correspondentes a R$ 33,3 mil. Há ainda 355 cupons sem região administrativa identificada, que acumulam R$ 36,4 mil em prêmios. "Estamos reforçando o alerta para que as pessoas verifiquem se foram sorteadas e façam a indicação antes do dia 12 de maio, que é o prazo limite para informar a conta bancária", alerta o secretário de Economia, Ney Ferraz.

Entre os prêmios não resgatados há premiações de até R$ 10 mil. "Identificamos também contribuintes que não resgataram R$ 5 mil, R$ 1 mil, R$ 200 e R$ 100", detalha a coordenadora de Cadastro, Escrituração e Documentos Fiscais Digitais da Seec, Giovanna Botelho.

Prêmio de R$ 1 milhão

O primeiro sorteio de 2025 do Nota Legal está previsto para 21 de maio. Serão 12.600 tíquetes premiados, que somarão R$ 3,5 milhões em prêmios. Pela primeira vez, o principal será de R$ 1 milhão — anteriormente, o valor era de R$ 500 mil. Para participar deste sorteio, é necessário estar habilitado conforme as regras do programa. Os bilhetes do primeiro sorteio do ano estarão disponíveis para consulta a partir do dia 7 de maio. Por meio dessa verificação, os contribuintes poderão conferir quais bilhetes foram gerados a partir de suas notas fiscais.

Jornal de Brasília

Fundado em 10 de dezembro de 1972
Editora JORNAL DE BRASÍLIA Ltda.
CNPJ - 08.337.317/0001-20
TELEFONE GERAL: (61) 3343-8000
ENDEREÇO: SIG/Sul - Qd. 01 - Lote 765
Brasília - DF - CEP.: 70.610-410

Instituto Verificador de Comunicação IVC

Preço da assinatura (DF e GO):
ANUAL: R$ 260,00 – **SEMESTRAL:** R$ 135,00
Vendas avulsas (DF e GO): R$ 1,00
Vendas avulsas (Outros Estados): R$ 3,00

Classificados: (61) 99637-6993
Sucursal São Paulo: (11) 5097-6777
Dep. Comercial: (61) 3343-8180
Sucursal Rio de Janeiro: (21) 3459-8848

Atendimento ao leitor: (61) 3343-8012 e 3343-8134
Atendimento ao assinante: (61) 3253-9257 e 3254-3947

EDITOR CHEFE - IMPRESSO
Ricardo Nobre (ricardo.nobre@grupojbr.com)

EDITOR CHEFE - ON LINE
Lindauro Gomes (lindauro.gomes@grupojbr.com)

Telefones: (61) 3343-8000 e 3343-8100
E-mail: redacao@grupojbr.com

EDITORES
Ivana Antunes (ivana.antunes@grupojbr.com)
Laezia Bezerra (laezia.bezerra@grupojbr.com)
Thatyane Nardelli (thatyane.nardelli@grupojbr.com)
Thiago Morais (thiago.morais@grupojbr.com)
Vítor Mendonça (vitor.mendonca@grupojbr.com)

A Editora Jornal de Brasília Ltda. não comercializa diretamente os exemplares do jornal ao público, fazendo-o unicamente por meio de bancas de jornais devidamente credenciadas e com a empresa juridicamente constituída que, por sua vez, revendem os exemplares por meio de vendedores avulsos, com idade acima de 16 anos, conforme norma legal vigente, por ela diretamente contratados. As assinaturas são vendidas diretamente na sede social da empresa ou por intermédio das pessoas físicas ou jurídicas para isso autorizadas.

CEILÂNDIA E SOL NASCENTE

GDF anuncia obras emergenciais

Projetos de drenagem urbana para resolver transtornos causados pelos alagamentos

CAMILA COIMBRA
CAROLINA FREITAS
redacao@grupojbr.com

CAROLINA FREITAS/JORNAL DE BRASIÍLIA



Após os alagamentos,Ibaneis anuncia pacote de obras para conter os problemas de drenagem

Após os alagamentos provocados pelas fortes chuvas que atingiram o Distrito Federal nessa terça-feira, o Governo do DF afirmou estar colocando em prática medidas estruturais para conter os problemas recorrentes de drenagem, especialmente em áreas como Ceilândia e Sol Nascente. Entre as iniciativas, estão projetos de infraestrutura urbana em andamento, como o Drenar Ceilândia e o Drenar Taguatinga, além de um novo empreendimento orçado em R$ 11 milhões, com início previsto para maio, que pretende solucionar os pontos mais críticos da região em até oito meses.

O governador Ibaneis Rocha comentou que a precipitação intensa foi uma "tromba d'água" que durou menos de 30 minutos, mas suficiente para causar transtornos, inclusive no sistema metroviário, que operava com restrições na manhã seguinte. "Era uma área que já tínhamos detectado que precisava de drenagem. Mandamos elaborar um projeto no fim do ano passado, que ficou pronto agora. Ele vai para licitação no início de maio", declarou Ibaneis durante agenda no Lago Sul. Segundo o GDF, cerca de 75% das obras de infraestrutura do Sol Nascente já foram executadas, e os locais afetados são justamente os que ainda aguardam finalização.

A Administração Regional de Ceilândia informou que enviou equipes técnicas para vistoriar as áreas atingidas logo após o temporal. "Uma força-tarefa da administração regional, juntamente com os órgãos apoiadores do GDF, está atuando na limpeza e reconstrução dos pontos críticos", disse o órgão em nota. Segundo a administração, as emergências foram atendidas pelas pastas responsáveis e o objetivo é minimizar o impacto para os moradores.

REPRODUÇÃO



Ceilândia e Sol Nascente foram as mais atingidas com a chuva

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) afirmou que o alto volume de água em curto período provocou uma sobrecarga no sistema de drenagem urbana.

Já a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) afirmou que o alto volume de água em curto período provocou uma sobrecarga no sistema de drenagem urbana. No entanto, segundo a secretaria, o escoamento aconteceu de forma rápida após a chuva cessar, o que comprovaria o funcionamento adequado das redes já instaladas. A Seduh ressaltou ainda que os projetos de drenagem em andamento irão aumentar a capacidade de escoamento das águas pluviais e reforçar o sistema nas regiões mais afetadas.

Apesar dos anúncios, a população e representantes políticos criticam a demora na conclusão das obras. Para o deputado distrital Max Maciel, os alagamentos são resultado da negligência do Estado. "Mais uma vez, Ceilândia foi duramente atingida por fortes chuvas, e mais uma vez o GDF falha em proteger a população. As imagens são consequência direta da negligência do Estado, que insiste em ignorar a crise climática e suas implicações para as periferias do DF", afirmou.

O parlamentar chamou atenção para o andamento lento do Projeto Drenar Ceilândia, que possui três frentes, mas apenas uma está em execução. "Encaminhamos ofício à bancada federal do DF solicitando R$ 400 milhões para garantir a execução completa do projeto. Precisamos de soluções urbanísticas que respeitem o curso da água, com áreas verdes e menos solo impermeável", disse.

Moradores da região relatam os transtornos vivenciados com o temporal. A estudante Lia do Nascimento Dias Alvarenga de Melo, de 24 anos, ficou presa por causa da enxurrada. "Ficamos presos no local, além da chuva, estava ventando muito. Quando conseguimos entrar no carro, já estava tudo alagado. Esperamos cerca de 20 minutos até a água baixar um pouco, mas mesmo assim pegamos muito trânsito e tivemos que dar uma volta enorme para buscar meu primo na escola", contou.

Rafaella Guedes, também de 24 anos, estava em um ônibus quando a chuva começou. "Tinha uma árvore caída e a via estava completamente alagada. O ônibus precisou ir devagar, e mesmo assim desci em uma parada e fiquei ilhada por mais de meia hora. Resolvi ir a pé, mesmo com água até os joelhos. Sempre que chove, alaga tudo", lamentou.

Enquanto o GDF projeta novas soluções e reforça ações em curso, a população segue cobrando resultados práticos e imediatos. A cada novo temporal, o cenário se repete: ruas intransitáveis, casas invadidas pela água e prejuízos que atingem principalmente quem vive nas periferias do DF.

Pacote de drenagem pluvial para o Lago Sul

O governador Ibaneis Rocha assinou, nessa quarta-feira, ordem de serviço para implantação de drenagem pluvial nas QI 28, QL 28 e Avenida das Copaíbas, do Lago Sul. Na ocasião, também foi entregue, pelo Governo do Distrito Federal (GDF), a obra de drenagem da QL 14 da região.

Apenas na obra da QL 14, o GDF investiu R$21,2 milhões. No local, foram implantados 600 mm a 1500 mm de redes, túnel liner, dissipador e recuperação asfáltica. O novo serviço, na QI 28, QL 28 e Avenida das Copaíbas, custará R$ 13,2 milhões. Nas quadras serão implantadas 500 mm a 1750 mm de redes, túnel liner, plantío de grama, recomposição de calçadas e asfalto, além de Unidades de Qualidades de Água (UQAs) - que funcionam como mini bacias de contenção da água das chuvas.

A previsão é que a obra seja entregue em 240 dias (oito meses). Conforme informações da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), os serviços foram objeto de demandas advindas dos moradores da QI e QL 28, representados pela Associação dos Moradores da SHIS QI e QL 28, intitulada Amor 28. A região concentra trechos de considerável declividade, o que contribui com o assoreamento do Lago Paranoá. No período chuvoso os moradores sofrem com recorrentes alagamentos que geram prejuízos de ordem financeira e ambiental.

"Nós tínhamos dois problemas graves de drenagem no Lago Sul, um na QL 14 perto da delegacia onde todos os anos tinham enchentes graves e na QI e QL 28. Esses dois problemas serão sanados até o final do nosso governo. Queremos entregar essa obra rápido visto que é uma obra que exige poucas intervenções de trânsito, ela será feita de forma subterrânea e com isso acabamos com os dois problemas que tinham de enchentes no Lago Sul", destacou Ibaneis.

O governador ressaltou que as obras de drenagem são essenciais para a qualidade de vida da população do DF. "Vamos ampliar essas drenagens, principalmente nas áreas mais carentes porque quando um alagamento ocorre nessas áreas as pessoas mais carentes elas acabam perdendo o pouco que conquistaram", afirmou. Segundo o governador, o Lago Sul também terá toda iluminação pública trocada por LED até o final do ano.

O presidente da Novacap, Fernando Leite, salientou que a obra de drenagem na QI e QL 28 do Lago Sul inicia imediatamente. "Estamos resolvendo um problema seríssimo, somente quem mora nesta região ou já passou por aqui sabe a intensidade das enchentes. É uma região com um declive acentuado, que desce uma enxurrada. Estamos corrigindo um antigo problema que teve uma demanda insistente da população", disse.

Rubens Santoro Neto, administrador regional do Lago Sul, frisou que as obras resolvem problemas antigos dos moradores. "Chegamos em janeiro de 2019 no GDF e eu no Lago Sul, e a situação que encontramos foi de bocas de lobo escondidas debaixo do chão, que não tinha projeto, não sabíamos do que se tratava. Parte do Lago Sul estava sem projeto de captação de água pluvial, não tinha nada de captação e a grande parte da tubulação era insuficiente para o volume de águas das chuvas", ressaltou.

COMPRA DO BANCO MASTER PELO BRB

Justiça nega suspensão

Segundo juiz, o pedido possui relevância, mas não há provas contundentes que justifiquem a paralisação do processo de aquisição

SUZANO ALMEIDA
redacao@grupojbr.com

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT) negou uma ação popular do Sindicato dos Bancários de Brasília que pedia a suspensão dos efeitos da compra do Banco Master pelo Banco de Brasília (BRB). De acordo com o juiz Júlio Roberto dos Reis, a decisão foi tomada após a análise dos argumentos apresentados pelas partes e a verificação da falta de prova robusta e idônea que comprove a probabilidade do direito invocado.

O juiz entendeu que os fundamentos apresentados pela parte autora são relevantes, mas não estão amparados em provas que permitam chegar a uma alta probabilidade do direito invocado. Além disso, o magistrado considerou que o ato de incorporação de instituições bancárias é complexo e demanda prazo razoável para que seja autorizado pelo Poder Público e concluído.

O juiz também destacou, em sua decisão de terça-feira, que há séria controvérsia sobre a competência do juízo residual cível, de modo que antes da presença do Distrito Federal na demanda não cabe a suspensão liminar do ato dito lesivo impugnado.

O juiz determinou, ainda, que a petição inicial carece de reparos, notadamente quanto à presença do Distrito Federal na demanda. O sindicato terá prazo de 15 dias para realizar as correções. Além disso, o juiz determinou que seja dada ciência da demanda ao Distrito Federal e ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

O juiz também destacou que, instruído o feito, a medida antecipatória poderá ser reavaliada, após manifestação do Distrito Federal e demais instâncias competentes. A decisão final sobre a compra do Banco Master pelo BRB ainda não foi tomada e dependerá do resultado da Ação Popular.

PAULO H. CARVALHO/AGÊNCIA BRASÍLIA



O BRB apresentou ao Banco Central a intenção de adquirir 58% das ações ordinárias do Banco Master, pelo montante de R$ 2 bilhões.

Compra

O BRB apresentou ao Banco Central a intenção de adquirir 58% das ações ordinárias do Banco Master, pelo montante de R$ 2 bilhões. O negócio vem sendo questionado pela oposição na Câmara Legislativa que, juntamente com a base governista, há algumas semanas, ouviu o presidente do Banco de Brasília por cerca de quatro horas.

Na oportunidade, Paulo Henrique Costa negou irregularidades na compra ou, ainda, que estaria comprando dívidas futuras do Master. Ele ressaltou que a instituição financeira não pretende ter o controle majoritário do banco privado, uma vez que tal medida poderia ser considerada pelo mercado financeiro como uma estatização.

Outro ponto levantado é a de que os mesmos R$ 2 bilhões que serão investidos pelo BRB para a compra do Master terão que ser reinvestidos pela instituição privada, o que, em teoria ficaria "elas por elas", nas palavras de um governista.

A análise do Banco Central, assim como as demais instituições envolvidas, pode levar até 360 dias para ser concluída.

ONCO VIDA INSTITUTO ESPECIALIZADO DE ONCOLOGIA S.A.

CNPJ: 01.682.668/0001-29

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

ATIVO	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	18.300	3.276
Contas a receber de clientes	40.420	32.858
Estoques	436	664
Impostos a recuperar	7.872	4.766
Dividendos a receber	2.091	790
Outros ativos	2.300	3.432
Total do ativo circulante	**71.419**	**45.786**
NÃO CIRCULANTE		
Impostos diferidos	5.358	7.098
Investimentos	23.675	12.999
Outros ativos	341	367
Deposito Judicial	917	-
Imobilizado	10.639	11.792
Intangível	426	552
Direito de Uso de Ativos Arrendados	5.273	4.906
Total do ativo não circulante	**46.629**	**37.714**
TOTAL DO ATIVO	**118.048**	**83.500**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE		
Fornecedores	21.305	13.310
Obrigações sociais	839	455
Obrigações tributárias	7.902	4.051
Dividendos a pagar	6.166	2.841
Partes Relacionadas	227	-
Passivos Arrendados	973	682
Outros Passivos	136	-
Total do passivo circulante	**37.548**	**21.339**
NÃO CIRCULANTE		
Obrigações tributárias	395	-
Débitos com partes relacionadas	42.575	29.036
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.492	5.192
Passivos Arrendados	5.097	4.902
Total do passivo não circulante	**50.559**	**39.130**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	16.415	2.272
Reserva de lucros	13.797	13.566
Reserva de capital	6.956	6.956
Transações com acionistas	(7.227)	237
Total do Patrimônio Líquido	**29.941**	**23.031**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**118.048**	**83.500**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA LÍQUIDA	**110.249**	**93.629**
Custo dos serviços prestados	(74.057)	(65.984)
LUCRO BRUTO	**36.192**	**27.645**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas administrativas	(18.861)	(15.058)
Outras receitas (despesas) operacionais	(6)	(3.245)
Resultado de equivalência patrimonial	5.456	4.039
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**22.781**	**13.381**
Receitas financeiras	488	646
Despesas financeiras	(4.720)	(4.184)
RESULTADO FINANCEIRO	**(4.232)**	**(3.538)**
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**18.549**	**9.843**
Correntes	(2.810)	(2.059)
Diferidos	(1.741)	142
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**13.998**	**7.926**

DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	13.998	7.926
Outros resultados abrangentes	-	237
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	**13.998**	**8.163**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

				Reservas de Lucros			
	Capital social	Transações com acionistas	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**2.272**	**-**	**-**	**454**	**5.498**	**237**	**8.461**
Resultado do exercício	-	-	-	-	7.926	-	7.926
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(1.882)	-	(1.882)
Constituição reserva legal	-	-	-	397	(397)	-	-
Ágio na incorporação	-	-	6.957	-	1.570	-	8.527
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**2.272**	**-**	**6.957**	**851**	**12.715**	**237**	**23.031**
Integralização de Capital	14.143	-	-	-	(10.442)	-	3.701
Resultado do exercício	-	-	-	-	13.998	-	13.998
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(3.325)	-	(3.325)
Constituição reserva legal	-	-	-	700	(700)	-	-
Ágio em aquisições	-	(7.464)	-	-	-	-	(7.464)
Transferencia	-	237	-	-	-	(237)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	**16.415**	**(7.227)**	**6.957**	**1.551**	**12.246**	**-**	**29.941**

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais - R$)

	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	13.998	7.926
Ajustes para reconciliar olucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	2.571	12.719
Provisões para perda de liquidação duvidosa e glosas	1.569	4.517
Juros com arrendamento mercantil	430	(217)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	-	-
Equivalência patrimonial	(5.456)	4.039
Ajuste a valor recuperável de ativos	(11.250)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.740	(7.098)
Baixa de investimento na alienação	-	-
	3.602	**21.886**
Variação nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(9.131)	(12.457)
Estoques	228	2.173
Impostos a recuperar	(3.106)	89
Outros ativos	241	(2.581)
Fornecedores	7.995	(6.261)
Salários e encargos	384	(89)
Tributos a pagar	4.239	(398)
Outros passivos	144	(3.662)
Caixa gerado pelas operações	**4.596**	**(1.300)**
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(160)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**4.596**	**(1.460)**
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(160)	(11.265)
Passivos arrendados	55	(432)
Aumento de capital	(2.700)	(2.946)
Dividendos recebidos	-	39
Contas a pagar por aquisição de controladas	11.250	-
Outras atividades de investimento	(6.143)	8.527
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**2.302**	**(6.077)**
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de arrendamento mercantil	(1.499)	-
Partes relacionadas	6.300	(5.530)
Pagamento de dividendos	3.325	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.499
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**8.126**	**(4.031)**
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**15.024**	**(11.568)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.276	14.844
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	18.300	3.276
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**15.024**	**(11.568)**

EXTRATO DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES DAS NOTAS EXPLICATIVAS

ONCO VIDA INSTITUTO ESPECIALIZADO DE ONCOLOGIA S.A ("Companhia"). Sociedade localizada na cidade de Salvador, BA, que atua na área de Oncologia Clínica. A controladora final da Companhia é a Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos S.A. Esta última é representada pelo fundo Josephina Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Josephina") e o Josephina II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Josephina II").

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações e estão sendo divulgadas de forma completas neste jornal, no site https://jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal/

DIRETORIA
Cristiano Affonso Ferreira de Camargo
Raoni Samico Cavalcanti Porto Larena

CONTADORA
Larissa Aparecida Guimarães Januário - MG-117360/O-4

Edição impressa produzida pelo **Jornal de Brasília** com circulação diária em bancas e assinantes.

As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no endereço eletônico: **https://jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal**

A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.







MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Mensagem do Diretor-Presidente

O ano de 2024 foi marcado por avanços significativos para o Grupo ENBPar, responsável por comercializar os serviços de eletricidade da Itaipu Binacional e gerir os Programas de Governo (Procel – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica, Proinfa – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e o Programa LPT – Luz Para Todos), além dos recursos da Reserva Global de Reversão – RGR e o conjunto de Bens da União Sob Administração – BUSA.

A Itaipu, em 2024, comemorou 50 anos de fundação e 40 anos de produção ininterrupta de energia, alcançando a marca de 3 bilhões de MWh (produção desde maio de 1984, quando entrou em operação a primeira unidade geradora), consolidando-se como a maior geradora de energia limpa e renovável do planeta, rendendo reconhecimento internacional e entrada para o Livro dos Recordes (Guinness World Records).

Com essa geração acumulada seria possível abastecer com energia o mundo inteiro por 43 dias e 17 horas; o Brasil por 4 anos, 8 meses e 14 dias; o Paraguai por 137 anos, 7 meses e 10 dias; o Estado de São Paulo por 22 anos e 4 dias; 670 cidades do porte de Curitiba por um ano; e mais de 5.158 cidades do porte de Foz do Iguaçu também por um ano.

Já a Eletronuclear produziu, por meio das Usinas de Angra 1 e 2, 14.486.890,4 MWh de energia líquida em 2024. Além disso, a Autorização de Operação de Longo Prazo (AOLP - LTO) para Angra 1 foi concedida pela Comissão Nacional de Energia Nuclear, estendendo sua licença de operação por mais 20 anos, até 2044.

A Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB, por outro lado, registrou a maior produção de urânio enriquecido desde a sua entrada em operação, avançou nos estudos para aumento da produção em Caetité/Bahia, obteve o aceite do Estudo de Impacto Ambiental em relação ao Projeto Santa Quitéria no estado do Ceará, com previsão de realização de audiências públicas no primeiro trimestre de 2025, e a Licença de Operação (LO) para Unidade em Descomissionamento de Caldas.

No que diz respeito ao Programa Luz para Todos, assumido pela ENBPar em junho de 2024. Apesar do recebimento já no final do primeiro semestre, os esforços empreendidos superaram o cumprimento da meta inicialmente acordada com o Ministério de Minas e Energia e prevista no Novo Programa de Aceleração do Crescimento (51.078 ligações) atingindo o número de 60.179 ligações e atendendo cerca de 240 mil pessoas.

No que diz respeito ao Procel, desde a assunção da gestão, a ENBPar é a responsável pelo ajuste e celebração de 14 instrumentos jurídicos, tendo somente no ano de 2024 firmado 6 novos convênios e 2 Termos de Cooperação Técnica. A dedicação da Companhia resultou no lançamento de 2 chamadas públicas e 7 novos projetos, com destaque para projetos como o de sistemas de ar comprimido para a indústria, que visam beneficiar até 170 empresas, e o “Energia Zero”, voltado a projetos de retrofit para transformar prédios públicos em edificações com maior eficiência enérgica, podendo reduzir o seu consumo energético em até 10%.

No aspecto de Governança, avançamos nas iniciativas prioritárias do Grupo ENBPar, fechando o ano de 2024 com um balanço positivo e com a certeza de que a Companhia trilhará o sucesso em suas estratégias de curto, médio e longo prazos. Amadurecemos e aprimoramos a metodologia e as ferramentas de monitoramento para obter o êxito em todos os projetos.

A ENBPar foi pioneira na celebração do Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, visando ao fortalecimento das estruturas e da governança do Grupo, em especial na modelagem de negócios da INB, a reestruturação da Eletronuclear e o aprimoramento institucional da ENBPar.

Encerramos este ciclo com a certeza de que estamos no caminho certo para um futuro ainda mais promissor, sempre visando ao propósito de ser reconhecida como empresa de referência na condução de negócios nucleares e em energia limpa e na gestão dos Programas de Governo.

Iniciamos o ano de 2025 renovando o nosso compromisso com o fortalecimento e a integração estratégica das Empresas do Grupo e na busca constante pela sustentabilidade, visando liderar a transição para um futuro com energia limpa, comprometida com a universalização de energia, eficiência energética e as boas práticas Ambientais, Sociais e de Governança.

O Papel da ENBPar

A Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar) foi criada por meio do Decreto nº 10.791, de 10 de setembro de 2021, no âmbito do processo de desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, para manter sob seu controle, empresas, instalações e participações detidas ou gerenciadas pela Eletrobras, especificamente a Eletronuclear S.A. (Eletronuclear) e Itaipu Binacional (art. 3º, Inciso I).

A constituição da companhia ocorreu em 4 de janeiro de 2022, e seu efetivo funcionamento teve início em 17 de junho de 2022, contado a partir da conclusão do processo de desestatização da Eletrobras. Desde então, a Companhia é responsável por:

- Manter sob o controle da União a operação das Usinas Nucleares da Eletronuclear S.A. (Eletronuclear);
- Manter a titularidade do capital social e a aquisição dos serviços de eletricidade da Itaipu Binacional;
- Gerir os contratos de financiamento que utilizem recursos da Reserva Global de Reversão (RGR), celebrados até 17 de novembro de 2016;
- Administrar os bens da União sob a administração (BUSA), conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.383, de 26 de dezembro de 1974;
- Administrar a conta corrente denominada Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), de que trata a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000; e
- Gerir os contratos de comercialização da energia gerada pelos empreendimentos contratados no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

A ENBPar assumiu o controle acionário da Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB) em outubro de 2022, por meio do aumento do capital social da ENBPar com as ações detidas pela União, conforme autorizado pelo Decreto nº 11.235, de 13 de outubro de 2022.

Ainda, a ENBPar tem a responsabilidade pela gestão do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos - (LPT).

Direcionamento Estratégico

A ENBPar reafirmou em seu Planejamento Estratégico (PE) ciclo 2025-2029 e Plano Diretor de Negócio e Gestão (PDNG 2025) que o seu posicionamento se baseia na atuação pelo fortalecimento e integração estratégica das Empresas do Grupo e na busca constante pela sustentabilidade, visando liderar a transição para um futuro com energia limpa, comprometida com a universalização de energia, eficiência energética e as boas práticas Ambientais, Sociais e de Governança.

Sua Identidade Empresarial contempla:

Missão:
Exercer o papel de Holding Estratégica de suas participações e gerir os Programas de Governo sob sua responsabilidade.
Propósito:
Ser reconhecida como empresa de referência na condução de negócios nucleares e em energia limpa, na gestão dos Programas de Governo, comprometida com boas práticas ambientais, sociais e de governança.
Valores:
Pessoas: Valorizamos a dedicação e o desenvolvimento profissional dos nossos colaboradores
Integridade: Atuamos com transparência e ética
Segurança: Consideramos a segurança como aspecto primordial em nossa atuação
Inovação: Buscamos a inovação todos os dias
Excelência: Buscamos o permanente aperfeiçoamento de processos e incentivamos a superação contínua do desempenho dos colaboradores.

Além disso, o Plano Diretor de Negócios e Gestão (2025) estabeleceu as seguintes diretrizes estratégicas, visando resultados positivos, sustentabilidade e a excelência do Grupo ENBPar a curto, médio e longo prazo:

Diretrizes Estratégicas:
Holding Estratégica: Fortalecimento do papel de empresa controladora, atuando de forma ativa na coordenação de suas operações, gerando sinergia, otimizando decisões estratégicas e buscando maximizar o valor a longo prazo.
Sustentabilidade Econômico-Financeira: Atuação em prol da viabilidade financeira de curto, médio e longo prazo, gerando receitas suficientes para cobrir despesas operacionais e os investimentos.
Eficiência Operacional: Atuação para maximizar resultados utilizando o mínimo de recursos, otimizando processos, reduzindo desperdícios e melhorando a produtividade sem comprometer a qualidade.
Programas de Governo: Gestão dos Programas de Governo voltados à universalização do acesso à energia elétrica e à promoção da eficiência energética.

Além disso, para 2025 foram priorizados os seguintes projetos para a ENBPar:

1 - Fortalecer o papel de Holding impulsionando a posição e integração estratégica e operacional das subsidiárias;
2 - Estruturar a Companhia alinhado às necessidades estratégicas e operacionais da Holding;
3 - Estabelecer metas de resultados para a Companhia e suas subsidiárias/participadas
4 - Gerir com eficiência os Programas de Governo
5 - Desenvolver iniciativas que ampliem a participação da ENBPar no setor energético

Para as subsidiárias foram priorizados os projetos:

Eletronuclear

1 - Assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia;
2 - Implementar o Programa de Extensão de Vida Útil de Angra 1 (LTO);
3 - Viabilizar a retomada de Angra 3;
4 - Implementar o Programa de Gestão de Envelhecimento de Angra 2 (PGE); e
5 - Fortalecer a Segurança da Operação, dos Sistemas e Equipamentos das Usinas Angra 1 e Angra 2.

INB

1 - Atingir autossuficiência em produção de urânio para Angra 1 e 2;
2 - Assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia;
3 - Definir modelos de parcerias;
4 - Obter o Licenciamento Ambiental da Mina de Santa Quitéria e definir o modelo de negócio; e
5 - Descomissionar as Unidades desativadas.

O sucesso desses projetos fortalecerá a posição da ENBPar no exercício do seu papel estratégico na matriz energética brasileira e reforçará seu compromisso com a sociedade brasileira.

Prisma Econômico

Com três anos de existência e grandes eventos que geraram experiências de uma empresa de grande complexidade, a ENBPar demonstra, em números, seu crescimento e conquistas, como ter assumido a gestão do Luz para Todos, último passo para a transferência total das obrigações com as quais a União criou a ENBPar.

Na visão econômica, dentre as conquistas deste exercício, destaca-se o Lucro Líquido do Grupo que alcançou, em 31 de dezembro de 2024, o montante de R$ 308 milhões (2023 – R$ 414 milhões- Reapresentado).

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO CONSOLIDADO	**31/12/2024**	**31/12/2023 Reapresentado** (R$ mil)
Receita operacional líquida	4.338.805	4.047.199
Custos operacionais	(2.236.608)	(2.239.548)
Receitas / (Despesas) operacionais	(1.115.855)	(1.353.916)
Resultado da equivalência patrimonial/Combinação de negócio	156.848	157.481
Resultado Financeiro	(367.153)	370.132
Imposto de renda e contribuição social	(97.692)	(97.692)
LUCRO DO EXERCÍCIO	**678.345**	**671.798**
Atribuível a ENBPar	308.149	414.613
Atribuível as participações dos não controladores	370.196	257.185

INFORMAÇÕES IMPORTANTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

1) Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

2) As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

https://enbpar.gov.br/transparencia/informacoes-financeiras/informacoes-financeiras-2024/ **e** https://jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal/

3) Os números das notas explicativas resumidas não fazem referências à aqui apresentada, e sim às demonstrações financeiras completas divulgadas nos links apresentados acima.


Eufrázio
A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

Balanços Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
			Reapresentado*	Reapresentado*		Reapresentado*	Reapresentado*
CIRCULANTE							
Caixa e equivalente de caixa	4	5.495.534	5.550.952	2.361.031	6.112.769	6.093.887	3.162.546
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	-	966.200	710.309	2.754.126
Clientes	6	2.386.378	2.704.690	3.148.034	2.804.136	3.146.282	3.626.530
Tributos e contribuições compensáveis	7	265.126	199.392	184.901	1.072.861	862.129	442.244
Estoque	9	-	-	-	1.998.707	1.772.069	886.415
Outros		1.262.636	1.913.969	685.546	1.672.882	2.323.001	1.085.124
		9.409.674	**10.369.003**	**6.379.512**	**14.627.555**	**14.907.677**	**11.956.985**
NÃO CIRCULANTE							
Clientes	6	58.012	174.037	290.061	61.167	174.037	290.061
Estoque	9	-	-	-	1.289.551	1.335.971	1.892.886
Outros		2.272.493	2.430.984	1.792.641	4.865.990	6.162.128	4.700.743
Investimento	12	6.068.554	6.021.978	6.327.041	1.376.425	1.300.849	1.320.406
Imobilizado	13	9.404	11.145	9.083	15.260.324	14.663.715	13.771.150
Intangível	14	2.579	-	-	1.146.157	566.771	577.052
		8.411.042	**8.638.144**	**8.418.826**	**23.999.614**	**24.203.471**	**22.552.298**
TOTAL DO ATIVO		**17.820.716**	**19.007.147**	**14.798.338**	**38.627.169**	**39.111.148**	**34.509.283**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
			Reapresentado*	Reapresentado*		Reapresentado*	Reapresentado*
CIRCULANTE							
Fornecedores	15	3.926.609	4.205.412	3.814.216	4.870.487	5.140.982	4.852.166
Empréstimos e financiamentos	16	144.885	113.535	-	1.096.130	553.846	414.435
Tributos a recolher	17	127.318	99.480	36.496	495.220	456.785	268.956
Folha de pagamento e obrigações estimadas	18	11.439	10.012	1.789	470.975	385.806	275.378
Provisões para litígios e passivos contingentes	19	13	13	-	143.892	110.685	104.515
Demais Obrigações		5.027.774	5.657.789	1.107.436	5.300.050	6.025.480	1.391.775
		9.238.038	**10.086.241**	**4.959.937**	**12.376.754**	**12.673.584**	**7.307.225**
NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos	16	1.073.168	1.156.064	-	7.389.129	7.508.824	6.718.184
Impostos diferidos	8.2	-	-	21.321	-	-	22.639
Provisões para litígios e passivos contingentes	19	4.209	-	-	249.336	246.332	241.996
Demais Obrigações		44.928	665.073	3.025.715	3.242.722	4.177.050	6.278.267
		1.122.305	**1.821.137**	**3.047.036**	**10.881.187**	**11.932.206**	**13.261.086**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	24	6.323.492	6.323.492	6.323.492	6.323.492	6.323.492	6.323.492
Reservas		686.168	382.157	80.745	686.168	382.157	80.745
Lucros acumulado		-	90.554	71.236	-	90.554	71.236
Ajustes de avaliação patrimonial		450.713	303.566	315.892	450.713	303.566	315.892
		7.460.373	**7.099.769**	**6.791.365**	**7.460.373**	**7.099.769**	**6.791.365**
Participação de acionistas não controladores		-	-	-	7.908.855	7.405.589	7.149.607
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**17.820.716**	**19.007.147**	**14.798.338**	**38.627.169**	**39.111.148**	**34.509.283**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
			Reapresentado*		Reapresentado*
Receita operacional líquida	25	102.304	76.912	4.338.805	4.047.199
Custos operacionais	26	-	-	(2.236.608)	(2.239.548)
RESULTADO BRUTO		**102.304**	**76.912**	**2.102.197**	**1.807.651**
Receitas / (Despesas) operacionais	27	(44.434)	(40.677)	(1.275.880)	(1.353.916)
Resultado da equivalência patrimonial	28	69.615	(104.031)	156.848	157.481
Outras receitas e despesas, líquidas	29	7	-	156.544	(4.645)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**127.492**	**(67.796)**	**1.139.709**	**606.571**
Resultado Financeiro	30	114.912	476.767	(367.153)	370.132
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS		**242.404**	**408.971**	**772.556**	**976.703**
Imposto de renda e contribuição social	8.4	72.204	11.543	(97.692)	(296.094)
Participações no resultado	18	(6.459)	(5.901)	3.481	(8.811)
LUCRO DO EXERCÍCIO		**308.149**	**414.613**	**678.345**	**671.798**
Atribuído aos acionistas controladores				308.149	414.613
Atribuído aos acionistas não controladores				370.196	257.185
				678.345	**671.798**
Lucro básico e diluído por ação em (R$)	**32**	**0,077037**	**0,103653**		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
		Reapresentado*		Reapresentado*
LUCRO DO EXERCÍCIO	**308.149**	**414.613**	**678.345**	**671.798**
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Reserva de reavaliação, líquida dos impostos	98	174	98	174
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	79.501	6.320	212.571	5.117
Variação cambial de investida	67.548	(18.820)	67.548	(18.820)
Total do resultado abrangente do exercício	**455.296**	**402.287**	**958.562**	**658.269**
Atribuído aos acionistas controladores			455.296	402.287
Atribuído aos acionistas não controladores			503.266	255.982

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Eufrázio
A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.





MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Demonstrações das Mutações do Patrimônio
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Capital social	AFAC	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas			Lucros acumulados	Total Controladora	Participação não controladores	Total Consolidado
				Legal	Lucro	Capital				
Em 01 de janeiro de 2023, como anteriormente apresentado	**5.111.344**	**1.212.148**	**315.892**	**5.295**	**-**	**75.450**	**-**	**6.720.129**	**6.998.564**	**13.718.693**
Impacto da retificação de erros	-	-	-	-	-	-	71.236	71.236	151.043	222.279
Reapresentado em 1 de janeiro de 2023	**5.111.344**	**1.212.148**	**315.892**	**5.295**	**-**	**75.450**	**71.236**	**6.791.365**	**7.149.607**	**13.940.972**
Impacto da retificação de erros	-	-	-	-	-	-	19.318	19.318	40.962	60.280
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	395.295	395.295	216.223	611.518
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	(12.326)	-	-	-	-	(12.326)	(1.203)	(13.529)
Reserva legal	-	-	-	19.765	-	-	(19.765)	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(93.883)	(93.883)	-	(93.883)
Transferência entre reservas	-	-	-	-	357.097	(75.450)	(281.647)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	**5.111.344**	**1.212.148**	**303.566**	**25.060**	**357.097**	**-**	**90.554**	**7.099.769**	**7.405.589**	**14.505.358**
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	308.149	308.149	370.196	678.345
Integralização AFAC	1.212.148	(1.212.148)	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	147.147	-	-	-	-	147.147	133.070	280.217
Reserva legal	-	-	-	19.935	-	-	(19.935)	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(94.692)	(94.692)	-	(94.692)
Transferência entre reservas	-	-	-	-	-	284.076	(284.076)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	**6.323.492**	**-**	**450.713**	**44.995**	**357.097**	**284.076**	**-**	**7.460.373**	**7.908.855**	**15.369.228**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações de Fluxos de Caixa
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
		Reapresentado*		Reapresentado*
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**153.793**	**161.991**	**2.877.470**	**2.398.292**
(Acréscimos)	(484.610)	(1.199.034)	(1.977.137)	(3.108.346)
Decréscimos	631.211	5.031.215	851.622	5.024.529
Caixa líquido provenientes nas atividades operacionais	**300.394**	**3.994.172**	**1.751.955**	**4.314.475**
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**(340.682)**	**(788.433)**	**(78.715)**	**(1.858.463)**
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(15.130)**	**(15.818)**	**(1.654.358)**	**475.329**
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**(55.418)**	**3.189.921**	**18.882**	**2.931.341**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.550.952	2.361.031	6.093.887	3.162.546
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5.495.534	5.550.952	6.112.769	6.093.887
	(55.418)	**3.189.921**	**18.882**	**2.931.341**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do Valor Adicionado
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas	112.739	84.752	5.445.554	5.574.123
Insumos adquiridos de terceiros	(7.221)	(8.445)	(2.103.070)	(2.516.746)
Valor adicionado bruto	**105.518**	**76.307**	**3.342.484**	**3.057.377**
Depreciação, amortização e exaustão	(1.748)	(1.596)	(143.520)	(470.495)
Valor adicionado líquido distribuído pela empresa	**103.770**	**74.711**	**3.198.964**	**2.586.882**
Valor adicionado recebido em transferência	187.475	374.579	863.703	1.469.010
Valor adicionado total a distribuir	**291.245**	**449.290**	**4.062.667**	**4.055.892**
Distribuição do valor adicionado	**291.245**	**449.290**	**4.062.667**	**4.055.892**
Pessoal	33.273	28.934	1.290.677	1.286.391
Impostos, taxas e contribuições	(53.120)	3.917	988.363	1.126.556
Remuneração de capital de terceiros	2.943	1.826	1.105.282	971.147
Remuneração de capital próprio	**308.149**	**414.613**	**678.345**	**671.798**
Lucros retidos do exercício	213.457	320.730	583.653	577.915
Dividendos	94.692	93.883	94.692	93.883

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais, exceto se expresso de outra forma)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. – ENBPar ("ENBPar" ou "Companhia" ou "Controladora") é uma empresa pública, organizada sob a forma de sociedade anônima. A Companhia foi criada a partir do Decreto nº 10.791/2021 e constituída em 04 de janeiro de 2022, com sua sede fixada no Centro Empresarial Parque da Cidade Corporate, Setor Comercial Sul - SCS, Quadra 09, Torre B, Salas 701, 702, 704, 705 e 801, Asa Sul, CEP 70.308-200, Brasília – Distrito Federal.

A Companhia tem como atividades manter sob o controle da União a operação das usinas nucleares e a produção relacionadas à extração de urânio no país, da Eletronuclear S.A (Eletronuclear) e Indústrias Nucleares do Brasil S.A (INB) respectivamente, manter a titularidade do capital social e a aquisição dos serviços de eletricidade da Itaipu por órgão ou por entidade da Administração Pública Federal, a fim de atender ao disposto no Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai (Tratado de Itaipu), gerir contratos de financiamento que utilizem os recursos da Reserva Global de Reversão (RGR), operacionalização e gestão dos instrumentos contratuais do programa Luz para Todos (LPT), administrar os bens da União (BUSA), administrar o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) e gerir contratos de comercialização de energia gerada pelos empreendimentos contratados no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

Desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S.A (Eletrobras) e seus reflexos na ENBPar

Nos termos da Lei nº 14.182/2021 e da Resolução Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) nº 203/2021, com as alterações da Resolução CPPI nº 221/2021, a desestatização da Eletrobras ocorreu em 17 de junho de 2022, conforme a 181ª Assembleia Geral Extraordinária da Eletrobras. Com isso, a ENBPar adquiriu a participação acionaria de Itaipu Binacional (Itaipu) da Eletrobras e assumiu as atividades de agente de comercialização de energia elétrica de Itaipu, passou a ser o acionista controlador da Eletronuclear S.A. (Eletronuclear), por meio de aquisições de ações ordinárias, em junho de 2022, assumiu em junho de 2023 a gestão dos programas governamentais RGR, Proinfa, Procel e BUSA e em junho de 2024 assumiu a operacionalização e gestão dos instrumentos contratuais do programa governamental LPT.

Gestão dos recursos relativos a fundos setoriais e programas governamentais

A ENBPar passou a ser a gestora dos programas governamentais do setor elétrico, abaixo relacionados, que foram transferidos da Eletrobras para a ENBPar. Tais programas descrevemos a seguir:

✓ **Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa)**

O Proinfa instituído pela Lei nº 10.438/2002, representa um marco estratégico para a diversificação da matriz energética brasileira. Através do aproveitamento de fontes energéticas locais, o programa incorporou ao Sistema Interligado Nacional (SIN) 131 novos empreendimentos, sendo 60 Pequenas Centrais Hidrelétricas (1.159,24 MW), 52 usinas eólicas (1.282,52 MW) e 19 usinas térmicas a biomassa (533,34 MW), totalizando uma capacidade instalada de 2.975,10 MW. Em 1 de junho de 2023, as competências relacionadas à gestão dos contratos do Proinfa foram transferidas para a ENBPar, consolidando o papel estratégico da companhia no setor energético nacional.

Desde o início da operação do primeiro empreendimento viabilizado pelo Proinfa, em 2006, até dezembro de 2024, foram adicionados aproximadamente 156 milhões de MWh ao SIN. Esta significativa contribuição evidencia o impacto positivo do programa na evolução e diversificação da matriz energética brasileira.

✓ **Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel)**

Criado em 1985, o Procel tem como objetivo a promoção de ações de eficiência energética, do uso racional dos recursos naturais, aumentando a competitividade do País e adiando investimentos no setor elétrico com a consequente redução da emissão de gases de efeito estufa. O programa tem atuação em áreas como equipamentos, edificações, iluminação pública, indústria, comércio, saneamento, educação e marketing. Os recursos do Procel têm natureza de fundo e correspondem ao montante de 0,1% da Receita Operacional Líquida (ROL) das distribuidoras de energia elétrica, conforme a Lei n. 9.991, de 24 de julho de 2000.

A governança do programa cabe ao Grupo Coordenador de Conservação de Energia (GCCE) e ao Comitê Gestor de Eficiência Energética (CGEE), ambos coordenados pelo Ministério de Minas e Energia (MME). O CGEE tem a finalidade de aprovar o Plano Anual de Aplicação de Recursos (PAR) do Procel, acompanhar a execução das ações do Plano e avaliar as contas e os resultados alcançados por meio da aplicação dos recursos alocados. O GCCE é composto por membros que representam órgãos governamentais e entidades do setor elétrico, tendo por objetivo a definição de metas do Procel, a análise das prestações de contas e a elaboração de planos para a aplicação de recursos.

Desde junho de 2023, a Secretaria-Executiva do Programa cabe à ENBPar, empresa pública a qual cabe as funções de prover suporte técnico, analisar projetos, regular atividades, conceder o Selo Procel para equipamentos e edificações, gerir os projetos e rubricas de cada PAR, além de prover o monitoramento e indicadores do programa.

✓ **Reserva Global de Reversão (RGR)**

Criada originalmente pelo Decreto nº 41.019/1957, e posteriormente regulada pela Lei nº 5.655/1971, e suas alterações, a RGR constitui recursos arrecadados por meio de encargos setoriais pagos pelas concessionárias de serviço público de energia elétrica. Tal arrecadação tem como objetivo prover recursos para a reversão, encampação, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Os recursos são depositados em conta corrente que, até o advento da publicação da Lei nº 13.360/2016, eram administrados pela Eletrobras e, posteriormente, à sua publicação, passaram a ser administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A ENBPar assumiu a responsabilidade pela gestão dos contratos de financiamento que utilizam recursos da RGR, celebrados com as concessionárias até 17 de novembro de 2016, devendo fiscalizar o cumprimento das obrigações dos respectivos devedores no âmbito desses contratos de financiamento.

✓ **Bens da União sob Administração (BUSA)**

O Decreto nº 1.383/1974, alterado pela MP n° 998/2020 convertida na Lei n° 14.120/2021, por meio do novo art. 2°, inciso III, determinou que os bens e instalações encampados e desapropriados, com recursos da conta da RGR, ficariam integrados à mesma conta como patrimônio da União em regime especial de utilização no serviço público de energia elétrica, sob a administração da ENBPar até que sejam: I - alienados; II - transferidos à administração dos concessionários, dos permissionários ou dos autorizados de geração, de transmissão ou de distribuição de energia elétrica; ou III - transferidos à gestão da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia.

✓ **Luz Para Todos (LPT)**

De acordo com o Decreto nº 11.628/2023, o programa governamental LPT tem como objetivo propiciar o atendimento de energia elétrica à população do meio rural e à população residente em regiões remotas da Amazônia Legal que não possuem acesso a esse serviço público de distribuição de energia elétrica. Em cumprimento às Portarias nº 556/GM/MME e nº 730/GM/MME, editadas pelo MME, a ENBPar assumiu as funções de Agente Operacionalizador do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Luz para Todos) em 17 de junho de 2023, nos termos do Certificado de Transferência assinado entre a ENBPar e a Eletrobras.


Eufrázio
A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



2 – BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1 – Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais do Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), além das disposições contidas na legislação societária brasileira. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas na gestão da Administração da Companhia e suas controladas.

Foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras realizada no dia 10 de abril de 2025.

Está prevista para o dia 29 de abril de 2025 a realização da Assembleia Geral Ordinária e da Assembleia Geral Extraordinária, que tratarão, entre outros assuntos, da alteração do Estatuto Social para constituição de reserva estatutária, da aprovação das demonstrações financeiras e da destinação do resultado do exercício de 2024.

2.2 – Base de preparação e mensuração

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia, no processo de aplicação das práticas contábeis, as quais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas (Nota explicativa 3).

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados a seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações e o valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado utilizando outra técnica de avaliação.

2.3 – Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Essas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 – Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão relacionadas a seguir:

2.4.1 – Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses.

Os saldos considerados como equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sujeitos a insignificante risco de mudança de valor e mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e a gestão de caixa da Companhia.

2.4.1.1 – Caixa restrito

O caixa restrito é composto por depósitos bancários e aplicações financeiras mensuradas ao valor justo, sendo os recursos arrecadados pelos respectivos fundos utilizados exclusivamente para atender às suas disposições regulamentares, não estando disponíveis para a operação da Companhia. Estão disponíveis para operações designadas da conta de comercialização de energia elétrica de Itaipu, Proinfa, Procel e RGR.

2.4.2 – Títulos e valores mobiliários

São referentes às aplicações financeiras destinadas à compra de ativo fixo, fundo para descomissionamento e outras atividades de investimento, de curto e longo prazo. São inicialmente mensurados a valor justo e, posteriormente, pelo valor justo por meio do resultado.

2.4.2.1 – Fundo para descomissionamento - Títulos e valores mobiliários

O Fundo de Descomissionamento (FDES) é um ativo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado, registrado no ativo não circulante. Os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado.

2.4.3 – Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber das concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no SIN, pela venda de energia elétrica no decurso normal das atividades da Companhia e da Eletronuclear, e pela venda de produtos e serviços pela INB.

As contas a receber de clientes são contabilizadas com base no regime de competência, sendo reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, menos a PECLD. Os valores são baixados da provisão e reconhecidos como perda definitiva quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos.

As contas a receber são normalmente liquidadas no seu respectivo vencimento.

2.4.4 – Imposto de renda de pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido (IRPJ e CSLL)

As despesas de IRPJ e CSLL do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto se estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, se aplicável.

Os encargos de IRPJ corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15%, acrescidos do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder o limite estabelecido em lei. A CSLL diferida é calculada a 9% ambos, considera-se a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício, quando aplicável.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível para compensação.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo seu valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los na apuração dos tributos correntes.

2.4.5 – Estoque

O estoque é apresentado pelo custo médio de aquisição ou pelo valor líquido de mercado/realização ou pelo valor de produção e não excede os custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

2.4.5.1 – Estoque de combustível nuclear

Os materiais em estoque de combustível são classificados no ativo circulante e não circulante, de acordo com o prazo estimado de consumo. Os elementos de combustível nuclear estão disponíveis no núcleo do reator e no estoque da Piscina de Combustível Usado (PCU) e são apropriados ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia elétrica. O estoque de combustível é composto pelo concentrado de urânio em estoque, os serviços correspondentes e os elementos de combustível nuclear utilizados nas usinas Angra 1 e 2.

2.4.5.2 – Estoque de matéria-prima, produtos em elaboração e produtos acabados

Os materiais em estoque são classificados no ativo circulante, representam a matéria-prima, produtos em elaboração e produtos acabados, que são compostos por urânio natural, enriquecido e em diversos teores; concentrado de urânio; pastilhas; e outros.

2.4.6 – Ativos e passivos financeiros

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo financeiro quando recebe o caixa ou outro ativo financeiro, do poder concedente, em troca da construção ou melhoria, operação e manutenção do ativo do setor público por um período especificado.

2.4.7 – Investimentos

A Companhia avalia seus investimentos pelo método de equivalência patrimonial, quando detém o poder de influenciar nas decisões das suas investidas.

No método de equivalência patrimonial, o reconhecimento é inicialmente realizado pelo custo, sendo posteriormente atualizado mensalmente com base no resultado e nos reflexos do patrimônio líquido da investida, proporcionalmente ao percentual de participação da ENBPar. Quando há o recebimento de dividendos, é registrado um crédito no ativo, especificamente na conta de investimentos.

As empresas controladas são consolidadas a partir do mês em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Controladora. As transações e saldos entre as empresas da Companhia, incluindo o lucro não realizado oriundo dessas transações, são eliminados no processo de consolidação.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem informações da ENBPar, Eletronuclear e INB. A ENBPar possui Itaipu como investimento classificado como controle em conjunto.

2.4.8 – Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuídos à aquisição dos ativos e, no caso de ativos qualificáveis, também inclui os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido.

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura para geração de energia elétrica, produção industrial e bens corporativos.

A depreciação desses ativos inicia-se quando estão prontos para o uso e em operação. A depreciação reconhecida é mensurada com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear.

A Eletronuclear considera que a vida útil estimada de cada ativo é semelhante às taxas de depreciação determinadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que são tidas como aceitáveis pelo mercado, limitada a data da licença de operação das usinas.

Na Controladora e na INB a depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada.

Os ativos de Direito de uso são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme os termos do respectivo contrato de arrendamento.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado somente quando forem prováveis a flutuação dos benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os custos do imobilizado incluem a estimativa de custos de desmobilização de suas unidades operativas, nos termos do que estabelece o CPC 27 - Ativo imobilizado (Nota explicativa 13).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas e despesas, líquidas" na demonstração do resultado.

2.4.9 – Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos respectivos ativos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzidos das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

2.4.10 – Valor recuperável dos ativos

A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente se há alguma indicação de que seus ativos não financeiros tenham sofrido alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por uma taxa que reflete uma avaliação atual de mercado e/ou custo de oportunidade da Companhia e de suas controladas, do valor da moeda no tempo e dos riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros foi efetuada.

2.4.11 – Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo menos os custos de transação diretamente atribuíveis, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. Quando os seus termos contratuais são modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício. Quando tal modificação for substancial, o financiamento original é extinto e reconhecido um novo passivo financeiro, com impacto no resultado do período.

2.4.12 – Participação nos lucros e resultados (PLR) e Remuneração Variável Anual (RVA)

A Companhia e suas controladas devem reconhecer o custo esperado dos pagamentos de PLR quando tiverem uma obrigação legal de eventos passados e essa obrigação pode ser estimada de forma confiável. O Programa RVA regula a participação dos diretores executivos nos resultados, conforme legislação vigente e diretrizes da Secretaria Coordenação das Estatais – (SEST). O pagamento, condicionado ao tempo de serviço e ao cumprimento de metas.

2.4.13 – Provisões para litígios e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimar os valores. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

As provisões para contingências judiciais são reconhecidas quando uma contingência representa provável saída de recursos para liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com outros processos, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).





MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



2.4.14 – Benefício pós-emprego

2.4.14.1 – Eletronuclear S.A.

2.4.14.1.1 – Obrigações de aposentadoria

A Eletronuclear patrocina planos de pensão, os quais são geralmente financiados por pagamentos a estes fundos, determinados por cálculos atuariais periódicos. A Eletronuclear possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida. Nos planos de contribuição definida, a Eletronuclear faz contribuições fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que, em tais planos de benefício definido, é estabelecido um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Nesse tipo de plano, a Eletronuclear tem a obrigação de honrar com o compromisso assumido, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

O passivo reconhecido no Balanço Patrimonial, com relação aos planos de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais são decorrentes substancialmente de ajustes, nas mudanças das premissas atuariais, nos rendimentos dos ativos do plano e são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado no período de ocorrência da alteração do plano.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Eletronuclear efetua o pagamento das contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Eletronuclear não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que o reembolso em dinheiro ou a redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

2.4.14.1.2 – Outras obrigações pós-emprego

A Eletronuclear oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, além de seguro de vida para ativos e inativos. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e à conclusão de um tempo mínimo de serviço, ou à sua invalidez enquanto funcionário ativo.

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes, no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes.

2.4.14.1.3 – Benefícios de rescisão

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o vínculo empregatício é encerrado antes da data normal de aposentadoria ou sempre que um empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Eletronuclear reconhece os benefícios de rescisão na primeira das seguintes datas:

(i) Quando a Eletronuclear não mais puder retirar a oferta desses benefícios; e
(ii) Quando a Eletronuclear reconhecer custos de reestruturação que estejam no escopo do CPC 25/ IAS 37 e envolvam o pagamento de benefícios de rescisão. No caso de uma oferta efetuada para incentivar a demissão voluntária, os benefícios de rescisão são mensurados com base no número de empregados que, segundo se espera, aceitarão a oferta. Os benefícios que vencerem após 12 meses da data do balanço são possíveis de ajuste a valor presente para fins de registro contábil.

2.4.14.2 – INB

2.4.14.2.1 – Plano de benefícios definido

A INB mantém o Plano de Benefícios Definido (BD), que visa garantir aos participantes uma renda vitalícia pós-emprego em níveis semelhantes à da atividade, mediante a complementação dos benefícios concedidos pela previdência social e o pagamento de pensão aos dependentes.

Os benefícios garantidos pelo programa são os seguintes: auxílio-doença, aposentadorias por invalidez, por idade, por tempo de contribuição, especial, por tempo de contribuição antecipada, especial antecipada, abono anual e pensão.

As fontes de custeio do plano são as contribuições dos participantes (ativos e assistidos) e das patrocinadoras. As referidas contribuições formam as provisões necessárias para a garantia do pagamento dos benefícios contratados.

Os recursos arrecadados e os resultados decorrentes da administração desse patrimônio integram um fundo pertencente a uma coletividade. A aplicação desses recursos é realizada de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução n° 4.994/2022.

2.4.15 – Arrendamentos

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamentos mensurados pelo valor presente dos pagamentos dos arrendamentos sem refletir a inflação futura projetada. Os pagamentos são descontados pela taxa incremental sobre empréstimos da Eletronuclear, visto que as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros normalmente não podem ser prontamente determinadas. Na Controladora a taxa aplicada é com base na inflação projetada da época, a qual representava o custo de oportunidade da empresa na ocasião.

Remensurações refletem alterações oriundas de índices ou taxas contratuais, bem como nos prazos dos arrendamentos devido a novas expectativas de prorrogações ou rescisões do arrendamento (com correspondente ajuste no direito de uso relacionado). As remensurações são reconhecidas no passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

Os juros e outras despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período, enquanto os pagamentos reduzem o seu valor contábil. O direito de uso adquirido por meio de arrendamento financeiro está classificado no ativo não circulante sendo depreciado pelo prazo do arrendamento.

2.4.16 – Previdência privada

Representa a dívida consolidada da INB oriunda da reestruturação do Programa Nuclear Brasileiro. O saldo é atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acrescida de juros de 6% ao ano.

2.4.17 – Obrigação para desmobilização de ativos (Descomissionamento)

O descomissionamento de usinas nucleares pode ser entendido como um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito.

É premissa fundamental para a formação desse passivo para o descomissionamento, que o valor estimado para a sua realização deva ser atualizado ao longo da vida útil econômica das usinas, considerando os avanços tecnológicos, com o objetivo de alocar ao respectivo período de competência da operação os custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional das usinas.

Conforme previsto no pronunciamento IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, equivalente ao CPC 25, é constituída provisão ao longo do tempo de vida útil econômica de usinas termonucleares. O objetivo de tal provisão é alocar ao respectivo período de operação os custos a serem incorridos com sua desativação técnico-operacional, ao término da sua vida útil, estimada em quarenta anos.

Nos termos do CPC 27 e ICPC 12, a Eletronuclear contabilizou no ativo imobilizado, em contrapartida ao passivo não circulante, os valores das estimativas aprovadas. O custo total estimado é descontado a valor presente, com base em taxa que represente o custo de capital e registrado no imobilizado, em contrapartida à obrigação para desmobilização de ativos. A Eletronuclear revisa anualmente os valores da provisão do passivo para descomissionamento.

Mensurada pelo valor presente dos gastos e classificada no passivo não circulante, essa provisão destina-se ao custeio dos gastos com a desmobilização das usinas nucleares, quais sejam: o desmantelamento e a descontaminação dos materiais, equipamentos e instalações, os quais incorrerão no término da vida útil econômica das usinas, tendo como contrapartida o respectivo imobilizado.

2.4.18 – Reconhecimento de receita

A norma estabelece um modelo de cinco etapas, sendo elas: (1) identificação do contrato; (2) identificação das obrigações de desempenho separadas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço de transação às obrigações de desempenho separadas; e (5) reconhecimento da receita, para determinar quando reconhecer a receita e por qual valor. O modelo especifica que a receita deve ser reconhecida quando (ou conforme) uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber.

A receita é reconhecida dependendo se determinados critérios são cumpridos:
(i) Com o passar do tempo, de uma forma a refletir o desempenho da entidade da melhor maneira possível; ou
(ii) Em um determinado momento, quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

A receita da Companhia e de suas controladas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda e comercialização de energia, prestação de serviços e venda de produtos. A receita proveniente da venda de geração e comercialização de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos do contrato de fornecimento.

2.4.19 – Resultado financeiro

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do período são reconhecidos no resultado como despesa ou receita financeira.

São registrados também os juros dos passivos de arrendamentos, os efeitos dos encargos dos títulos de dívidas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, e os ganhos e perdas referente às aplicações financeiras. Maiores informações sobre as práticas contábeis das transações citadas podem ser observadas nas respectivas notas explicativas.

2.4.20 – Transações entre partes relacionadas

As transações com partes relacionadas da Companhia e suas controladas são realizadas a preços e condições definidos entre as partes, em condições semelhantes as praticadas no mercado com partes não relacionadas, quando aplicável.

2.4.21 – Demonstração do valor adicionado (DVA)

Conforme o artigo 7º da Lei nº 13.303/2016, as disposições da Lei nº 6.404/1976 sobre escrituração e demonstrações financeiras aplicam-se a empresas públicas, sociedades de economia mista de capital fechado e suas subsidiárias, incluindo a obrigatoriedade de auditoria independente.

A legislação exige que companhias abertas elaborem e divulguem a DVA como parte das demonstrações financeiras. Para empresas de capital fechado, a DVA é obrigatória segundo o CPC 09, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08. No IFRS, sua apresentação não é exigida.

A DVA detalha a riqueza gerada pela empresa e sua distribuição entre empregados, governo, acionistas e outros stakeholders.

2.4.22 – Adoção de novas normas e interpretações

A Controladora e suas controladas não identificaram impactos quanto às aplicações das alterações e novas interpretações aos CPCs e às IFRSs emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) e IASB, respectivamente, as quais são divulgadas a seguir:

a) Novas normas e interpretações que passaram a ser vigentes em 2024:

Norma revisada	Alterações	Aplicável a partir
CPC 26 / IAS 1	Alterações na classificação de passivos como circulantes ou não circulantes, com ênfase no passivo não circulante com cláusulas restritivas (*Covenants*).	01/01/2024
CPC 06 / IFRS 16	Alterações sobre o passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback*, com novos requisitos para o reconhecimento e medição de transações de retroarrendamento.	01/01/2024
CPC 03 / IAS 7 e CPC 40 / IFRS 7	Alterações sobre os acordos de financiamento de fornecedores (risco sacado), exigindo divulgação adicional sobre como esses acordos afetam passivos e fluxo de caixa.	01/01/2024

b) Novas normas e interpretações ainda não vigentes:

Norma revisada	Alterações	Aplicável a partir
IFRS S1 e S2: Normas ESG (Ambientais, Sociais e Governança)	Expectativa de novas diretrizes para transparência e relatórios ESG nas demonstrações financeiras.	2025 (ou anos subsequentes)
Resolução CVM nº 223 / OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO).	01/01/2025, aplicação retrospectiva
CPC 02/ IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Falta de conversibilidade	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requisitos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes; e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com empréstimos.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requisitos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar características contratuais de fluxo de caixa dos ativos financeiros.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas - operacionais, de investimento e de financiamento - relacionadas à estrutura da demonstração de resultado e exige que as entidades forneçam novos subtotais. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre medidas de desempenho definidas pela Administração.	01/01/2027, aplicação retrospectiva



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



2.4.23 – Reapresentação das Demonstrações Financeiras - Retificação de erros

As demonstrações financeiras de 2022 e 2023 foram reapresentadas na controladora em função de ajustes realizados na controlada Eletronuclear (que teve suas demonstrações financeiras reapresentadas) referente a reavaliação de créditos fiscais de IRPJ e CSLL, relacionados à dedutibilidade da correção monetária sobre dividendos pagos no processo de desestatização da Eletrobras. A Eletronuclear, com apoio de especialistas jurídicos e tributários independentes, revisou a declaração e pagamento de dividendos prioritários mínimos acumulados atribuídos às ações preferenciais em junho de 2022, conforme Resoluções CPPI nº 203/2021 e nº 221/2021.

A reavaliação identificou que a correção monetária sobre os dividendos não foi considerada como evento de exclusão na apuração do lucro real de 2022, impactando financeiramente em R$ 950.724.

Os ajustes decorrentes da reapresentação feita na Eletronuclear impactaram nas seguintes contas do balanço patrimonial, demonstração de resultado, demonstração do fluxo de caixa e demonstração do valor adicionado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2023, da controladora conforme movimentação a seguir:

	Impactos da retificação de erros					
	Controladora 01/01/2023			Consolidado 01/01/2023		
	Anteriormente Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativos						
Impostos diferidos	-	-	-	-	222.279	222.279
Investimento	6.255.805	71.236	6.327.041	1.320.406	-	1.320.406
Patrimônio líquido						
Lucros acumulados	-	71.236	71.236	-	71.236	71.236
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	6.998.564	151.043	7.149.607

A reavaliação realizada na controlada Eletronuclear resultou na apuração de um crédito fiscal de R$ 313.147 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 282.558 em 2023), referente à recuperação de saldo negativo de IRPJ e CSLL, além de recolhimentos indevidos sobre estimativas desses tributos. Essa reavaliação também acrescentou R$ 285.217 ao estoque de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL, valores que serão utilizados para compensações tributárias futuras, conforme a legislação vigente. Na controladora, os efeitos foram refletidos na equivalência patrimonial, proporcionalmente à sua participação.

	Impactos da retificação de erros					
	Controladora 31/12/2023			Consolidado 31/12/2023		
	Anteriormente Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativos						
Impostos diferidos	156.959	-	156.959	197.956	282.558	480.514
Investimento	5.931.424	90.554	6.021.978	1.300.849	-	1.300.849
Patrimônio líquido						
Lucros acumulados	-	90.554	90.554	-	90.554	90.554
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	7.213.584	192.005	7.405.589

Os ajustes decorrentes da reapresentação também impactaram o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da controlada Eletronuclear, adicionando ao lucro líquido o montante de R$ 60.279, representado pelo acréscimo de reconhecimento de receita financeira em R$ 21.346 e decréscimo de reconhecimento de despesa financeira em R$ 38.933.

	Impactos da retificação de erros					
	Controladora 31/12/2023			Consolidado 31/12/2023		
	Anteriormente Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Resultado da equivalência patrimonial	**(123.349)**	**19.318**	**(104.031)**	**157.481**	**-**	**157.481**
Outras receitas e despesas líquidas	**-**	**-**	**-**	**(30.626)**	**25.981**	**(4.645)**
Receita Financeira	**278.613**	**-**	**278.613**	**258.266**	**34.298**	**292.564**
Outras receitas financeiras	279.937	-	279.937	299.022	21.346	320.368
Outras despesas financeiras	(1.324)	-	(1.324)	(40.756)	12.952	(27.804)
Lucro do exercício	**395.295**	**19.318**	**414.613**	**611.519**	**60.279**	**671.798**

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA	Impactos da retificação de erros					
	Controladora 31/12/2023			Consolidado 31/12/2023		
	Anteriormente Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	389.653	19.318	408.971	916.424	60.279	976.703
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:						
Reversão provisão para descomissionamento	-	-	-	-	(21.346)	(21.346)
Provisões ressarcimento excedente sobre Fundo de Descomissionamento	-	-	-	-	(38.933)	(38.933)
Equivalência patrimonial	(202.115)	(19.318)	(221.433)	(29.938)	-	(29.938)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	Impactos da retificação de erros					
	Controladora 31/12/2023			Consolidado 31/12/2023		
	Anteriormente Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Valor adicionado recebido em transferência	**355.261**	**19.318**	**374.579**	**1.408.730**	**21.346**	**1.430.076**
Receitas financeiras	**478.610**	-	478.610	1.251.249	21.346	1.272.595
Resultado de equivalência patrimonial	(123.349)	19.318	(104.031)	157.481	-	157.481
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**429.972**	**19.318**	**449.290**	**3.995.613**	**21.346**	**4.016.959**
					-	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**429.972**	**19.318**	**449.290**	**3.995.613**	**21.346**	**4.016.959**
Governo (Tributos)	**3.917**	**-**	**3.917**	**1.126.556**	**-**	**1.126.556**
Federais	3.879	178.280	182.159	699.405	178.280	877.685
Crédito fiscal diferido	-	(178.280)	(178.280)	-	(178.280)	(178.280)
Agentes financiadores	**1.826**	**-**	**1.826**	**971.147**	**(38.933)**	**932.214**
Juros	1.826	-	1.826	971.147	38.933	1.010.080
					-	-
Destinação do lucro	**395.295**	**19.318**	**414.613**	**611.519**	**60.279**	**671.798**
Lucros retidos do exercício	301.412	19.318	320.730	517.636	60.279	577.915

3 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contabilizados como receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que forem efetuados, caso impactem apenas esse período, ou de forma prospectiva, caso também afetem períodos futuros.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos é inerentemente incerta, por decorrer do uso de julgamento. Como consequência, a Companhia pode sofrer efeitos em decorrência de imprecisão nestas estimativas e julgamentos que sejam substanciais em períodos futuros, que podem ter efeito material adverso na sua condição financeira, no resultado de suas atividades e/ou nos seus fluxos de caixa.

A seguir, são apresentadas as principais premissas das estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Companhia e de suas controladas, a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos exercícios.

Eufrázio
A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.





MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



3.1 – Provisão para redução do valor recuperável (*Impairment*) de ativos

A Administração da Companhia e de suas controladas considera premissas e dados técnicos para elaboração do teste de determinação de recuperação de ativos. Nesta prática, são aplicadas premissas, baseadas na experiência histórica na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa e práticas de avaliação comumente utilizadas no mercado. Para determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação à taxa de desconto. Tais premissas podem, eventualmente, não se verificarem no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada.

A vida útil adotada está de acordo com as práticas determinadas pela ANEEL, aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens em vigor.

Diversos eventos incertos também compõem as premissas utilizadas pela Companhia e suas controladas, dentre eles: as tarifas futuras para venda de energia elétrica; a data da entrada em operação de empreendimento em construção; a taxa de crescimento da atividade econômica no país.

3.2 – Provisão para desmobilização de ativos

A Eletronuclear reconhece provisão para obrigações com a desativação de ativos relativos às suas usinas termonucleares. Para determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação à taxa de desconto, ao custo estimado para a desativação e remoção de todas as usinas dos locais e à época esperada dos referidos custos. A estimativa dos custos é baseada nos requerimentos legais, regulatórios e ambientais para a desativação e remoção de todas as usinas em conjunto, assim como os preços de produtos e serviços a serem utilizados no final da vida útil.

3.3 – Obrigações atuariais

Nas controladas Eletronuclear e INB, as obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes com base na expectativa de vida do participante, idade média de aposentadoria e inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes das existentes e registrados atualmente (Nota explicativa 21).

3.4 – Provisões e passivos contingentes

A provisão para risco trabalhista, tributário, ambiental e cível é reconhecida quando há obrigação presente (legais ou presumidas) resultante de evento passado, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimar os valores, com base na avaliação dos assessores jurídicos internos e externos. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados, não sendo constituída provisão.

Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis (Nota explicativa 19).

3.5 – Provisão para perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

A Companhia e as suas controladas adotaram a abordagem simplificada e calculam a perda esperada, com base na expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida útil do instrumento financeiro de acordo com o IFRS 9.

Considera-se um ativo financeiro inadimplente quando for improvável que o credor pague integralmente suas obrigações com a Companhia e suas controladas.

3.6 – Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros sob duas categorias: custo amortizado e valor justo por meio de resultado. A classificação depende do modelo de negócio no qual o instrumento financeiro é mantido e nas características de fluxo de caixa contratual. Os valores justos dos instrumentos financeiros são determinados com base em preços de mercado ou técnicas de avaliação (Nota explicativa 36).

3.7 – Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Eletronuclear considera a taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os seus passivos de arrendamento.

A Controladora considera como taxa incremental a projeção da inflação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice utilizado nos contratos base para os arrendamentos.

3.8 – Determinação da vida útil dos ativos

A Eletronuclear registra depreciação acelerada sobre o ativo cujo término de vida útil supera a data da licença de operação das usinas.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios, ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

3.9 – Consumo de combustível nuclear

A Eletronuclear efetua acompanhamento mensal do desempenho dos elementos combustíveis por meio do sistema Cadastro de Combustível Nuclear (CCN), que proporcionaliza os custos de aquisição das recargas de combustíveis nucleares para cada elemento de combustível nuclear no momento da inclusão no sistema e calcula mensalmente o consumo de cada elemento. Este consumo (amortização) é registrado contabilmente com base no relatório gerado pelo CCN, que apresenta a queima (consumo) mensal, a queima acumulada mensalmente e o saldo residual dos elementos combustíveis que compõem o núcleo do reator.

3.10 – Tratamentos fiscais incertos

A Eletronuclear está em processo de revisão tributária e, nesse contexto, é importante destacar que ela adota um julgamento contábil crítico ao avaliar se é provável que as suas posições tributárias serão aceitas pelas autoridades fiscais, que podem impactar as demonstrações financeiras.

37 – EVENTOS SUBSEQUENTES

37.1 – Conciliação no âmbito da Câmara de mediação e de Conciliação da Administração Federal (CCAF)

Em 26 de março de 2025, por meio de comunicado ao mercado, a Eletrobras informou ao mercado que conjuntamente a União (partes) assinaram o Termo de Conciliação decorrente dos trabalhos da Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal (CCAF) constituída “para tentativa de conciliação e solução consensual e amigável entre as partes”, nos termos da decisão proferida pelo Ministro Nunes Marques, relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.385, em trâmite perante o Supremo Tribunal Federal.

Em 28 de março de 2025, também por meio de comunicado ao mercado, a Eletrobras informou ao mercado que conjuntamente a União (partes) assinaram o Termo de imediata suspensão e rescisão condicionada do acordo de investimentos celebrado, em 22 de abril de 2022, entre a Eletrobras e a ENBPAR, conforme previsto no Termo de Conciliação.

Nestes comunicados ao mercado, existem itens importantes em questões relacionadas a participação da Eletrobras na Eletronuclear, que terão potenciais impactos na composição acionária da Companhia, os quais reproduzimos abaixo, e que não trazem modificações às Demonstrações Financeiras apresentadas nesta data:

...
“I – DO OBJETO DO ACORDO

CLÁUSULA PRIMEIRA: As Partes têm como justo e acordado, neste ato, implementar determinadas medidas acerca da governança da ELETROBRAS, bem como determinadas medidas relacionadas à relação das Partes como acionistas diretas e indiretas da ELETRONUCLEAR S.A. (“ELETRONUCLEAR”), de acordo com os termos e condições previstos neste Termo de Conciliação.

...
III – DA ELETRONUCLEAR

CLÁUSULA QUINTA: A eficácia do acordo de investimentos (“Acordo de Investimentos”) celebrado em 22 de abril de 2022 entre a ELETROBRAS e a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (“ENBPAR”) ficará suspensa a partir da data de assinatura do presente Termo de Conciliação, independentemente da implementação de qualquer das suas Condições Suspensivas, para o que deverá ser assinado na mesma data, termo específico entre a ELETROBRAS e a ENBPAR, o qual conterá ainda as demais disposições previstas nesta Cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso o Conselho Nacional de Política Energética (“CNPE”) autorize a outorga para exploração e aprove o preço da energia elétrica da Usina Termonuclear Angra 3, operada pela ELETRONUCLEAR (“Angra 3”), viabilizando a consequente retomada das suas obras, o Acordo de Investimentos será automaticamente rescindido na data de publicação do referido ato, observado o disposto no caput, e será automaticamente reconhecida à ELETROBRAS a plena e irrevogável quitação quanto aos seus termos, de forma automática e independentemente de qualquer nova manifestação de qualquer parte com relação ao ora disposto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso haja decisão pelo não seguimento do projeto de Angra 3, as Partes concordam que o Capítulo II do Acordo de Investimentos perderá efeito de forma permanente, devido à perda superveniente de seu objeto, sem prejuízo da manutenção da suspensão de efeitos com relação às demais disposições, nos termos do caput desta CLÁUSULA SEXTA.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Caso, nos termos da CLÁUSULA SEXTA abaixo, a ELETROBRAS venha a alienar as ações que detém no capital social da ELETRONUCLEAR a um terceiro antes de sua eventual rescisão nos termos do PARÁGRAFO PRIMEIRO acima, ou antes da perda superveniente de seu objeto nos termos do PARÁGRAFO SEGUNDO acima, o Acordo de Investimentos, a critério da ENBPAR, poderá retomar a sua eficácia na data de adesão de tal terceiro ao Acordo de Investimentos, nos termos do PARÁGRAFO PRIMEIRO da CLÁUSULA SEXTA abaixo.

PARÁGRAFO QUARTO: A partir da data de assinatura deste Termo de Conciliação, a ELETROBRAS não estará obrigada a realizar quaisquer novos aportes, a qualquer título, como acionista da Eletronuclear, ou a conceder novas garantias em seu favor, para qualquer finalidade, ressalvadas as previsões constantes deste Termo de Conciliação, preservados os aportes já realizados e as garantias já concedidas.

PARÁGRAFO QUINTO: Permanecerão em vigor as garantias já concedidas pela ELETROBRAS a financiamentos já contratados pela ELETRONUCLEAR até a data de desestatização da ELETROBRAS, sendo que o disposto no presente Termo de Conciliação, incluindo a eventual rescisão do Acordo de Investimentos ou sua superveniente perda de objeto, não importará qualquer alteração, novação ou modificação de tais garantias, respeitadas as decisões que competem aos bancos credores em consequência de uma eventual alienação de sua participação acionária na ELETRONUCLEAR, bem como o disposto na CLÁUSULA OITAVA.

PARÁGRAFO SEXTO: O termo específico de que trata o caput desta Cláusula será considerado rescindido para todos os efeitos na data em que se verificar a eventual não implementação de qualquer das Condições Suspensivas previstas neste Termo de Conciliação.

CLÁUSULA SEXTA: A qualquer tempo a partir da assinatura deste Termo de Conciliação, a ELETROBRAS estará livre para alienar até a totalidade das ações que detém no capital social da ELETRONUCLEAR.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso qualquer terceiro venha a adquirir a participação detida pela ELETROBRAS na ELETRONUCLEAR, tal terceiro, se demandado pela ENBPAR, deverá aderir irrestritamente, e nos limites demandados pela ENBPAR, ao Acordo de Investimentos, se ainda vigente, sub-rogando-se em todos os direitos e obrigações da ELETROBRAS nele contidos, na proporção de sua participação no capital votante da ELETRONUCLEAR, o que importará em outorga de plena e irrevogável quitação pela ENBPAR à ELETROBRAS quanto aos seus termos, observado o disposto no PARÁGRAFO QUINTO da CLÁUSULA QUINTA.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A UNIÃO deverá colaborar, e fazer com que, dentro de sua competência legal, a ENBPAR e a ELETRONUCLEAR colaborem, com quaisquer processos de venda que venham a ser realizados pela ELETROBRAS para a alienação de sua participação na ELETRONUCLEAR, para o que deverá envidar seus melhores esforços.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Uma vez alienada a participação acionária da ELETROBRAS na ELETRONUCLEAR, restará rescindido o Acordo de Investimentos com relação à ELETROBRAS e será reconhecida à ELETROBRAS a plena e irrevogável quitação quanto aos seus termos, de forma automática e independentemente de qualquer manifestação de qualquer parte com relação ao ora disposto.

PARÁGRAFO QUARTO: A ELETROBRAS se obriga a não obstar futuros aumentos de capital da ELETRONUCLEAR por parte da UNIÃO, diretamente ou indiretamente, e será observada, em todo caso, a legislação societária, em especial a Lei das Sociedades por Ações e suas disposições protetivas dos direitos dos minoritários.

CLÁUSULA SÉTIMA: A ELETRONUCLEAR emitirá debêntures conversíveis em ações, a serem obrigatoriamente adquiridas pela ELETROBRAS, observadas as anuências necessárias, de acordo com os seguintes termos e condições, os quais deverão ser refletidos na respectiva escritura de emissão de debêntures (“Debêntures”):

(i) *As Debêntures terão valor total de emissão de R$2.400.000.000,00 (dois bilhões e quatrocentos milhões de reais) (“Valor de Emissão”), sendo que a emissão será realizada em séries, as quais observarão e serão subscritas e integralizadas de acordo com as necessidades de caixa da ELETRONUCLEAR decorrentes do cronograma físico do custeio da renovação da licença de operação (“Long Term Operation” ou “LTO”) da Usina Termonuclear Angra 1, operada pela ELETRONUCLEAR (“Angra 1”);*

(ii) *A totalidade do Valor de Emissão deverá ser destinada para o custeio da LTO de Angra 1, incluindo para a quitação de operações de financiamento já contratadas na data da assinatura deste Termo de Conciliação, na exata proporção dos recursos que tenham sido comprovadamente destinados ao custeio da LTO de Angra 1;*

(iii) *Exceto em caso de verificação do disposto nos itens (iv) e (viii) abaixo, a totalidade das Debêntures será automaticamente convertida em ações ordinárias de emissão da ELETRONUCLEAR, caso seja verificada a satisfação da integralidade das seguintes condições:*

(a) o somatório do valor das despesas de pessoal, materiais, serviços de terceiros e outras despesas (PMSO) da ELETRONUCLEAR deverá ter sido reduzido para o nível regulatório (“PMSO Regulatório”) definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com trajetória decrescente e definida até o término da carência da primeira série de Debêntures emitida, nos termos do PARÁGRAFO PRIMEIRO abaixo, sendo certo que a avaliação de atendimento ao PMSO Regulatório não poderá considerar despesas:

I - relacionadas exclusivamente ao projeto de construção e operação de Angra 3; e

II - que decorram (a) do próprio processo de ajuste e adequação das despesas ao nível do PMSO Regulatório ou (b) de situações que configurem caso fortuito ou força maior;

(b) a ELETRONUCLEAR deverá ter obtido recursos suficientes, por meio de financiamento bancário ou outra fonte, para, em adição aos recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures, arcar com o valor remanescente do custeio da LTO de Angra 1;





MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



(c) o CNPE deverá ter autorizado a outorga para exploração e aprovado o preço da energia elétrica de Angra 3 e deve ter havido a retomada das suas obras;

(d) a UNIÃO e/ou a ENBPAR deverão ter outorgado as garantias necessárias e/ou aportado na ELETRONUCLEAR os recursos necessários para o financiamento do projeto de Angra 3, sendo que, neste último caso, exclusivamente por meio de capital e em valor mínimo equivalente àquele necessário para impedir o aumento da participação relativa da ELETROBRAS no capital social total da ELETRONUCLEAR em razão da conversão das Debêntures, observados ainda os valores decorrentes da capitalização prevista no item "e" abaixo; e

(e) a totalidade dos mútuos e adiantamentos para futuros aumentos de capital (AFACs) que tenham sido realizados pela UNIÃO ou ENBPAR à ELETRONUCLEAR, e que ainda não tenham sido quitados ou capitalizados, deverão ser capitalizados na ELETRONUCLEAR.

(iv) Caso (a) haja uma conciliação entre as Partes nos termos da CLÁUSULA NONA abaixo, ou (b) a UNIÃO decida não instaurar o novo e independente processo extrajudicial de mediação nela previsto, ou, ainda, (c) uma vez instaurado, a UNIÃO decida encerrá-lo antes da conclusão dos seus trabalhos, inclusive, nas duas últimas hipóteses, com o objetivo de viabilizar a antecipação da deliberação do CNPE sobre Angra 3; a conversão automática das Debêntures de que trata o item (iii) acima será aplicável somente com relação ao montante de R$1.900.000.000,00 (um bilhão e novecentos milhões de reais), sendo que o valor remanescente das Debêntures deixará de ser conversível em ações e deverá ser liquidado pela ELETRONUCLEAR no seu respectivo vencimento;

(v) Não havendo a verificação das condições de conversibilidade automática estabelecidas no item (iii), observado ainda o disposto no item (iv), ambos acima, as Debêntures não serão, em nenhuma hipótese, convertidas em ações de emissão da ELETRONUCLEAR;

(vi) As Debêntures terão prazo total de 10 (dez) anos, carência de 4 (quatro) anos a contar da emissão de cada série, e serão remuneradas ao custo das Notas do Tesouro Nacional Série B – NTN-B;

(vii) Ao disposto no item (vi) acima, serão acrescidos juros, a serem pactuados no momento de emissão das Debêntures, exclusivamente em relação a parcelas eventualmente inadimplidas na data aprazada nos termos de sua respectiva escritura de emissão;

(viii) As parcelas vencidas após o decurso do prazo de carência das Debêntures e eventualmente não adimplidas na data aprazada nos termos de sua respectiva escritura de emissão não serão mandatoriamente conversíveis em ações da ELETRONUCLEAR; e

(ix) A ELETROBRAS poderá transferir livremente as Debêntures, a seu exclusivo critério, bem como transferir as ações que eventualmente venha a receber em decorrência da conversão das Debêntures, em observância ao disposto na CLÁUSULA SEXTA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cumprimento da condição de redução do PMSO da ELETRONUCLEAR para o nível do PMSO Regulatório de que trata o item (iii.a) acima será considerado atendido, em relação a cada uma das séries das Debêntures, e não à sua totalidade, se for observada uma trajetória decrescente e definida até o término da carência da primeira série de Debêntures emitida, nos seguintes termos: (i) até o final do primeiro ano de carência da primeira série de Debêntures emitidas, a redução do PMSO da ELETRONUCLEAR deve alcançar ao menos o nível de 70% (setenta por cento) da distância entre o nível atual e o do PMSO Regulatório; (ii) até o final do segundo ano de carência da primeira série de Debêntures emitidas, a redução do PMSO da ELETRONUCLEAR deve alcançar ao menos o nível de 80% (oitenta por cento) da distância entre o nível atual e o do PMSO Regulatório; (iii até o final do terceiro ano de carência da primeira série de Debêntures emitidas, a redução do PMSO da ELETRONUCLEAR deve alcançar ao menos o nível de 90% (noventa por cento) da distância entre o nível atual e o do PMSO Regulatório; (iv) até o final do quarto ano de carência da primeira série de Debêntures emitidas, a redução do PMSO da ELETRONUCLEAR deve alcançar ao menos o nível de 100% (cem por cento) da distância entre o nível atual e o do PMSO Regulatório.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A conversão de cada uma das séries de Debêntures nos termos do PARÁGRAFO PRIMEIRO desta Cláusula não desobriga a UNIÃO, enquanto controladora indireta da ELETRONUCLEAR, e sempre observada, em todo caso, a legislação societária aplicável, de reduzir o PMSO da ELETRONUCLEAR ao nível do PMSO Regulatório dentro do prazo de carência da primeira série de Debêntures emitidas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A ELETROBRAS contratará às suas expensas os serviços de terceiros necessários à emissão das debêntures de que trata esta CLÁUSULA SÉTIMA.

CLÁUSULA OITAVA: A UNIÃO deverá tomar todas as medidas necessárias para que, no menor prazo possível após a data de implementação das Condições Suspensivas, mas em prazo não superior a 60 (sessenta) dias contados de tal data, sejam adotadas as seguintes providências, pela ENBPAR e pela ELETRONUCLEAR, em relação aos recebíveis gerados por Angra 1 ("Recebíveis Livres"):

(i) Utilizar tais Recebíveis Livres como garantia a novos financiamentos a serem contraídos pela ELETRONUCLEAR para custear a LTO de Angra 1, se necessário no prazo acima referido;

(ii) Após o oferecimento das garantias eventualmente necessárias nos termos do item (i) acima, utilizar seu saldo disponível como garantia aos financiamentos captados pela ELETRONUCLEAR anteriormente à desestatização da ELETROBRAS para viabilizar a conclusão da construção de Angra 3 e que tenham garantias outorgadas pela ELETROBRAS, incluindo fianças, obrigações de contrato de suporte de acionistas e obrigações solidárias de satisfação de crédito, as quais, observado o disposto no PARÁGRAFO QUINTO da CLÁUSULA QUINTA, passarão a ser subordinadas à garantia dos Recebíveis Livres de Angra 1.

PARÁGRAFO ÚNICO: A aplicação do disposto no item (ii) acima se dará prioritariamente em relação ao financiamento nele referido concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

CLÁUSULA NONA: A critério da UNIÃO, poderá ser instaurado um novo e independente procedimento extrajudicial de mediação, no âmbito da Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal (CCAF), com a finalidade de que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES estruture nova e ampla modelagem para o projeto de conclusão da construção de Angra 3, observado o disposto no art. 36, §4º, da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, no que se refere à anuência do Ministro Relator do Tribunal de Contas da União ("CCAF Angra 3").

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A UNIÃO e a ELETROBRAS se comprometem, no contexto das negociações no âmbito da CCAF Angra 3, se for instaurado o referido processo extrajudicial de mediação, a atender, cumulativamente, a viabilidade econômico-financeira do empreendimento de Angra 3 e seu financiamento em condições de mercado, observados os princípios da razoabilidade e da modicidade tarifária, ouvida, quando da submissão de suas conclusões ao CNPE, a Empresa de Pesquisa Energética – EPE em relação ao impacto ao consumidor, em atendimento às premissas constantes do disposto no art. 10, §3º, da Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As Partes expressamente concordam que os procedimentos relacionados à CCAF Angra 3, se for instaurado o referido procedimento extrajudicial de mediação, inclusive quanto ao sucesso ou insucesso de uma conciliação no âmbito de tais procedimentos, não afetarão de nenhuma forma os termos e condições deste Termo de Conciliação, tampouco afetarão de qualquer forma os procedimentos relacionados à ADI nº 7.385, incluindo, sem limitação, a homologação imediata, plena e definitiva da conciliação formalizada por meio deste Termo de Conciliação.

...

V – DO NÃO CUMPRIMENTO DO ACORDO

...

PARÁGRAFO TERCEIRO: As Partes concordam que as disposições deste Termo de Conciliação referentes à ELETRONUCLEAR devem ser interpretadas como um acordo entre acionistas da Eletronuclear, estando, portanto, sujeitas ao disposto no art. 118 da Lei das Sociedades por Ações.

37.2 – Saque referente ao ressarcimento excedente sobre fundo descomissionamento na Eletronuclear.

Mediante a determinação proferida pelo Acórdão nº 2.503/2024 – TCU – Plenário, em 05 de fevereiro de 2025, a Eletronuclear realizou o segundo saque no valor de R$ 406.652. Igualmente a realização do primeiro saque, a Eletronuclear imediatamente deu conhecimento aos seus órgãos reguladores (CNEN e ANEEL), bem como ao Egrégio TCU. Nas demonstrações financeiras divulgadas para esta data base de 31 de dezembro de 2024 estão contidos os reflexos desta expectativa de realização, sendo o valor de R$ 406.652 (Nota explicativa 23.2).

Silas Rondeau Cavalcante
Diretor Presidente

Armando Casado de Araújo
Diretor de Finanças

Stênio Schneider Cardona Rocha
Superintendente de Contabilidade
CRC – DF 019.744/O

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, com base no relatório da auditoria independente da Russell Bedford GM Auditores, datado de 10 de abril de 2025 e emitido sem ressalvas, manifesta preocupação com a ênfase apresentada pelo auditor pelo terceiro exercício consecutivo. A ênfase refere-se à incerteza relevante quanto à continuidade operacional da controlada Eletronuclear, que enfrenta sérias dificuldades financeiras para cumprir obrigações de curto prazo, especialmente relacionadas aos investimentos nas obras de Angra 3, na extensão da vida útil de Angra 1 (LTO) e no pagamento de dívidas. A dificuldade em ajustar sua estrutura de custos agrava o risco de insolvência no curto prazo, o que pode representar riscos financeiros relevantes para a ENBPar.

Além disso, houve atraso na consolidação das demonstrações financeiras da ENBPar devido ao atraso no encerramento dos balanços da Eletronuclear. Ainda assim, o Conselho Fiscal aprovou, por unanimidade, o Relatório da Administração, a proposta de criação de Reserva Estatutária para Aumento de Capital, a destinação do lucro líquido de 2024 e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ENBPar, por refletirem adequadamente sua situação patrimonial e financeira, estando aptas para apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Gustavo Gonçalves Manfrim
Presidente do Conselho Fiscal

Leandro de Oliveira Albuquerque
Conselheiro Fiscal

Leonardo Martins Canuto Rocha
Conselheiro Fiscal

EXTRATO DE INFORMAÇÕES RELEVANTES DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão disponíveis eletronicamente nos endereços: https://enbpar.gov.br/transparencia/informacoes-financeiras/informacoes-financeiras-2024/ e https://jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi emitido em 10 de abril de 2025, sem modificações.

UBER/SECRETARIA DE SEGURANÇA

Parceria para alertas de emergência

Um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado entre a Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF) e a Uber será lançado nessa quinta-feira. O acordo objetiva o uso do sistema RapidSOS – a ideia é automatizar o envio dos dados dos veículos e condutores, bem como a localização em tempo real, para as forças de segurança pública do Distrito Federal, após acionamento emergencial a partir do aplicativo da empresa parceira. A medida visa ampliar a proteção de motoristas e passageiros e agilizar a resposta em situações críticas. A parceria inclui adaptação tecnológica de sistemas, capacitação de agentes e total conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

SALADA DE LETRAS

Incentivo à literatura local

Desde 2021, banca itinerante percorre feiras da capital com mais de 400 títulos de 180 autores do DF

CAMILA COIMBRA
redacao@grupojbr.com

CAMILA COIMBRA/JORNAL DE BRASÍLIA



Nathan Kacowicz transformou uma mesa improvisada em um projeto de resistência literária

HISTÓRIAS de BRASÍLIA 65 ANOS

Em meio ao burburinho das feiras de Brasília, um vendedor chama atenção com seu bordão: "Salada de Letras, só autores de Brasília!". Nathan Kacowicz, 65 anos, mineiro de nascimento e candango de coração, transformou uma mesa improvisada em um projeto de resistência literária. Desde 2021, sua banca itinerante percorre feiras da capital. Atualmente, a banca conta com mais de 400 títulos de 180 autores locais.

Nascido em Belo Horizonte, Nathan chegou a Brasília em 2010 para trabalhar como representante comercial de material odontológico. A mudança definitiva veio quando sua filha se mudou para estudar artes cênicas. "Ela voltou, mas eu fiquei. Me apaixonei por Brasília. Hoje me considero um brasiliense", diz.

A virada para o mundo literário começou em 2019, quando publicou seu primeiro livro de contos, "Branco", com ajuda da Editora Outubro, fundada por Clara Arreguy, ex-colega de Belo Horizonte. A pandemia frustrou os planos iniciais, mas, em 2021, morando na 110 Norte, ele decidiu arriscar: desceu para a feira com uma mesa. A partir da iniciativa de montar a própria banca no meio da feira como uma forma de divulgar seu próprio livro, Nathan pensou além. No lugar de só expor o seu lançamento, decidiu incluir outros autores de Brasília e, assim, iniciou seu projeto com 18 títulos e cinco autores."Foi boca a boca. Autores começaram a chegar: 'Você tem uma banca só de autores de Brasília?'", lembra.

Nathan explica que a Salada de Letras funciona no sistema de consignação e reúne desde poetas consagrados, como Nicolas Behr, até autores independentes, como Ana Paula Maia, Dad Squarisi e Iris Borges. "Não considero uma curadoria em si. Se é de Brasília, entra, se for ilustrador de Brasília, autor ou editora, faz parte. Mas leio tudo antes de vender", afirma.

Histórias Orgânicas

O nome do projeto surgiu de forma espontânea: "Pensei em algo fresco, misturado, como uma salada de frutas - mas com letras". Já o subtítulo, "Histórias Orgânicas", é um manifesto: "São livros feitos por pessoas reais, não por inteligência artificial. E a venda aqui também é orgânica: depende do olho no olho".

Enquanto o mercado editorial nacional enfrenta crises, Nathan explica que a maior parte das suas vendas vem de livros infantis: "Livros infantis são nossos campeões, 60% das vendas são deles. Muitos pais ainda incentivam os filhos a ler, e isso me emociona. Entre os preferidos estão obras que usam Brasília como pano de fundo. Aqui na banca tenho cerca de uns seis títulos infantis em que a cidade vira personagem.

O Salada de Letras está presente em quatro feiras por semana: na feira da 110 Norte, 206 Sul, 404 Norte e na feira do Noroeste, sempre das 5h ao meio-dia. Ao ser questionado sobre levar sua banca ao Eixão do Lazer ou ao Parque da Cidade por conta do grande fluxo de pessoas, ele explica o porquê da escolha apenas pelas feiras. "Quem caminha não quer carregar livro. Feira é lugar de comprar". O ambiente o cativou: "Os feirantes são parceiros. Um ajuda o outro, e o pregão é essencial".

Apesar das dificuldades em 2025, ele segue firme. "Livro não é presente de data comemorativa. É hábito", reforça. Para Nathan, mais do que vender livros, o importante é criar conexões. "Aqui tudo é boca a boca. Os autores chegam porque ouviram falar. Os leitores voltam porque se encantaram com uma história. É uma construção coletiva, uma salada mesmo, feita com o que Brasília tem de mais bonito: suas palavras."

ALIANCA INSTITUTO DE ONCOLOGIA S.A.
C.N.P.J.: 09.104.513/0001-17

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

ATIVO	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	11.126	15.411
Contas a receber de clientes	27.512	25.686
Estoques	2.802	3.339
Impostos a recuperar	13.580	9.557
Dividendos a receber	2.092	790
Outros ativos	719	3.239
Total do ativo circulante	**57.831**	**58.022**
NÃO CIRCULANTE		
Aplicações financeiras	14.183	-
Impostos diferidos	14.154	14.338
Investimentos	23.658	12.936
Outros ativos	39	6
Deposito Judicial	746	75
Imobilizado	2.926	3.841
Intangível	909	1.032
Direito de Uso de Ativos Arrendados	2.684	2.388
Total do ativo não circulante	**59.299**	**34.616**
TOTAL DO ATIVO	**117.130**	**92.638**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE		
Fornecedores	15.272	13.581
Obrigações sociais	1.077	594
Obrigações tributárias	671	-
Dividendos a pagar	25.630	17.550
Partes relacionadas	83	-
Outros Passivos	964	658
Passivos Arrendados	1.479	1.266
Total do passivo circulante	**45.176**	**33.649**
NÃO CIRCULANTE		
Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	2.363	1.366
Obrigações tributárias	907	470
Débitos com partes relacionadas	20.982	6.200
Passivos Arrendados	1.924	2.118
Total do passivo não circulante	**26.176**	**10.154**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	19.191	15.632
Reserva de lucros	22.220	21.371
Reserva de capital	11.367	11.367
Transações com Sócios	(7.000)	465
Total do Patrimônio Líquido	**45.778**	**48.835**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**117.130**	**92.638**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA LÍQUIDA	85.121	127.534
Custo dos serviços prestados	(62.980)	(89.828)
LUCRO BRUTO	**22.141**	**37.706**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas administrativas	(21.139)	(22.119)
Outras receitas (despesas) operacionais	2.179	(11.703)
Resultado de equivalência patrimonial	5.454	4.038
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**8.635**	**7.922**
Receitas financeiras	349	1.969
Despesas financeiras	(3.019)	(1.824)
RESULTADO FINANCEIRO	**(2.670)**	**145**
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**5.965**	**8.067**
Correntes	-	(605)
Diferidos	(184)	(733)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**5.781**	**6.729**

DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**5.781**	**6.729**
Outros resultados abrangentes	-	465
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	**5.781**	**7.194**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

			Reservas de Lucros			
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Transações com Sócios	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**15.632**	**-**	**1.843**	**14.341**	**465**	**32.281**
Resultado do exercício	-	-	-	6.729	-	6.729
Distribuição de dividendos	-	-	-	(1.542)	-	(1.542)
Ágio na incorporação	-	11.367	-	-	-	11.367
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**15.632**	**11.367**	**1.843**	**19.528**	**465**	**48.835**
Integralização de Capital	3.559	-	-	(3.559)	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	5.781	-	5.781
Distribuição de dividendos	-	-	-	(1.373)	-	(1.373)
Constituição reserva legal	-	-	289	(289)	-	-
Transações com acionistas	-	-	-	-	(7.465)	(7.465)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	**19.191**	**11.367**	**2.132**	**20.088**	**(7.000)**	**45.778**

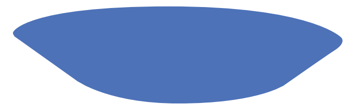
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	5.781	6.729
Ajustes para reconciliar olucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	4.255	3.670
Provisões para perda de liquidação duvidosa e glosas	1.443	3.912
Juros com arrendamento mercantil	1.487	(324)
Equivalência patrimonial	(5.454)	(4.038)
Provisão para contingências	997	336
Imposto de renda e contribuição social diferidos	184	(10.634)
Outros	-	-
	8.693	**(349)**
Variação nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(3.269)	13.934
Estoques	537	794
Impostos a recuperar	(4.023)	6.047
Outros ativos	1.816	(3.509)
Fornecedores	1.691	(13.851)
Obrigações sociais	483	103
Obrigações tributárias	1.108	(9.689)
Outros passivos	305	(5.958)
Caixa gerado pelas operações	**7.341**	**(12.478)**
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(5)
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades operacionais	**7.341**	**(12.483)**
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(163)	(979)
Passivos arrendados	(1.468)	(1.078)
Aplicação financeira em títulos e valores mobiliários, e outros ativos	(14.183)	-
Dividendos recebidos	-	5.179
Aquisição de parcerias	(6.569)	11.367
Caixa líquido (aplicado) gerado aplicado nas atividades de investimento	**(22.383)**	**14.489**
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de arrendamento mercantil	(3.350)	-
Partes relacionadas	14.865	(18.423)
Pagamento de dividendos	6.707	2.553
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**18.222**	**(15.870)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento com acionistas		
Partes relacioanadas	(7.465)	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento com acionistas	**10.757**	**(15.870)**
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(4.285)**	**(13.864)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.411	29.275
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	11.126	15.411
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(4.285)**	**(13.864)**

EXTRATO DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES DAS NOTAS EXPLICATIVAS

ALIANÇA INSTITUTO DE ONCOLOGIA S.A. ("Companhia"). Sociedade localizada na cidade de Salvador, BA, que atua na área de Oncologia Clínica. A controladora final da Companhia é a Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos S.A. Esta última é representada pelo fundo Josephina Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Josephina") e o Josephina II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Josephina II"). Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações e estão sendo divulgadas de forma completas neste jornal, no site https://jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal/

DIRETORIA
Cristiano Affonso Ferreira de Camargo
Raoni Samico Cavalcanti Porto Larena
CONTADORA
Larissa Aparecida Guimarães Januário - MG-117360/O-4



SUSPEITA DE TENTATIVA DE GOLPE DE ESTADO

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM



Por ordem de Moraes, oficial de Justiça entrou na UTI do DF Star para entregar a intimação a Bolsonaro

Bolsonaro recebe intimação do STF

Ex-presidente é notificado sobre início do processo penal após ter se tornado réu

Por ordem do ministro Alexandre de Moraes, uma oficial de Justiça entrou ontem no quarto de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do hospital DF Star, em Brasília, para intimar o ex-presidente Jair Bolsonaro sobre o início do processo penal em que é acusado de tentativa de golpe de Estado em 2022. O Supremo Tribunal Federal (STF) informou, em nota, que esperava uma "data adequada" para que a intimação pessoal fosse feita a Bolsonaro, internado desde o último dia 11 e submetido a cirurgia no intestino.

A oficial de Justiça chegou ao hospital por volta das 10h30, segundo pessoas próximas de Bolsonaro. Ela entrou no quarto de UTI às 12h45, entregou os documentos e coletou a assinatura do ex-presidente.

"Certifico e dou fé que me dirigi, nesta data, [...] ao Hospital DF Star, em Brasília/DF, onde, às 12h47, procedi à citação e intimação de Jair Messias Bolsonaro, que recebeu a contrafé e apôs seu ciente no anverso deste mandado", comunicou a oficial da Justiça ao Supremo.

Bolsonaro deu uma entrevista na segunda-feira por vídeo ao SBT Brasil, da cama de seu quarto de UTI, e na terça-feira participou de live em que conversou com Flávio Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro e Carlos Bolsonaro, seus filhos. O ex-piloto Nelson Piquet também participou. "A divulgação de live realizada pelo ex-presidente na data de ontem (22/4) demonstrou a possibilidade de ser citado e intimado hoje (23/4)", disse o Supremo.

Contagem de prazo

A citação pessoal e por escrito dos réus é um passo fundamental para o avanço da ação penal contra o ex-presidente. É por meio dessa intimação que começa a contar o prazo de cinco dias para a apresentação da defesa prévia, parte inicial do processo.

A intimação foi determinada por Moraes a todos os oito réus em 11 de abril. Todos os denunciados, exceto Bolsonaro, foram notificados pessoalmente até o dia 15 de abril. Os prazos começaram a se encerrar na terça, e as defesas de Mauro Cid, Augusto Heleno e Almir Garnier já apresentaram suas posições.

A transmissão na terça foi promovida pelos filhos de Bolsonaro para vender capacetes de grafeno de marca lançada recentemente, da qual Jair quanto Flávio são sócios. Na live, eles aproveitaram para falar sobre o que consideram "perseguição política" contra o ex-presidente e criticar Moraes.

Bolsonaro foi internado para tratar complicações recorrentes desde a facada sofrida em 2018. Ele passou por uma cirurgia de 12 horas no dia 13.

Contrariedade

Bolsonaro mostrou contrariedade com a decisão do ministro Alexandre de Moraes de comunicar da abertura do processo enquanto está internado. "Ele acha que me prendendo ou me tirando da vida pública, acabou. Está tudo resolvido a questão do Brasil aqui. E não é assim", disse o ex-presidente.

Em meio a pedidos de desculpas, ele chegou a comparar a atuação da oficial da Justiça às pessoas que cumpriam ordens da Alemanha nazista. "Você só está cumprindo ordem aqui, mas o pessoal dos tribunais do Hitler também cumpriam sua missão: colocavam judeus na câmara de gás. Todos pagaram seu preço um dia. Não vai ser diferente no Brasil", disse.

De acordo com boletim médico, Bolsonaro permanece na UTI, sem previsão de alta e com "recomendação de não receber visitas" (*Da Folhapress*).

LULA ACEITA INDICAÇÃO

Presidente da Telebras vai para as Comunicações

O presidente Lula aceitou ontem o nome do presidente da Telebras, Frederico de Siqueira Filho, como o novo ministro das Comunicações. A indicação ocorreu em reunião com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e com o líder do partido na Câmara, Pedro Lucas Fernandes (MA).

A expectativa é que a formalização do nome ocorra ainda hoje. Essa escolha foi feita após Pedro Lucas ter recusado o convite de Lula, 12 dias após ele ter sido anunciado como ministro pela ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann (PT).

O episódio com o partido gerou um constrangimento público ao governo federal, expondo dificuldades do Planalto na articulação política e a fragilidade de sua base de apoio.

Alcolumbre afirmou a Lula já na noite de terça que indicaria um nome considerado de perfil técnico para o cargo, sem filiação partidária e de sua estreita relação de confiança.

Ao longo do dia de ontem, aliados de Alcolumbre diziam que a tendência era que o parlamentar indicasse um nome da Telebras, que é vinculada à pasta das Comunicações.

Siqueira Filho também é aliado do líder do União Brasil no Senado, Efraim Filho (PB), e foi levado ao cargo na estatal por indicação de Alcolumbre, de acordo com relatos de aliados do senador. Ele se reuniu com o presidente da República no Palácio do Planalto na tarde de ontem. Também participaram do encontro Pedro Lucas e Alcolumbre.

O comando do Ministério das Comunicações estava vago desde o último dia 8, quando o então ministro Juscelino Filho (União Brasil-MA) deixou o posto após ser denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) sob acusação de corrupção passiva e outros crimes relacionados ao desvio de emendas.

Três ministérios

Marcado por divisões internas, com uma ala oposicionista e outra mais próxima do governo federal, o União Brasil tem indicados no comando de outros dois ministérios (Turismo e Desenvolvimento Regional) e é a terceira maior bancada da Câmara, com 59 deputados.

Esse aliado do petista diz que foi dado um crédito para uma nova indicação da sigla e afirma que é preciso acompanhar como será conduzido esse processo daqui para frente. Com a confirmação da indicação de Alcolumbre para o posto, a influência do senador no Executivo deve ser ampliada. Isso porque ele também foi responsável por indicar o ministro Waldez Góes, do Desenvolvimento Regional.

Apesar de o União Brasil integrar formalmente o governo, o partido não tem entregado votos em matérias consideradas prioritárias para o Executivo.

Recentemente, outro episódio envolvendo a sigla irritou integrantes do governo, quando 40 dos 59 deputados da bancada assinaram o requerimento de urgência para o projeto de lei que dá anistia aos condenados do 8 de janeiro.

O parlamentar Pedro Lucas disse, em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*, que a decisão de recusar o convite para comandar o ministério das Comunicações foi "a mais sensata para o momento" diante da possibilidade de que a bancada de seu partido, com 59 deputados, entrasse em uma guerra interna. (*Da Folhapress*).

ANDRESSA ANHOLETE/AGÊNCIA SENADO



Lula aceitou indicação feita pelo senador Alcolumbre para o Ministério das Comunicações

• Excepcionalmente, deixamos de publicar hoje a coluna do jornalista Willian Waack

DoAltoDaTorre

Eduardo Brito
edubrito.252525@gmail.com



Encontro de petistas

Visita ilustre na Câmara Legislativa. A ex-deputada distrital Arlete Sampaio visitou o colega de partido, Chico Vigilante (*foto*), no Plenário. O assunto: ato de filiação da ex-reitora da UnB Márcia Abrahão à legenda. Da tribuna, Vigilante saudou a amiga, a quem chamou de "conselheira". Fica o registro de que Márcia Abrahão evitou filiar-se antes de completar o mandato de reitora, mas é irmã da prefeita de Juiz de Fora, eleita pelo PT. Na eleição para sucedê-la na reitoria havia uma candidata do PCdoB e uma do PSOL. Ganhou a terceira candidata, Rozana Reigota Naves (*foto*), que, acreditam muitos, é da mesma vertente de Márcia.

JOSÉ CARLOS GANDRA CLDF



ASCOM-UNB



CAROLINE CRUZ/CLDF



E o rio vai secar

Em tese, nesta semana teríamos nova sessão da CPI do Rio Melchior, que vai de mal a pior. Não só o rio, mas também a CPI. O relator Daniel Donizete está de licença e tão cedo não aparece. Os distritais Rogério Morro da Cruz e Joaquim Roriz Neto não andam muito interessados em participar. Foram literalmente caçados da última vez e acabaram dando número (*foto*), mas parece que da próxima vão sumir.

Izalci discute liderança da oposição

DIVULGAÇÃO



O senador brasiliense Izalci Lucas teve uma longa reunião na noite de terça-feira com o presidente nacional do PL, na sede do partido. Sua agenda com Valdemar Costa Neto (*foto*) tinha dois itens. Oficialmente, o principal era a definição do líder da oposição no Congresso. Como o PL é o maior partido oposicionista, cabe a ele a indicação, que Izalci pleiteia, apesar de ser um cargo mais honorífico, diante das lideranças da Câmara e do Senado. O tema principal, porém, foi o cenário político do Distrito Federal. Izalci trocou o PSDB pelo PL com a condição de ser candidato a governador, condição avalizada, na cerimônia de adesão, pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. O problema é que uma parcela significativa do partido está muito próxima da também candidata Celina Leão. É o caso inclusive da ex-primeira-dama Michelle, citada como possível candidata ao Senado.

MTST tenta justificar invasão

FABRÍCIO VELOSO/ AGÊNCIA CLDF



Representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) marcaram presença na sessão ordinária dessa quarta-feira na Câmara Legislativa para defender a pauta da moradia social. Centenas de famílias do movimento iniciaram uma ocupação na quadra residencial Tamanduá, no Recanto das Emas, no dia do aniversário de Brasília, alegadamente como protesto contra a suposta lentidão da política habitacional do GDF (*foto*). Em reunião realizada com o presidente da Casa, deputado Wellington Luiz (MDB), e com os deputados Fábio Félix (PSOL) e Max Maciel (PSOL), o movimento conseguiu avançar nas negociações para a entrega de moradias. "O programa habitacional do Tamanduá, lançado pelo GDF, só se concretizou nas quadras 7 e 8. O restante da área foi grilado e o programa acabou adormecido. Com esta reunião que fizemos na Câmara Legislativa o programa desperta novamente, pois há a possibilidade de a Terracap repassar lotes para implantação de infraestrutura", explicou Eduardo Borges, dirigente nacional do MTST. "Essas famílias fizeram uma ocupação e saíram de forma ordeira e organizada, como sempre fazem. O que eles pedem é um direito consagrado na Constituição Federal, que é o direito à moradia. Eu sou de família pobre, morei em barraco e minha família recebeu uma casa por programa habitacional. Por isso, sei o quanto é importante o que essas pessoas estão reivindicando. Esta Casa vai trabalhar para buscar uma solução junto à Companhia de Desenvolvimento Habitacional do DF (Codhab)", garantiu Wellington Luiz.

Famílias devem intervir no ensino

A Comissão de Direitos Humanos do Senado, presidida pela senadora brasiliense Damares Alves, do Republicanos vai debater, nesta quinta-feira, o direito das famílias de alunos de escolas públicas e privadas de intervirem na programação educacional que seja identificada como ação de doutrinação ideológica. A discussão é alusiva ao Dia Nacional da Família na Escola, celebrado na mesma data, e tem como fundamento o Artigo 12.4 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, o qual estabelece que os pais "têm o direito a que seus filhos e pupilos recebam educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções". "A nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) prevê o direito da família de participar da vida escolar de seus filhos. E os direitos das famílias não podem ser violados", explica a parlamentar brasiliense.

Luiz Miranda vive!

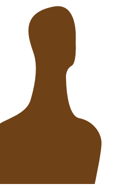
Será que alguém ainda se lembra do publicitário Luiz Miranda, talvez a maior zebra eleitoral do Distrito Federal de todos os tempos? Ele concorreu só pelas redes sociais, a partir dos Estados Unidos, onde morava, e conseguiu eleger-se deputado pela capital sem colocar os pés na cidade. Tentou reeleger-se por São Paulo, mas sua votação foi mínima. Pois um projeto de lei deixado por ele chegou nessa quarta-feira ao plenário do Senado. O texto altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para disciplinar as modificações e as adequações destinadas ao uso não convencional dos veículos automotores.

Um manual para crentes

Evangélico, o ex-deputado distrital e atual Secretário da Família do Distrito Federal, Rodrigo Delmasso, lança o livro "Governo dos Justos", em formato digital, disponível no Hotmart Marketplace. A obra chega como uma convocação direta: os cristãos não podem mais se omitir diante dos rumos da sociedade. É hora de ocupar os espaços de poder com justiça, fé e princípios sólidos. Segundo Delmasso, a política influencia a vida de todas as pessoas. "Quando os justos se afastam, os ímpios governam. Não dá mais para o cristão achar que política é algo distante ou 'sujo'. Escrevi esse livro para mostrar que a Bíblia tem muito a ensinar sobre governo, liderança e justiça". Para o leitor, o livro de Delmasso, garante ele, traz mistura de fé com prática. "Trago experiências do meu mandato, insights bíblicos e estratégias reais para quem quer influenciar sem se corromper. O livro é um manual para cristãos que sentem o chamado para transformar a sociedade com base na Bíblia.

Eufrázio

OPINIÃO



ARTIGOS

O fim das notas

Olha... se alguém me dissesse há dez anos que eu quase não usaria mais dinheiro de papel, eu provavelmente daria uma risadinha, daquelas de quem não leva a sério a futurologia. Afinal, cresci vendo gente guardando notas dentro de latas de biscoito ou enfiadas no colchão. Dinheiro de verdade tinha cheiro de novo (ou de velho, dependendo da nota), tinha textura, passava de mão em mão. Mas cá estamos... e hoje, confesso: faz semanas que não toco numa nota de R$ 50.

A verdade é que o dinheiro mudou de forma, mas não de função. E mudou rápido. Aqui no Brasil, o PIX chegou como quem não queria nada e, de repente, virou rei. Sabe aquela moedinha que a gente deixava no console do carro pro estacionamento? Virou QR Code. O troco do pãozinho da padaria? Cai direto na conta. E o mais curioso é que ninguém combinou — simplesmente foi. A praticidade venceu, como costuma acontecer nas revoluções silenciosas.

A Europa, que sempre foi mais apegada a processos longos e passos cautelosos, agora está de olho no mesmo caminho. O Banco Central Europeu quer introduzir o euro digital, e isso muda o jogo. Por cada 10 euros digitais que forem emitidos, cinco físicos saem de cena e os bancos perdem três em depósitos. É como se o dinheiro estivesse deixando de ser coisa de banco e voltando a ser uma ferramenta direta entre as pessoas e o próprio banco central. Simples, direto, sem intermediário.

É uma revolução meio invisível, mas imensa. O euro digital vai ser uma espécie de dinheiro "puro", criado pelo BCE, que você poderá usar como hoje usa um app de delivery. Mas aí vem a pergunta que me inquieta: será que estamos preparados? Porque não se trata só de tecnologia, trata-se de confiança. Confiança de que não vai ter apagão digital, que o sistema não vai cair bem na hora de pagar a conta do restaurante, que nossas informações estão seguras — e que, em última instância, ainda teremos escolha.

E sabe o que é mais interessante? Esse movimento não é só por conveniência. É geopolítico. A Europa quer manter sua soberania financeira, sua independência. Porque hoje, quando você compra online, muito provavelmente está passando por um sistema de pagamento americano. E isso, para quem pensa com a cabeça de Estado, é um detalhe que pesa.

Mas, como tudo nessa vida, há riscos. O próprio BCE admite: há ameaças cibernéticas, problemas legais, falhas operacionais. É uma estrada promissora, mas cheia de curvas.

No fim das contas, o papel-moeda ainda existe, sim, mas virou quase uma relíquia de um tempo mais tátil. Talvez nossos netos vejam uma nota de euro ou de real como a gente vê uma máquina de escrever: charmosa, mas ultrapassada. E a gente vai lembrar, com um sorriso no canto da boca, de quando dizia "aceita só em dinheiro?" — e isso fazia algum sentido.

O mundo muda. O dinheiro também. E se há algo que aprendi com essas transformações é que o mais valioso mesmo... é continuar aprendendo a navegar por elas.

GREGÓRIO JOSÉ,
jornalista, radialista e filósofo

O novo ciclo global

É notória a vida do planeta em ciclos que se modificam de tempo em tempo. 2025, segundo os estudiosos, videntes, assemelhados e até charlatães (que também fazem parte do processo) deverá ser um ano de grandes mudanças globais. Começou no ano passado com as mudanças climáticas que impuseram grandes incêndios ao hemisfério norte e as cheias ao sul – especialmente no Rio Grande do Sul (Brasil) e segue com as ondas de frio ou calor que nos tiram da vida a que estamos acostumados. Precisamos nos aclimatar.

A eleição de Donald Trump na presidência dos Estados Unidos Estados Unidos – grande potência da economia mundial, levou aquele país a forçar mudanças em todo o planeta. O aumento dos tributos no comércio dos EUA com 180 nações é uma revolução. Houve quem a classificasse como guerra econômica e os mais catastróficos que acreditaram ser o estopim da 3ª Guerra Mundial, o que, felizmente, não se confirmou. Nos últimos dias, o mercado acalmou-se com a disposição tanto dos EUA quanto da China, Rússia e outras potências econômicas à negociação. E isso vai acontecer.

A morte do papa Francisco é outro fator de virada de ciclo. Durante os 13 anos do seu pontificado, foi ele uma voz dedicada à negociação de questões sociais e humanitárias. Deu o peso da Igreja para a solução de graves problemas. Agora será substituído por outro cardeal, possivelmente alguém que ele próprio colocou nos altos escalões da instituição. O planeta espera que tudo se dê da melhor forma e aponte para a paz.

No rebuliço mundial estabelecido principalmente na economia, cada país resta com grandes tarefas para poderem continuar garantindo sua posição no mundo globalizado. O Brasil é um deles que tem como desafio grandes demandas e necessidades de reformulação de conceitos. Nossa democracia sofre múltiplos questionamentos, os Poderes da República acumulam divergências e desconfortos que não servem ao bem-estar da população composta por mais de 200 milhões de patrícios. As lideranças – principalmente as políticas – sofrem contestações e têm de se reinventar para não morrer.

A esperança de todos nós, brasileiros, reside hoje no Congresso Nacional, composto pelo Senado de 81 senadores e Câmara de 513 deputados. Depois de décadas de baixo prestígio, o Parlamento recuperou sua boa imagem ao eleger os atuais presidentes das duas casas legislativas. Agora a esperança é que ambos atuem à altura das responsabilidades colocadas sobre seus ombros e, com a força de quem tem a atribuição de fabricar leis, possam fazer o melhor para que o Brasil readquira o equilíbrio entre os Três Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário). Que cessem os arroubos do Executivo e do Judiciário sobre o Legislativo e que o Legislativo sepulte em definitivo a síndrome de vira-latas que o acometeu por um bom tempo e enfraqueceu sua imagem. Vivemos um momento em que as variáveis sociais, políticas e econômicas apontam para a construção de uma nova e vitoriosa realidade. Novas lideranças começam a surgir e poderão fazer das eleições de 2026 o moderno divisor de águas para os brasileiros. Oxalá tudo se concretize.

Não devemos nos esquecer que a virada de ciclo é mundial e nós, os brasileiros, temos uma grande tarefa. Afinal, o nosso País é a maior economia da América do Sul e o mais justo é que lidere o continente. A Argentina, que viveu tempos difíceis, está demonstrando recuperação e um novo milagre econômico. O pequeno Uruguai surfa rumo ao desenvolvimento. Outros países da área nem tanto, mas todos têm à frente uma longa agenda a cumprir. Que o Brasil seja capaz de liderar esse processo, para o bem e a felicidade geral. Cada cidadão com alguma parcela de poder ou influência pode ajudar nisso. Não se omita, por favor...

DIRCEU CARDOSO GONÇALVES,
tenente, dirigente da Associação de Assistência Social dos Policiais Militares de São Paulo

CHARGE



CARTAS DO LEITOR

Atitudes

As atitudes de muitos bolsonaristas que se dizem evangélicos é de envergonhar as centenas de milhares de brasileiros assim como eu, que torcemos por um Brasil bem melhor. Tenho visto muitos vídeos nas redes sociais de alguns na tentativa de denegrir a imagem do Santo Padre, o Papa Francisco depois de morto. Esses que veneram um político como Bolsonaro que, no comando do Brasil na pandemia fez pouco caso de milhares de famílias que perderam os seus entes queridos para a corvd19, vocês não merecem governar a população brasileira. Os que se dizem patriotas e usam o nome de Deus com objetivo de voltar ao poder verão, em 2026, nas eleições, a mão de Deus pesar sobre todos eles. Lembre-se que a Igreja que vocês dizem pertencer e os pastores que vocês veneram não abrem a porta para o céu. O que abre a porta para o céu é a fé em Deus, o respeito ao próximo e a união entre todos nós seres humanos, que juntos somos os verdadeiros filhos de Deus.

EVANILDO SALES SANTOS,
Brasília - DF

Impunidade

O Brasil é o país da impunidade, o paraíso da bandidagem.

A abrangência dos corruptos e corruptores brasileiras, desvendada pela Lava Jato, se estendeu por 12 países a ponto de a primeira dama peruana, Nadine Heredia, ser condenada a 15 anos, mas a solidariedade do presidente Lula, que se livrou da Lava Jato graças aos deuses jurídicos, a trouxe pela Força Aérea Brasileira (FAB) para o Brasil.

Enquanto isso, o Brasil, em contrapartida, a pretexto de reciprocidade, não extradita o narcotraficante aqui refugiado que a Espanha condenou. A Espanha recusou extraditar o jornalista brasileiro, Oswaldo Eustáquio, visto que, por "opinião", tanto na Espanha quanto no Brasil, não há crime para tal.

HUMBERTO SOARES,
Vila Velha - ES

CARTAS PARA A REDAÇÃO: cartas@grupojbr.com
SIG trecho 1 - Lote 765 - Brasília - DF - CEP 70610-400.
Inclua nome completo, endereço e identidade

As charges, artigos e comentários publicados nesta página são a opinião de seus autores. E não refletem necessariamente a opinião deste jornal

ESCÂNDALO

Fraude bilionária no INSS

Entidades desviaram cerca de R$ 6,3 bi de aposentados e pensionistas entre 2019 e 2024

O presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Alessandro Stefanutto, foi demitido pelo presidente Lula ontem após operação da Polícia Federal e Controladoria-Geral da União (CGU) para combater um esquema nacional de descontos associativos não autorizados em aposentadorias e pensões.

O procurador-geral do INSS, Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, o diretor de benefícios e relacionamento com o cidadão, Vanderlei Barbosa, o coordenador geral de Suporte ao Atendimento ao Cliente e o coordenador geral de Pagamentos e Benefício foram afastados de seus cargos.

De acordo com as investigações, entidades descontaram de aposentados e pensionistas o valor estimado de R$ 6,3 bi, entre 2019 e 2024. Segundo o ministro da CGU, Vinicius de Carvalho, ainda é precipitado dizer que todo este valor é ilegal, mas sim a soma dos descontos nesse período.

"O que se pode dizer é que, de uma amostra de 1.300 casos analisados, 97% dos aposentados disseram não ter dado consentimento para o desconto ou de terem ocorrido fraudes, como a falsificação de assinaturas", afirmou.

A auditoria foi feita em 29 entidades que tinham Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) com o INSS. A CGU identificou que as entidades não tinham estrutura operacional para prestar os serviços que ofereciam aos beneficiários. Também identificou que 72% das 29 entidades analisadas não tinham entregue a documentação completa ao INSS.

O diretor-geral da PF Andrei Rodrigues, disse que não poderia entrar em detalhes sobre o pedido de afastamento da cúpula do INSS, mas afirmou que ele foi solicitado pela polícia, a partir dos elementos colhidos durante as investigações de um inquérito que foi instaurado em junho de 2024.

"Durante este período, a equipe de investigação, respeitando os princípios da autonomia, a prova e a responsabilidade institucional entendeu pela necessidade de peticionar à Justiça pelo afastamento", afirmou.

Ele também declarou que houve notícias na imprensa, já no final de 2023, análise do TCU sobre esse episódio, ações da CGU reportando as sucessivas fraudes, "e o que percebeu foi a continuidade sem que houvesse ações mais efetivas no sentido contrário".

Cerca de 700 policiais federais e 80 servidores da CGU cumprem 211 mandados judiciais de busca e apreensão, ordens de sequestro de bens no valor de mais de R$ 1 bilhão. As buscas incluem o gabinete do presidente do INSS e sua residência.

Um agente da Polícia Federal de São Paulo também afastado do cargo por supostamente atuar para dar suporte ao esquema.

Foram expedidos seis mandados de prisão temporária no Distrito Federal e o restante nos estados de Alagoas, Amazonas, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe.

Até 12h de ontem, três pessoas haviam sido presas. Foram apreendidos carros de luxo, joias, dinheiro e quadros, segundo o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski. Outras três pessoas estariam foragidas.

"A investigação se trata de uma fraude contra os aposentados, pessoas que estão numa fase já adiantada da vida e, por isso, estão naturalmente debilitadas e foram vítimas fáceis desses criminosos que se apropriaram das pensões e aposentadorias", disse o ministro.

No governo Lula, a operação é considerada delicada por afetar a credibilidade de um instituto que envolve milhões de beneficiários e os contribuintes do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Após a deflagração da ação, por volta das 6h30 da manhã, o controlador-geral da União, Vinicius de Carvalho, e o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, se reuniram com o presidente para comunicar a necessidade do afastamento do presidente do INSS por omissão.

As investigações identificaram a existência de irregularidades relacionadas aos descontos de mensalidades associativas aplicados sobre os benefícios previdenciários, principalmente aposentadorias e pensões, concedidos pelo INSS.

Os investigados poderão responder pelos crimes de corrupção ativa, passiva, violação de sigilo funcional, falsificação de documento, organização criminosa e lavagem de capitais.

DIVULGAÇÃO/POLÍCIA FEDERAL



RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL



Alessandro Stefanutto trabalhava no INSS há 25 anos. O presidente Lula demitiu o servidor horas após a operação.

Quem era o presidente Stefanutto

O agora ex-presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, era procurador federal do órgão há 25 anos e estava na presidência desde julho de 2023, quando substituiu Glauco André Fonseca Wamburg, nomeado em janeiro daquele ano.

Nascido e criado na capital paulista, é formado em direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, mas mora em Brasília há 25 anos.

Seu primeiro cargo no governo federal foi como técnico da Receita Federal, em 1993, após deixar o posto público que havia conquistado em concurso no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), em 1992. Entrou para a procuradoria do INSS em 2000.

Filiado ao PDT a convite do atual ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, Stefanutto foi indicado por ele para assumir o cargo, quando o então presidente da época foi desligado devido ao aumento da fila de pedidos de benefícios do INSS.

Ao assumir o INSS, a fila de pedidos estava em 1,7 milhão e chegou aos 2 milhões em dezembro do ano passado, abrindo nova crise no governo.

Stefanutto foi o responsável por iniciar a investigação sobre os descontos indevidos de mensalidades de associações nas aposentadorias e pensões do INSS e teria levado o caso à Polícia Federal.

Suas últimas formações envolvem mestrado em direito internacional pela Universidade de Lisboa (2024) e uma especialização em mediação e arbitragem (2017), na Fundação Getulio Vargas (FGV) (*Da Folhapress*).

saibamais

- **Os aposentados e pensionistas do INSS que tiverem desconto indevido de mensalidade associativa no extrato de pagamentos (contracheque) podem pedir a exclusão do débito de forma automática pelo aplicativo ou site meu INSS.**
- **Na tela inicial do Meu INSS é disponibilizada a consulta de "mensalidade associativa". Em seguida, uma funcionalidade no aplicativo/site permite que aposentados e pensionistas além de consultarem o desconto no pagamento, peçam a exclusão e/ou bloqueio através do serviço "exclusão de mensalidade de associação ou sindicato" e/ou "bloqueio de mensalidade de associativa".**
- **O serviço também pode ser solicitado pela Central 135, assim como diretamente às entidades associativas.**

Como funcionam os descontos

As associações são entidades às quais aposentados e pensionistas podem se filiar para ter benefícios como plano de saúde, academia, dentista, colônia de férias e consultoria jurídica para entrar com ações judiciais, entre outros. É descontada uma mensalidade diretamente do benefício previdenciário.

Aposentados e pensionistas podem estar sendo vítimas de esquema de desconto ilegal de mensalidades nos benefícios, feitos por associações e sindicatos, desde 2016, ainda na gestão do ex-presidente Michel Temer.

Elas se filiam ao INSS após um processo de análise da legalidade da associação. Há ao menos 30 entidades inscritas no órgão, que têm permissão para descontar mensalidades das aposentadorias e pensões de quem aceita se filiar. Desse total, 13 estão sendo investigadas pela PF.

Segundo o advogado Rômulo Saraiva, especialista em Previdência e colunista do jornal *Folha de S.Paulo*, há dois processos criminosos para conseguir o desconto. O primeiro é conseguir acesso aos dados de aposentadorias e pensões dos segurados, que seriam sigilosos.

O segundo é fraudar a assinatura eletrônica do segurado e toda a documentação de filiação à entidade. Depois, basta enviar esses dados à Dataprev (empresa de tecnologia do governo federal), que faz o desconto mensalmente.

Para saber se há desconto ilegal, o segurado precisa acessar o extrato de benefício no aplicativo ou site Meu INSS. No documento, constam todos os descontos feitos na aposentadoria, caso sejam de mensalidade associativa ou de crédito consignado.



VELÓRIO DO PAPA FRANCISCO

Longa espera pela despedida

Fiéis passam cerca de três horas na fila para ver o pontífice. Vaticano estuda ampliar horários.

A cerimônia da chegada do caixão do papa Francisco à Basílica de São Pedro, ocorrida na manhã de ontem, nem tinha terminado quando a fila de fiéis e turistas já se formava do lado de fora, na praça, para entrar na igreja e ver de perto seu corpo. No começo da tarde (9h de Brasília), pessoas que estavam saindo da basílica relatavam ter passado cerca de três horas em todo o processo.

Diante da movimentação, o Vaticano estuda ampliar o horário de entrada para além da 19h (meia-noite no Vaticano) como era previsto para esta quarta e quinta.

Depois de quase dois dias de velório reservado na capela da Casa Santa Marta, onde o papa morava dentro do Vaticano, a chegada do caixão à basílica marcou o início do velório aberto ao público. Até sexta-feira, será possível se despedir do papa, e estima-se que 1,5 milhão de pessoas possam passar pelo local. O funeral será no sábado, com a missa pela manhã.

Por volta das 9h de Brasília (começo da tarde na Itália), a fila estava dando a volta na colunata da praça, que mede 240 metros de diâmetro. A maioria parecia resistir, mas havia também quem desistia ao saber que a espera duraria horas. Havia também queixas da falta de organização, já que outras filas, como para passar pelo detector de metais, confundiam os recém-chegados.

Pessoas com dificuldade de mobilidade tinham acesso facilitado. Debaixo do sol e com temperatura pouco acima dos 20 graus, guarda-chuvas foram sacados das mochilas. Quem persiste na fila entra na São Pedro pela porta santa, aberta em dezembro em função do Jubileu da Igreja, que ocorre a cada 25 anos. Lá dentro, é preciso percorrer todo o corredor da nave central até o altar da Confissão, onde o caixão foi colocado.

"Irmãs, não parem de andar", disse um segurança ao repreender um grupo de religiosas que diminuíram o passo logo após avistar o corpo de Francisco. Todos querem ver o papa e todos querem fotografar o papa. Quando a fila se aproxima do caixão, grande parte empunha o celular e começa a filmar ou fotografar. Um gesto tão comum como o sinal da cruz com a mão.

É impreciso chamar esse grupo de "fiéis". Entre aqueles que se dedicam a esperar horas para ver o papa, tem um pouco de tudo. Tem turistas, que viram coincidir suas férias com um evento histórico, tem peregrinos, que tiveram cancelados seus acessos prioritários, tem famílias com crianças, já que parte da Itália está em pausa escolar por causa da Páscoa. Tem os moradores da capital italiana, padres, freiras e, sim, os fiéis. Alguns que passam pelo caixão se comovem.

"Foi uma emoção enorme. Poder ver tantos rostos emocionados, de jovens, crianças, idosos. É uma sensação profunda que faz bem para o coração", disse à Folha de S.Paulo Angelo Oliveri, 28, que mora em Roma e estava na praça São Pedro desde cedinho para pegar um lugar e assistir à chegada do caixão na basílica. Acabada a cerimônia, ele entrou na fila e passou mais de três horas nela. "Vale a pena. Teria ficado até mais na fila se necessário".

Antes de o caixão ser fechado, o rosto do papa será coberto por um véu de seda branca e, aos seus pés, será colocada uma bolsa de seda vermelha com medalhas de bronze e prata de cada ano de seu pontificado cunhadas pelo Vaticano. Além disso, uma escritura que lista brevemente detalhes de sua vida e seu período à frente da Igreja será lida em voz alta e colocada no caixão em um tubo de chumbo.

Conclave

Ainda não há data para o conclave. Na sala de imprensa, o Vaticano disse que a prioridade eram as decisões relacionadas às cerimônias fúnebres.

Pouco conhecido fora dos círculos eclesiásticos, o arcebispo brasileiro Ilson de Jesus Montanari, 65, é uma das figuras-chave nos bastidores do Vaticano desde 2020.

Com a morte do papa Francisco, aos 88 anos, o brasileiro conhecido por ser muito discreto e reservado terá papel decisivo nos ritos de transição e na condução do conclave que elegerá o novo líder da Igreja.

Na prática, dom Ilson é o segundo na hierarquia da Câmara Apostólica, órgão encarregado de administrar os bens, as finanças e toda a estrutura operacional do Vaticano, na ausência do pontífice seja por morte, renúncia ou impedimento temporário, como uma viagem.

O paulista assume as funções do camerlengo caso o titular esteja impedido. Atualmente, o cargo é ocupado pelo irlandês Kevin Joseph Farrell, nomeado por Francisco em 2019 e que anunciou a morte do argentino.

Quando o papa morre, dom Ilson tem como função, ao lado de Farrell, constatar a morte do pontífice e trancar o quarto até que o próximo chefe da Igreja seja eleito. No caso de Francisco, esse rito já aconteceu. Durante o conclave, dom Ilson atuará como secretário, responsável por redigir as atas *(Da Folhapress)*.

AP PHOTO/EMILIO MORENATTI



O caixão com o corpo do Papa Francisco entrou na Basília de São Pedro sob aplausos dos fiéis e muita comoção

Uma ascensão inesperada

Francisco deixa um legado marcado pela tentativa de reformar a Igreja Católica e aproximá-la dos pobres e das periferias. Mas sua eleição, ocorrida em março de 2013, não era esperada: o então arcebispo de Buenos Aires não figurava na lista de considerados favoritos no conclave que sucedeu a histórica renúncia de Bento 16.

O principal nome era o do italiano Angelo Scola, bispo de Milão, que contava com amplo apoio entre cardeais de seu país. Teólogo respeitado e ligado ao movimento Comunhão e Libertação, Scola, então com 71 anos, era visto como uma opção de continuidade, alinhada com as ideias conservadoras de Bento 16. Sua candidatura parecia ser a mais natural, dada sua influência na Igreja e sua proximidade com o Vaticano.

No entanto, a fragmentação de votos entre os cardeais e a falta de um consenso claro entre os blocos mais tradicionais abriram espaço para a ascensão de Jorge Mario Bergoglio. O cardeal argentino, até então considerado uma escolha improvável, passou a ser visto como uma alternativa de consenso, unificando os votos dos insatisfeitos com as opções mais tradicionais. Seu perfil jesuíta, sua ênfase em temas sociais e sua origem fora do eixo Europa-EUA contribuíram decisivamente para sua ascensão.

Primeiro papa latino-americano e primeiro jesuíta a assumir o trono de Pedro, Francisco inaugurou seu pontificado com um gesto de humildade: antes de abençoar os fiéis, pediu que fosse abençoado por eles *(Da Folhapress)*.



GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a Serem Realizadas Cumulativamente em 30 de Abril de 2025

O Presidente do Conselho de Administração da **BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A.**, na forma do artigo 10 do Estatuto Social, convoca seus acionistas, para as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a serem realizadas cumulativamente, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2025, às 17h00, na sede da Companhia situada na SEPN Comércio Residencial Norte 508 - Asa Norte, Brasília - DF, CEP 70740-543, a fim de deliberar sobre as seguintes Ordens do Dia:

I – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:

a) Fixar a Remuneração Global dos Administradores, dos Conselheiros Fiscais e dos membros do Comitê de Auditoria, para o período de abril/2025 a março/2026;
b) Examinar, discutir e deliberar sobre as Demonstrações Contábeis e Relatório da Administração, referentes ao Exercício findo em 31/12/2024;
c) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, referentes ao ano de 2024;
d) Eleição de membros do Conselho de Administração;
e) Eleição de membros do Conselho Fiscal.

II – ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

a) Deliberar sobre a capitalização da reserva para expansão, referente ao ano de 2023;
b) Deliberar sobre o grupamento de ações da companhia;
c) Alterar o artigo 5º do Estatuto Social em consequência da capitalização da reserva para expansão e do grupamento de ações da companhia.

INSTRUÇÕES GERAIS:

a) Os acionistas e seus representantes deverão observar os termos do art. 126 e respectivos §§ 1º e 4º da Lei das Sociedades por Ações, quanto à legitimação e representação;
b) Os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na Assembleia Geral a que se refere o presente Edital deverão ser depositados na sede da Companhia, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia;
c) Os documentos objeto das deliberações da Assembleia Geral ora convocada encontram-se à disposição dos acionistas na Sede da Companhia.

Brasília, 10 de abril de 2025
Paulo André Rocha Alves
Presidente do Conselho de Administração

Edição impressa produzida pelo **Jornal de Brasília** com circulação diária em bancas e assinantes.

As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no endereço eletônico: ***https://jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal**

A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.



NOVO ENEM DOS CONCURSOS

Cerca de 3 mil vagas no próximo CNU

Duas novas carreiras estão previstas e prova deve ter código de barras para identificar candidatos

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Inscrições devem ocorrer em junho, segundo ministra Esther Dweck

A ministra Esther Dweck (Gestão e Inovação) afirmou ontem que a segunda edição do Concurso Público Nacional Unificado (CNU) deve abrir cerca de 3.000 vagas neste ano e que as inscrições devem ocorrer em junho.

Dweck disse também que o termo de referência para a escolha da banca do próximo concurso está pronto e deve ser publicado pelo governo de Lula até o início da próxima semana. "Lá vai estar previsto o número de vagas, e a gente vai também divulgar quais serão as vagas", afirmou a ministra em evento promovido pela *CNN Brasil*, em Brasília.

Na primeira edição do certame, o termo de referência foi publicado em novembro de 2023 e o edital saiu dois meses depois. Neste ano, o CNU terá um edital unificado para todos os blocos temáticos. Outra novidade da prova é a inclusão de códigos de barras, visando reduzir erros ocorridos no último concurso e acelerar as correções.

Segundo a chefe da pasta, duas carreiras novas serão contempladas na próxima edição do CNU, uma ligada à área de defesa e segurança pública, e outra voltada a desenvolvimento socioeconômico. Ainda de acordo com Dweck, a faixa salarial dessas carreiras vai variar entre cerca de R$ 10 mil e R$ 21 mil.

"São duas carreiras que estão complementando as nossas carreiras transversais, que é a nossa visão do serviço público brasileiro. A gente acha que tem que ter poucas carreiras transversais que possam atuar nos diversos ministérios", disse.

"A gente já teve algumas autorizações na área da saúde e da área administrativa também, que vão estar dentro do concurso público nacional unificado", acrescentou.

De acordo com Dweck, também será publicado o ato que formaliza a entrada no serviço público de quase 4.300 pessoas que foram aprovadas na primeira edição do CNU e não têm curso de formação. "A gente vai publicar a autorização de provimento para que elas possam ingressar no serviço público brasileiro nas próximas semanas, de preferência", afirmou.

Maior da história

O primeiro CNU, ocorrido em agosto do ano passado, foi o maior concurso público da história. Foram 2,1 milhão de inscritos, dos quais 970 mil fizeram a prova. Os candidatos disputaram 6.640 vagas para 21 órgãos federais, com salários iniciais de até R$ 22,9 mil. Mais da metade (52%) dos aprovados não tem experiência no setor público (*Da Folhapress*).

NO PRIMEIRO MÊS

Novo crédito consignado soma R$ 8 bi em empréstimos

As instituições financeiras concederam cerca de R$ 8 bilhões no primeiro mês de operação do novo crédito consignado aos trabalhadores com carteira assinada, afirmou ontem o secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Pinto.

"As taxas de juros pelas quais os empréstimos estão sendo concedidos são a metade, na média, das taxas cobradas no empréstimo sem garantias no país. A gente está tendo uma competição enorme entre as instituições financeiras dentro do aplicativo", afirmou o secretário.

As declarações foram dadas em evento promovido pela *CNN Brasil*. Ele participou de painel ao lado do secretário extraordinário da Reforma Tributária da Fazenda, Bernard Appy.

Segundo Pinto, entre 60% e 70% dos créditos concedidos aos trabalhadores são usados para renegociação de dívidas. "O fato de que esse crédito pode ser quitado por um período mais longo faz com que as parcelas estejam caindo em até um terço para o consumidor", disse.

O secretário reforçou que os clientes têm trocado dívidas mais caras por outras mais baratas. "Nos 120 dias após publicação da medida provisória, os bancos só podem conceder crédito para quem já tem dívida se ele [cliente] pagar a dívida antiga", disse.

"A concessão de crédito é livre para quem não tem nenhuma dívida. Para quem já tem, seja em consignado ou em crédito direto ao consumidor, tem que haver o pré-pagamento. É responsabilidade do banco organizar isso", acrescentou.

Mais cedo, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) disse ter expectativa de mudança na escala e na concessão do consignado privado a partir dos próximos dias, quando os grandes bancos passarão a ofertar a modalidade de crédito em suas próprias plataformas (*Da Folhapress*).

CINEMA/"O CONTADOR 2"

Mais tiros, menos sentido e um estranho carisma

TAMIRES RODRIGUES
tamires.rodrigues@grupojbr.com

Ninguém pediu uma continuação de "O Contador", e ainda assim ela chegou — armada, afiada e mais barulhenta do que nunca. Estreando nesta quinta-feira (24), o novo capítulo da saga de Christian Wolff, o contador autista e metódico, com habilidades de combate dignas de um super-herói de ação, abraça tudo aquilo que parecia exagerado no filme de 2016 e multiplica por dois: a pancadaria, a confusão narrativa e a masculinidade truncada. A boa notícia? Dessa vez, o absurdo é parte do charme.

Ben Affleck retorna ao papel com a mesma contenção do primeiro filme — olhar vazio, fala precisa, gestos calculados. Mas algo mudou. Em O Contador 2, o roteiro opta por rir, ainda que discretamente, da rigidez do protagonista. Ao invés de esconder suas idiossincrasias sob uma camada de seriedade incômoda, o filme as transforma em momentos quase cômicos, como quando Chris tenta dançar ou navegar em aplicativos de relacionamento. O resultado é um protagonista mais humano, sem abrir mão da letalidade que o tornou famoso.

A trama, por outro lado, é uma verdadeira salada de interesses: tráfico humano, cartéis de peixe (!), uma rede de jovens autistas hackers e uma assassina estilosa com nome de perfume francês. O roteiro é um labirinto sem centro, mas isso não parece incomodar os realizadores. Aqui, a coerência narrativa é secundária. O importante é que haja espaço para tiroteios, perseguições e diálogos entre irmãos que mais parecem sessões de terapia com testosterona em excesso.

É justamente na dinâmica entre Chris e Braxton (Jon Bernthal) que o filme encontra seu coração. Os dois irmãos — emocionalmente disfuncionais, mas ferozmente leais — entregam os momentos mais críveis em meio ao caos estilizado.

Bernthal, livre para exagerar, transforma cada cena em uma espécie de monólogo emocional com armas nas mãos. Se Affleck continua rígido, Bernthal compensa com sobra. Talvez o aspecto mais curioso da continuação seja sua tentativa de inclusão.

O filme escala atores autistas e insere personagens neurodivergentes como figuras centrais em uma trama de espionagem e vigilância digital. O gesto é válido, ainda que a representação beire o fantasioso — jovens gênios capazes de hackear qualquer sistema do planeta como se estivessem jogando videogame. Não é exatamente realista, tampouco progressista no sentido mais profundo, mas a intenção de mostrar diversidade é clara e bem-vinda.

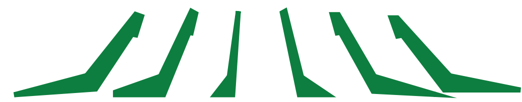
Apesar das muitas firulas, O Contador 2 não tenta ser mais do que é: entretenimento escapista. A sequência abandona qualquer pretensão de ser um drama psicológico ou estudo de personagem, e aposta tudo na ação estilizada e no carisma estranho de seus protagonistas. Isso faz com que o filme funcione como uma espécie de pipoca gourmet — exagerada, sem nutrição narrativa, mas de sabor viciante.

No fim das contas, o filme acerta por mirar onde sabe que pode acertar. A crítica pode não perdoar os excessos, mas o público — especialmente os fãs do original — deve acolher a continuação com entusiasmo. E se houver um terceiro capítulo, não será por falta de histórias, e sim por excesso de munição.

DIVULGAÇÃO/WARNER BROS. PICTURES



Roteiro opta por rir da rigidez do personagem de Ben Affleck



LIBERTADORES

Palmeiras com desfalques

O Palmeiras tem três novas baixas importantes para o jogo de hoje contra o Bolíviar, às 19h, em La Paz, pela terceira rodada do Grupo G da Libertadores. O zagueiro Micael, o meio-campista Richard Ríos e o atacante Vitor Roque sequer viajaram com a delegação por problemas médicos. Além da baixa do trio, o Palmeiras já tem uma lista extensa de desfalques: Murilo, Veiga, Bruno Rodrigues, Mayke e Marcos Rocha.

A situação de Micael é a que mais preocupa. O defensor sofreu uma entorse no tornozelo esquerdo na vitória contra o Fortaleza no fim de semana, e pode levar um tempo importante para se recuperar.

Ríos e Roque têm situações mais tranquilas. O meio-campista foi diagnosticado com um edema na coxa esquerda, e o atacante tem dores no tornozelo esquerdo e foi preservado.

Um provável Palmeiras contra o Bolívar tem: Weverton; Giay, Gustavo Gómez, Bruno Fuchs (Naves) e Piquerez; Aníbal Moreno, Emiliano Martínez (Evangelista) e Felipe Anderson; Estêvão, Paulinho e Flaco López.

O Palmeiras se antecipou e viajou à Bolívia nessa terça-feira, dois dias antes do confronto, para adaptação dos atletas. O clube considera que ter mais tempo em contato com as condições do ar rarefeito é benéfico ao elenco.

Ontem, Abel Ferreira comandou um treino nas instalações do The Strongest, um dos principais rivais do Bolívar. O objetivo é "experimentar" as variações da bola, que muda de velocidade diante da altitude.

Bahia

Após assegurar a primeira vitória fora de casa na história da Copa Libertadores e voltar a triunfar na fase de grupos após 36 anos, o Bahia volta a campo pela terceira rodada da competição continental na noite desta quinta-feira, a partir das 21 horas, diante do Atlético Nacional (COL), na Arena Fonte Nova, de olho na liderança do complicado Grupo F.

O duelo é tratado com extrema importância para o time baiano, já que após o empate entre Internacional e Nacional, pode assumir a ponta isolada. Com quatro pontos, o Bahia está apenas um atrás do rival gaúcho, enquanto os colombianos aparecem na terceira colocação, com três.

Para a partida, o goleiro Ronaldo e o lateral-direito Santiago Arias foram vetados pelo departamento médico por causa de estiramentos musculares. Além disso, o centroavante Willian José não estará disponível devido a um quadro de cansaço muscular.

Outros dois jogos fecham a rodada da Libertadores. Às 19h, Central Córdoba (ARG) e Deportivo Táchira (VEN), times do grupo do Flamengo, jogam na Argentina. Cerro Porteño (PAR) e Sporting Cristal (PER), jogam às 21h30.

CESAR GRECO/ PALMEIRAS



Alviverde sofreu três baixas de última hora antes do jogo em La Paz

SUL-AMERICANA

Momento de recuperação

Três times brasileiros entram em campo na noite de hoje pela terceira fase da Copa Sul-Americana. Corinthians e Cruzeiro estão em situação bem delicada no torneio, enquanto o Grêmio pode assumir a liderança de sua chave.

Ainda sem um treinador definido desde a demissão de Ramón Díaz, o Corinthians sobe ao gramado da Neo Química Arena nesta quinta-feira, às 19h, para enfrentar o Racing de Montevidéu, do Uruguai, em partida da terceira rodada da fase de grupos da Copa Sul-Americana. O time do Parque São Jorge ainda busca a sua primeira vitória na competição continental.

LUCAS UEBEL/GREMIO FBPA



Mano comanda o Grêmio pela primeira vez na competição

Já o Cruzeiro está em uma situação ainda mais crítica. Após dois jogos, a equipe não venceu um jogo sequer, amargando a lanterna do Grupo E. O jogo de hoje será contra o Palestino, no Chile, às 21h30.

Pela liderança

A situação mais confortável é a do Grêmio, que pega o Godoy Cruz, em Mendoza, na Argentina. O jogo será às 19h. Os dois times lideram o Grupo D, com seis pontos. Esse será o primeiro jogo com Mano Menezes à frente do time na competição.

TÊNIS

Fonseca estreia hoje

João Fonseca já sabe quando estreará no Masters 1000 de Madri. O tenista de 18 anos vai jogar sua primeira partida nesta quinta-feira, por volta de 11h, pelo horário de Brasília. O local da partida será a quadra central, no Manolo Santana Stadium, o maior e mais prestigiado palco do torneio espanhol.

Fonseca, número 65 do mundo, vai estrear na chave principal contra o dinamarquês Elmer Moller, 114º colocado do ranking da ATP e número 2 do seu país, atrás apenas de Holger Rune, atualmente no Top 10.

O jogo do brasileiro será o quarto da quadra central, segundo a programação divulgada pelos organizadores nesta quarta. O primeiro duelo do dia será entre o australiano Aleksandar Vukic e o japonês Kei Nishikori às 11h, pelo horário local. Não antes das 13h, a russa Mirra Andreeva enfrentará a checa Marie Bouzkova.

Adversário do brasileiro, Elmer Moller tem 21 anos e conquistou o Challenger de Oieras, em Portugal, na última semana. O dinamarquês bateu o brasileiro Thiago Monteiro na primeira rodada e seguiu avançando até derrotar o argentino Comesana na final.

Atual número 111 do mundo, ele é o segundo tenista da Dinamarca mais bem ranqueado. Apenas Holger Rune, que tem a mesma idade que ele, está na frente, integrando o top 10 - já aparece em 8º no live ranking.

FLAMENGO

Finalização ruim volta a preocupar o clube

A falta de efetividade nas finalizações volta a preocupar no Flamengo após a equipe acumular, pela primeira vez na temporada, seu segundo jogo seguido sem balançar as redes - ainda que tenha sido o terceiro sem sofrer gol.

O Rubro-Negro ficou no 0 a 0 diante de Vasco, pelo Brasileiro, e contra a LDU, pela Libertadores. No entanto, cada jogo teve a sua particularidade para que a rede não balançasse. Antes deste jogos, venceu o Juventude, por 6 a 0, pela Série A.

O Flamengo massacrou o Vasco e empilhou oportunidades desperdiçadas. Foram 17 finalizações contra seis dos cruzmaltinos, e o goleiro rival, Léo Jardim, foi o destaque da partida com belas defesas. Já diante dos equatorianos o Rubro-Negro finalizou menos que o adversário: foram 10 chutes no alvo contra 11.

Filipe Luís destacou o calendário brasileiro como um obstáculo a superar. Segundo ele, os jogadores têm se sacrificado para desempenhar seu melhor futebol.

"Não estamos numa posição cômoda nesse grupo, estamos atrás da LDU. É verdade que temos duas partidas em casa, mas enfrentaremos o (Central) Córdoba fora de casa e não vai ser fácil. Mas acredito que com nossa equipe, nosso modelo, vamos classificar. O objetivo é passar. Se é em primeiro, melhor. É um calendário muito apertado, com muitos jogos seguidos. É a quarta partida em 12 dias que tivemos. Jogadores fizeram um esforço grande e terão que continuar fazendo para passarmos para as oitavas e, depois, tentar chegar o mais longe possível nessa competição que é tão bonita e tão especial", disse Filipe Luís após o jogo de quarta-feira, em Quito.

CLASSIFICADOS&EDITAIS

(61) 99637-6993 CLASSIFICADOS@GRUPOJBR.COM

Edição impressa produzida pelo Jornal de Brasília com circulação diária em bancas e assinantes.

As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no endereço eletônico: *https://jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal

A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.



3º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE JOSE FRANCISCO DA SILVA e KENIA RODRIGUES ALVES DA SILVA

O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal FAZ SABER, para ciência do respectivos, **JOSE FRANCISCO DA SILVA, CPF: 255.535.261-91 e KENIA RODRIGUES ALVES DA SILVA, CPF: 905.370.251-20,** devedores fiduciantes do imóvel alienado: **APARTAMENTO 1401, VAGA DE GARAGEM N° 1401/1401-A SUBSOLO, BLOCO "A", LOTE 2675, AVENIDA PARQUE ÁGUAS CLARAS, BAIRRO ÁGUAS CLARAS, TAGUATINGA, DF,** os quais não tendo sido encontrados nos endereços de cobrança, indicados pela credora, ficam, por este edital, INTIMADOS do teor respectivo. O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 26, parágrafos 1º e 3º da Lei nº. 9.514/97, por requerimento da **SICOOB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA,** credora fiduciária do contrato imobiliário garantido por alienação fiduciária, conforme **R.10**, na **matrícula nº. 213.400**, respectivamente, deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade de V.S.ª., venho INTIMÁ-LOS a efetuarem o pagamento das prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, cujo valor atualizado até o dia 07/04/2025, corresponde a **R$563.688,78 (quinhentos e sessenta e três mil, seiscentos e oitenta e oito reais e setenta e oito centavos)**, além das despesas de cobrança e de intimação, cujo valor é de **R$4.672,70 (quatro mil, seiscentos e setenta e dois reais e setenta centavos),** já incluso 5% do ISS, totalizando a importância de **R$568.361,48 (quinhentos e sessenta e oito mil, trezentos e sessenta e um reais e quarenta e oito centavos)**. Assim, procedo à INTIMAÇÃO de V.S.ª(as). para que se dirija(m), no horário de 09:00 às 17:00 horas, a este Ofício situado na QS 01, RUA 210, Lote 40, Sala 915, 9° Andar, Torre "B", Águas Claras – DF, onde devera(m) efetuar o pagamento do débito discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia da publicação deste edital. Por oportuno, fica(m) V.S.ª(as). ciente(s) de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação de propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei nº. 9.514/97. Atenciosamente, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos Barroso, o Oficial.

3º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SEMEAR COMÉRCIO DE PERFUMARIA E COSMÉTICOS EIRELI representada por: JOSÉ MARQUES ZAGO

O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal FAZ SABER, para ciência da respectiva, **SEMEAR COMÉRCIO DE PERFUMARIA E COSMÉTICOS EIRELI, CNPJ:28.825.174/0001-02**, **representada por: JOSÉ MARQUES ZAGO, CPF:038.014.541-34**, devedora fiduciante do imóvel alienado: **APARTAMENTO N° 109, PROJEÇÃO "D", SETOR HOTELEIRO DE TAGUATINGA, TAGUATINGA-DF**, a qual não tendo sido encontrada nos endereços de cobrança, indicados pela credora, fica, por este edital, INTIMADA do teor respectivo. O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 26, parágrafos 1º e 3º da Lei nº. 9.514/97, por requerimento da **CNP CONSÓRCIO S/A - ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS**, credora fiduciária do contrato imobiliário garantido por alienação fiduciária, conforme **R.10**, na **matrícula nº.194070,** respectivamente, deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade de V.S.ª., venho INTIMÁ-LA a efetuar o pagamento das prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, cujo valor atualizado até o dia 09/04/2025, corresponde a **R$54.563,56 (cinquenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e três reais e cinquenta e seis centavos),** além das despesas de cobrança e de intimação, cujo valor é de **R$3.294,68 (três mil, duzentos e noventa e quatro reais e sessenta e oito centavos),** já incluso 5% do ISS, totalizando a importância de **R$57.858,24 (cinquenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e vinte e quatro centavos)**. Assim, procedo à INTIMAÇÃO de V.S.ª(as). para que se dirija(m), no horário de 09:00 às 17:00 horas, a este Ofício situado na QS 01, RUA 210, Lote 40, Sala 915, 9° Andar, Torre "B", Águas Claras – DF, onde devera(m) efetuar o pagamento do débito discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia da publicação deste edital. Por oportuno, fica(m) V.S.ª(as). ciente(s) de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação de propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei nº. 9.514/97. Atenciosamente, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos Barroso, o Oficial

3º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SEMEAR COMÉRCIO DE PERFUMARIA E COSMÉTICOS EIRELI representada por: José Marques Zago

O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal FAZ SABER, para ciência do respectivo, **SEMEAR COMÉRCIO DE PERFUMARIA E COSMÉTICOS EIRELI, CNPJ:28.825.174/0001-02 representada por José Marques Zago, CPF:038.014.541-34**, devedora fiduciante do imóvel alienado: **APARTAMENTO 111, PROJEÇÃO "D", SETOR HOTELEIRO DE TAGUATINGA, TAGUATINGA-DF**, o qual não tendo sido encontrado nos endereços de cobrança, indicados pela credora, fica, por este edital, INTIMADA do teor respectivo. O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 26, parágrafos 1º e 3º da Lei nº. 9.514/97, por requerimento da **CNP CONSÓRCIO S/A - ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS**, credora fiduciária do contrato imobiliário garantido por alienação fiduciária, conforme **R.10**, na **matrícula nº.194071,** respectivamente, deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade de V.S.ª., venho INTIMÁ-LA a efetuar o pagamento das prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, cujo valor atualizado até o dia 09/04/2025, corresponde a **R$54.567,69 (cinquenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e sete reais e sessenta e nove centavos)**, além das despesas de cobrança e de intimação, cujo valor é de **R$3.294,68 (três mil, duzentos e noventa e quatro reais e sessenta e oito centavos),** já incluso 5% do ISS, totalizando a importância de **R$57.862,37 (cinquenta e sete mil, oitocentos e sessenta e dois reais e trinta e sete centavos).** Assim, procedo à INTIMAÇÃO de V.S.ª(as). para que se dirija(m), no horário de 09:00 às 17:00 horas, a este Ofício situado na QS 01, RUA 210, Lote 40, Sala 915, 9° Andar, Torre "B", Águas Claras – DF, onde devera(m) efetuar o pagamento do débito discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia da publicação deste edital. Por oportuno, fica(m) V.S.ª(as). ciente(s) de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação de propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei nº. 9.514/97. Atenciosamente, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos Barroso, o Oficial.

Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal
Subsecretaria de Administração Geral
Diretoria de Planejamento de Contratações e Licitações



AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 90002/2025

UASG: 928082

Processo nº 04026-00008311/2025-28. A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal torna público que realizará dispensa de licitação cujo objeto é a Aquisição de materiais gráficos e de apoio pedagógico, compreendendo envelopes, panfletos e maleta de pintura infantil, destinados à execução do projeto HUMANIZA/SEAPE-DF. Valor Estimado: R$ 3.416,64 (Três mil, quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e quatro centavos). Data e horário da dispensa: 28 de abril de 2025, às 8h, por meio do Sistema Dispensa Eletrônica no site www.compras.gov.br. O Termo de Referência poderá ser acessado no sítio www.seape.df.gov.br. Informações: (61) 3335-9533/9506, e-mail: licitacao@seape.df.gov.br.

RENATA PEREIRA DE JESUS
Subsecretária de Administração Geral

Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal
Diretoria de Aquisições
Central de Compras



AVISO DE ABERTURA

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 90102/2025 - UASG 926119

Objeto: Aquisição de TERMÔMETRO DIGITAL, MÁX. E MÍN., COM CABO EXTENSOR, em sistema de registro de preços, para atender às necessidades da Secretaria de Saúde – DF, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital. Processo SEI nº: 00060-00046297/2023-31. Total de 02 itens (Ampla Concorrência e Cota reservada às ME/EPP's). Valor Estimado: R$ 158.696,4800. Cadastro das Propostas: a partir de 24/04/2025. Abertura das Propostas: 07/05/2025, às 8h30, horário de Brasília, no site www.comprasnet.gov.br. O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus no site ou com ônus no endereço: SRTVN 701, Lote D, Edifício PO 700, 2º andar, Central de Compras/DAQ/SUCOMP, CEP: 70.719-040 - Brasília/DF.

FABIANA MENDES DE OLIVEIRA CORTEZ
Pregoeira

Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal
Coordenação de Licitações



AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2025 - UASG 974002

A Pregoeira comunica que o edital da licitação supracitada, publicada no DODF nº 58, de 26/03/2025, página 58, foi alterado. Objeto é o registro de preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte terrestre ou agenciamento/intermediação de transporte terrestre dos servidores, empregados e colaboradores a serviço dos órgãos e entidades da Administração Pública Distrital, por demanda, no âmbito do Distrito Federal e entorno, com a disponibilização de solução tecnológica tipo aplicativo de celular compatível, no mínimo, com os sistemas operacionais *Android* e *iOS* e que possibilite a operação e a gestão dos atendimentos via sítio Web. Processo nº: 04044-00011409/2024-63. Abertura das propostas: 13/05/2025, às 9h30 no site www.gov.br/compras. Informações gerais pelo e-mail: pregoeirosulog10@economia.df.gov.br.

Brasília/DF, 23 de abril de 2025

TATIANA CARNEIRO DE MELO MOREIRA
Pregoeira

Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal
Comissão Permanente de Licitação



AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2025 (UASG: 927507)

PROCESSO: 00400-00048256/2022-36

Objeto: Aquisição de materiais permanentes e insumos para os Projetos de Horticultura nas Unidades do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal - SEJUS. Valor Estimado: R$ 294.103,93 (duzentos e noventa e quatro mil, cento e três reais e noventa e três centavos). Tipo de Licitação: Menor preço por item. Abertura da sessão pública: 07/05/2025, às 10h. O Edital poderá ser retirado nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras e www.gov.br/pncp a partir de 24/04/2025.

Brasília, 24 de abril de 2025.

PERIVAL BISPO BIZERRA
Pregoeiro

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA - SODF
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL - DER/DF
AVISO DE RECEBIMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE SUPRESSÃO VEGETAL

Torna público que recebeu do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental - IBRAM, a Autorização de Supressão de Árvores Isoladas - CAI nº 2053.4.2025.51902, para supressão vegetal dos indivíduos arbóreos que interferem com a obra de implantação de via marginal à rodovia DF-290, trecho Gama / BR-040. Região Administrativa de Santa Maria - DF. Processo SEI n° 00391-00008017/2024-06

Brasília/DF, 23 de abril de 2025
Fauzi Nacfur Junior
Presidente do DER-DF

ORLANDO CARLOS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.
CNPJ/MF nº 00.635.698/0001-11
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA VIRTUAL GERAL ORDINÁRIA

A administração convoca os senhores cotistas a se reunirem em assembleia virtual geral ordinária, a ser realizada no dia **30 de abril de 2025**, às **15:30**, mediante vídeo conferência, na plataforma Google Meet, no link: **https://meet.google.com/ehh-guhb-xve**, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2024; **(ii)** destinação de lucros e distribuição de dividendos. Os cotistas poderão participar pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, desde que munido de: **(a)** documento de identidade e, se for o caso, **(b)** instrumento de mandato outorgado na forma da lei, há menos de um ano, devendo o procurador ser cotista, administrador da sociedade ou advogado. Os documentos descritos ou suas cópias autenticadas deverão ser depositados no departamento jurídico da sociedade (Goiânia) ou encaminhados ao e-mail **juridico.go@jorlan.com**, com antecedência mínima de trinta minutos da realização da assembleia. Nesta última hipótese, os originais deverão ser entregues no primeiro dia útil seguinte, no mesmo local. Será considerado ausente o cotista que não se fizer presente na sala de reunião em até cinco minutos após do horário de abertura dos trabalhos ou que não apresentar os documentos exigidos neste edital. Brasília, 22 de abril de 2025. Por **Orlando Carlos da Silva Júnior** e **Luís Fernando Machado e Silva** (administradores).

Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal
Companhia do Metropolitano do Distrito Federal



COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL
CNPJ Nº 38.070.074/0001-77 NIRE 53 5 0000095 0
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A 34ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E 32ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, CUMULATIVAS, DOS ACIONISTAS DO METRÔ-DF

A Diretoria Colegiada da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal (METRÔ-DF), em sua 1542ª Reunião Ordinária, considerando o disposto no art. 123 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e considerando, ainda, o disposto no inciso II do artigo 12 e o inciso I do artigo 27 do Estatuto Social desta Empresa, **CONVOCA** os acionistas da Companhia para a 34ª Assembleia Geral Ordinária e para a 32ª Assembleia Geral Extraordinária, cumulativas, dos Acionistas do METRÔ-DF, previstas para ocorrerem às **10h**, do **dia 30 de abril de 2025**, em primeira chamada, destacando que serão realizadas em ambiente exclusivamente digital, com a finalidade de tratar dos assuntos constantes da Ordem do Dia mencionada adiante:

1. 34ª (Trigésima Quarta) Assembleia Geral Ordinária:

1.1 Deliberação sobre as contas dos administradores da Companhia e sobre o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis relativas ao Exercício findo em 31.12.2024, acompanhadas do Relatório da Auditoria Independente, dos Pareceres do Conselho Fiscal e da Decisão do Conselho de Administração;

1.2 Deliberação sobre a Proposta de Distribuição do Resultado da Companhia, apurado no Exercício de 2024;

1.3 Eleição dos empregados YAN LONGO DA SILVA e ALEXANDRE DA CRUZ SANTOS SANTARÉM para o Conselho de Administração do METRÔ-DF, escolhidos em votação secreta e direta pelos empregados da Companhia para exercício da representatividade no Conselho, como membro Titular e Suplente, nessa ordem, nos termos previstos na Lei nº 6.404/76, bem assim da Lei nº 13.303/2016 e no Estatuto Social, para cumprimento do mandato do Biênio 2024-2026, seguido da destituição dos atuais ocupantes dos cargos;

1.4 Eleição e/ou Reeleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal para exercício do mandato relativo ao Biênio 2025-2027, de acordo com a previsão contida na Lei nº 6.404/76 c/c a Lei nº 13.303/2016 e o disposto no Estatuto Social;

1.5 Referendo da DECISÃO nº 027/2024-CA/METRÔ-DF, adotada na 363ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração;

1.6 Eleição da Senhora MARIA ALESSANDRA SEADI como membro do COMITÊ CONSULTIVO E DE ELEGIBILIDADE DA COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL - CECMDF, órgão auxiliar ao acionista controlador, para exercício do mandato 2023-2025, e ratificação de sua nomeação, ocorrida em 24 de outubro de 2024, por meio da DECISÃO nº 027/2024-CA/METRÔ-DF;

1.7 Eleição e/ou Reeleição dos empregados WENDEL LEMES DE FARIA , RODOLFO ASSIS ROCHA ANTUNES e MARIA ALESSANDRA SEADI, como membros do COMITÊ CONSULTIVO E DE ELEGIBILIDADE DA COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL - CECMDF, órgão auxiliar ao acionista controlador, relativamente ao mandato 2025-2027;

1.8 Deliberação acerca da Proposta de Ressarcimento de Plano de Saúde, bem assim da Proposta de Recomposição Salarial para os Dirigentes da Companhia.

2. 32ª (Trigésima Segunda) Assembleia Geral Extraordinária:

2.1 Deliberação sobre a Proposta de Aumento do Capital Social da Companhia, resumida em elevar o seu valor para R$2.940.195.432,68 (dois bilhões, novecentos e quarenta milhões, cento e noventa e cinco mil, quatrocentos e trinta e dois reais e sessenta e oito centavos), permanecendo o mesmo valor nominal da ação;

2.2 Deliberação sobre a reforma do Estatuto Social, voltada ao ajuste do artigo 5º, em decorrência da decisão do item 2.1., acerca do aumento do Capital Social da Companhia.

Brasília, 10 de abril de 2025.

HANDERSON CABRAL RIBEIRO; MÁRCIO GUIMARÃES DE AQUINO; FERNANDO JORGE RODRIGUES; FLÁVIA CARNEIRO DE OLIVEIRA

Eufrázio

A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.

BANCORBRÁS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ sob o nº 00.717.967/0001-99

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Em cumprimento ao disposto no Art. 14 e alíneas do Estatuto Social, são convocados os Senhores Acionistas desta Sociedade a se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a realizarem-se no **dia 30 (trinta) de abril de 2025, às nove horas, em segunda convocação**, na Quadra SCN, Quadra 02, Bloco C, Número 900, Térreo, Bairro Asa Norte, CEP: 70712-030, Brasília (DF), a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia:**

1. EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1.1. Tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação do Balanço Patrimonial levantado em 31.12.2024, da Demonstração do Resultado do Exercício, da Demonstração dos Fluxos de Caixa, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do Exercício, do Relatório da Administração, dos Pareceres dos Conselhos de Administração e Fiscal, e do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis;

1.2. Destinação dos Resultados do Exercício;

1.3. Eleição dos Membros Efetivos e Suplentes do Conselho Fiscal para o período de 1º.5.2025 até a próxima Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, que se realizará após a eleição;

1.4. Eleição de um membro do Conselho de Administração, para o período de 1º.5.2025 até 31.3.2027;

1.5. Reserva para Investimentos – Aprovação.

2. EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

2.1. Deliberação sobre alterações no Estatuto Social da Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A., compreendendo:

BANCORBRÁS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. – BEP

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE, DO FORO, DO OBJETO SOCIAL E DA DURAÇÃO

– **Artigo 1º** – Caput: Inversão de termos; Inclusão de parágrafo único em decorrência do remanejamento do artigo 3º, com a inserção de endereço, CNPJ, Inscrição Estadual e Nire da Sede.

– **Artigo 2º,** alínea "a" exclusão de termo, alínea "d" exclusão e inclusão de termos, para adequação de texto.

– **Artigo 3º** – Exclusão de artigo, após o remanejamento do texto para o parágrafo único do artigo 1º.

– **Artigo 3º novo** – Renumeração de artigo, antigo 4º.

CAPÍTULO II – DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

– **Artigo 4º novo** – Renumeração de artigo, antigo 5º.

CAPÍTULO III – DO CAPITAL E DAS AÇÕES

– **Artigo 5º novo** – Renumeração de artigo, antigo 6º, Caput: inclusão e adaptação de texto; exclusão do parágrafo 9º.

– **Artigos 6º, 7º e 8º novos** – Renumeração de artigo, antigos 7º, 8º e 9º.

CAPÍTULO IV – DO DEVER DE NÃO CONCORRÊNCIA

– **Artigo 9º novo** – Renumeração de artigo, antigo 10.

CAPÍTULO V – DA DISPERSÃO E DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE

– **Artigos 10 e 11 novos** – Renumeração de artigo, antigos 11 e 12.

CAPÍTULO VI – DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

– **Artigos 12, 13 e 14 novos** – Renumeração de artigo, antigos 13, 14 e 15.

– **Artigo 16 novo** – Renumeração de artigo, antigo 17, alínea "g" exclusão de termo.

– **Artigo 17 novo** – Renumeração de artigo, antigo 18.

– **Artigo 18 novo** – Renumeração de artigo, antigo 19 e parágrafo único: Inclusão da modalidade de assinatura digital.

– **Artigo 19 novo** – Renumeração de artigo, antigo 20.

CAPÍTULO VII – DA ADMINISTRAÇÃO

– **Artigo 20 e 21 novos** – Renumeração de artigo, antigos 21 e 22.

– **Artigo 22 novo** – Renumeração de artigo, antigo 23, parágrafo 2º adaptação conforme renumeração de artigo e parágrafo 7º Inclusão da modalidade de assinatura digital.

– **Artigo 23 novo** – Renumeração de artigo, antigo 24.

– **Artigo 24 novo** – Renumeração de artigo, antigo 25; alíneas "h" exclusão de termo, "n" exclusão e inclusão de texto, "p" e "r" exclusão de termos.

– **Artigo 25 novo** – Renumeração de artigo, antigo 26.

– **Artigo 26 novo** – Renumeração de artigo, antigo 27, parágrafo 2º adaptação conforme renumeração de artigo.

SEÇÃO II – DA DIRETORIA

– **Artigo 27 e 28 novos** – Renumeração de artigo, antigos 28 e 29.

– **Artigo 29 novo** – Renumeração de artigo, antigo 30, parágrafo 6º adaptação conforme renumeração de artigo.

DO DIRETOR-PRESIDENTE

– **Artigo 30 e 31 novos** – Renumeração de artigo, antigos 31 e 32.

DO DIRETOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE

– **Artigo 32 novo** – Renumeração de artigo, antigo 33, alínea "a", adaptação conforme renumeração de artigo.

– **Artigo 33 novo** – Renumeração de artigo, antigo 34.

DO DIRETOR-GERAL DE NEGÓCIOS E MARKETING

– **Artigo 34, 35 e 36 novos** – Renumeração de artigo, antigos 35, 36 e 37.

DA AUDITORIA

– **Artigo 37 novo** – Renumeração de artigo, antigo 38, Caput: adequação de texto;

– Inclusão de responsabilidades itens novos: III, V, VI e XIV;

– Exclusão dos itens antigos: IV, VI, VII, VIII, XIII, XVI e XVII;

– Ajustes de texto Caput e dos itens: IV (antigo III), IX (antigo X) e X (antigo XI);

– Renumeração dos itens: IV (antigo III), VII (antigo V), VIII (antigo IX), IX (antigo X), X (antigo XI), XI (antigo XII), XII (antigo XIV), XIII (antigo XV) e XV (antigo XVIII).

SEÇÃO III – DO CONSELHO FISCAL

– **Artigo 38 novo** – Renumeração de artigo, antigo 39.

– **Artigo 39 novo** – Renumeração de artigo, antigo 40, Caput – Readequação de quantidade de membros, exclusão de requisito e a ajuste da proporcionalidade de reeleição.

– **Artigo 40, 41, 42 e 43 novos** – Renumeração de artigo, antigos 41, 42, 43 e 44.

CAPÍTULO VIII – DO EXERCÍCIO SOCIAL E DA DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

– **Artigo 44, 45 e 46 novos** – Renumeração de artigo, antigos 45, 46 e 47.

– **Artigo 47 novo** – Renumeração de artigo, antigo 49.

– **Artigo 48 antigo/novo,** remanejado, com inclusão de texto.

– **Artigo 49, 50 e 51 novos** – Renumeração de artigo, antigos 50, 51 e 52.

– **Artigo 52 novo** – Renumeração de artigo, antigo 53, Caput: adaptação conforme renumeração de artigo.

– **Artigo 53 novo** – Renumeração de artigo, antigo 54.

CAPÍTULO IX – DA LIQUIDAÇÃO

– **Artigo 54 novo** – Renumeração de artigo, antigo 55.

CAPÍTULO X – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

– **Artigo 55 novo** – Renumeração de artigo, antigo 56, com inclusão de texto.

– **Artigo 56, 57 e 58 novos** – Renumeração de artigo, antigos 57, 58 e 59.

CAPÍTULO XI – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

– **Artigo 59 novo** – Renumeração de artigo, antigo 60.

2.2. Deliberação sobre a remuneração global dos membros da Diretoria, dos Conselhos de Administração e Fiscal;

2.3. Fixação dos preços unitários das ações;

2.4. Aprovação das **"NORMAS PARA REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS E DIRIGENTES DAS EMPRESAS BANCORBRÁS - 2025".**

Comunicamos que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na Sede Social, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2024.

Aqueles que desejarem poderão ser representados por procuração, desde que preencha os requisitos legais, cujo modelo poderá ser solicitado por meio virtual, para o seguinte endereço eletrônico: **secretariageral@bancorbras.com.br**.

Brasília (DF), 22 de abril de 2025.

Bancorbrás

JORGE TOMIO GUIYOTOKU
Presidente do Conselho de Administração

EMPREGOS

Ofertas : 780

Lista divulgada em **24/04/2025.** Algumas das vagas podem já ter sido preenchidas antes de seu comparecimento à **Agência do Trabalhador** de sua cidade

OBS: Para ser encaminhado à vaga, o seu perfil profissional deverá estar compatível com os pré-requisitos exigidos pelo empregador. As vagas disponíveis possuem limite máximo de encaminhamentos para a entrevista. Quando este limite é atingido, a vaga se torna invisível aos atendimentos e novos encaminhamentos.

VAGAS	CIDADE	SALÁRIO	ESCOLARIDADE
ARMADOR DE ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO	ZONA INDUSTRIAL GUARÁ	R$ 2.100,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
AÇOUGUEIRO	CEILANDIA	R$ 1.606,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO INCOMPLETO
AJUDANTE DE OBRAS	ASA NORTE	R$ 1.518,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
ANALISTA DE MAKETING	RIACHO FUNDO I	R$ 1.585,00 + BENEFÍCIOS	ENS. SUPERIOR INCOMPLETO/MARKETING
ARMAZENISTA	ÁGUAS CLARAS	R$ 1.606,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
ATENDENTE DE LANCHONETE	ASA SUL	R$ 1.639,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
ATENDENTE DE LANCHONETE	LOCAL DE TRABALHO NÃO FIXO	R$ 1.600,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
ATENDENTE DE LOJAS	JARDIM BOTÂNICO	R$ 1.600,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
ATENDENTE DE LOJAS	ASA NORTE	R$ 1.639,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
ATENDENTE DE LOJAS	ASA SUL	R$ 1.600,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
ATEDENTE DE MESA	ASA SUL	R$ 1.524,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
ATENDENTE DE PADARIA	LOCAL DE TRABALHO NÃO FIXO	R$ 1.606,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO INCOMPLETO
AUXILIAR DE COZINHA	ÁGUAS CLARAS	R$ 1.700,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
AUXILIAR DE COZINHA	ASA SUL	R$ 1.524,96 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
AUXILIAR DE COZINHA	GAMA	R$ 1.773,62 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
AUXILIAR DE COZINHA	LOCAL DE TRABALHO NÃO FIXO	R$ 1.584,71 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
AUXILIAR DE COZINHA	SAMAMBAIA	R$ 1.773,62 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
AUXILIAR DE COZINHA	ASA SUL	R$ 1.650,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
AUXILIAR DE COZINHA	LOCAL DE TRABALHO NÃO FIXO	R$ 1.584,71 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
AUXILIAR DE COZINHA	ÁGUAS CLARAS	R$ 1.700,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
AUXILIAR DE LIMPEZA	ÁGUAS CLARAS	R$ 1.606,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
AUXILIAR DE LIMPEZA	ALEXANIA	R$ 1.773,62 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
AUXILIAR DE LIMPEZA	ALEXANIA	R$ 1.773,62 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
AUXILIAR DE LIMPEZA	JARDIM BOTÂNICO	R$ 1.600,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
AUXILIAR DE LIMPEZA	ÁGUAS CLARAS	R$ 1.700,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
AUXILIAR DE LIMPEZA	LOCAL DE TRABALHO NÃO FIXO	R$ 1.606,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO INCOMPLETO
AUXILIAR DE LIMPEZA	LOCAL DE TRABALHO NÃO FIXO	R$ 1.550,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
AUXILIAR DE MARCENEIRO	VICENTE PIRES	R$ 1.800,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
AUXILIAR DE PADEIRO	LOCAL DE TRABALHO NÃO FIXO	R$ 1.606,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO INCOMPLETO
AUXILIAR DE PIZZAIOLO	JARDIM BOTÂNICO	R$ 1.600,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
AUXILIAR NOS SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO	LOCAL DE TRABALHO NÃO FIXO	R$ 1.606,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO INCOMPLETO
BARMAN	RIACHO FUNDO I	R$ 1.518,00 + BENEFÍCIOS	NÃO EXIGIDA
CAIXA DE BAR, LANCHONETE E RESTAURANTES	ASA NORTE	R$ 1.525,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
CAMAREIRA DE HOTEL	ALEXANIA	R$ 1.773,62 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
CAMAREIRA DE HOTEL	ALEXANIA	R$ 1.773,62 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
CASEIRO	SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO	R$ 1.600,00 + BENEFÍCIOS	NÃO EXIGIDA
CHAPISTA DE LANCHONETE	ASA SUL	R$ 1.518,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
CONSULTOR DE VENDAS	VICENTE PIRES	R$ 1.518,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
CONSULTOR DE VENDAS	RIACHO FUNDO I	R$ 1.585,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
COZINHEIRO DE RESTAURANTE	RIACHO FUNDO I	R$ 2.000,00 + BENEFÍCIOS	NÃO EXIGIDA
COZINHEIRO GERAL	ZONA INDUSTRIAL GUARÁ	R$ 1.942,40 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
COZINHEIRO GERAL	JARDIM BOTÂNICO	R$ 1.800,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
COZINHEIRO GERAL	ZONA INDUSTRIAL GUARÁ	R$ 1.942,40 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
CUMIM	TAGUATINGA NORTE	R$ 1.639,44 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
EMPREGADO DOMÉSTICO NOS SERVIÇOS GERAIS	LAGO SUL	R$ 1.700,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
EMPREGADO DOMÉSTICO ARRUMADOR	ÁGUAS CLARAS	R$ 1.800,00 + BENEFÍCIOS	NÃO EXIGIDA
ESTOQUISTA	SUDOESTE	R$ 1.585,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
FIEL DE DEPÓSITO	ZONA INDUSTRIAL GUARÁ	R$ 1.630,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
GARÇOM	ASA SUL	R$ 1.524,96 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
GARÇOM	ALEXANIA	R$ 1.773,62 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
GARÇOM	ALEXANIA	R$ 1.773,62 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
GARÇOM	GUARÁ I	R$ 1.800,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
GERENTE DE ALMOXARIFADO	CEILANDIA NORTE	R$ 2.285,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
GERENTE DE RESTAURANTE	GUARÁ I	R$ 3.000,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
LANTERNEIRO DE AUTOMÓVEIS (REPARAÇÃO)	VICENTE PIRES	R$ 3.500,00 + BENEFÍCIOS	NÃO EXIGIDA
MECÂNICO DE AUTOMÓVEL	ASA NORTE	R$ 1.518,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
MECÂNICO MONTADOR DE MOTORES DE EXPLOSÃO E DIESEL	VICENTE PIRES	R$ 3.500,00 + BENEFÍCIOS	NÃO EXIGIDA
MONITOR DE SISTEMAS ELETRÔNICOS DE SEGURANÇA INTERNO	ASA SUL	R$ 1.672,73 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
MONTADOR DE MÓVEIS DE MADEIRA	RIACHO FUNDO I	R$ 2.300,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO INCOMPLETO
MOTORISTA DE CAMINHÃO	PONTE ALTA(GAMA)	R$ 2.018,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
OPERADOR DE CAIXA	JARDIM BOTÂNICO	R$ 1.800,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
OPERADOR DE CAIXA	ÁGUAS CLARAS	R$ 1.606,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
OPERADOR DE EMPILHADEIRA	CEILANDIA	R$ 1.800,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO INCOMPLETO
PADEIRO	LOCAL DE TRABALHO NÃO FIXO	R$ 2.200,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO INCOMPLETO
PADEIRO	TAGUATINGA SUL	R$ 3.100,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
PEDREIRO	LOCAL DE TRABALHO NÃO FIXO	R$ 2.285,80 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
PIZZAIOLO	JARDIM BOTÂNICO	R$ 2.200,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO INCOMPLETO
RECEPCIONISTA ATENDENTE	PLANALTINA	R$ 2.000,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
RECEPCIONISTA EM GERAL	ZONA INDUSTRIAL GUARÁ	R$ 1.558,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
REPOSITOR EM SUPERMERCADOS	LOCAL DE TRABALHO NÃO FIXO	R$ 1.616,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO INCOMPLETO
REPOSITOR DE MERCADORIAS	ÁGUAS CLARAS	R$ 1.606,00 + BENEFÍCIOS	FUNDAMENTAL COMPLETO
SUBGERENTE DE RESTAURANTE	ASA SUL	R$ 1.800,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
TÉCNICO EM NUTRIÇÃO	FAZENDA PAPUDA	R$ 2.440,17 + BENEFÍCIOS	ENS. SUPERIOR COMPLETO - NUTRIÇÃO
VENDEDOR INTERNO	TAGUATINGA NORTE	R$ 1.518,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO
VENDEDOR INTERNO	SUDOESTE	R$ 1.981,88 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO INCOMPLETO
VENDEDOR INTERNO	SAMAMBAIA SUL	R$ 1.518,00 + BENEFÍCIOS	ENS. MÉDIO COMPLETO

A Secretaria do Estado de Trabalho do Distrito Federal também disponibiliza as vagas oferecidas nos sites www.trabalho.df.gov.br e maisemprego.mte.gov.br. Os interessados em utilizar o serviço precisa fazer um cadastro no endereço eletrônico para ter acesso às oportunidades existentes para o seu perfil. Por conta desse sistema, os postos aqui listados estão sujeitos a alterações.

Do total, 14 Agências do Trabalhador estão com atendimentos presenciais ao público. Funcionando de segunda a sexta-feira, das 8:00h às 17:00h (sem interrupção). Para mais dúvidas, entre em contato pelos telefones de atendimento ao público **(61) 3773-9482** / **(61) 3773-9484.**

WhatsApp JBr
Escaneie o Qr Code receba as principais notícias do dia direto no seu celular.

Jornal de Brasília


VILA INDA E ASSOCIADOS ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA
CNPJ - 24.932.013/0001-67

REDUÇÃO DE CAPITAL

VILA INDA E ASSOCIADOS ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA, estabelecida na **SEPS EQ 710/910 CONJUNTO D SALAS 216/218, EDIFICIO VIA BRASIL, ASA SUL, BRASÍLIA-DF, CEP: 70.390-108**, com seu contrato social devidamente registrado na JUCIS-DF sob o **nire nº 53202062426**, inscrita no **CNPJ nº 24.932.013/0001-67**, vem informar sobre a redução do capital social no valor de R$1.700.000 (um milhão e setecentos mil reais) para **R$600.000,00 (Seiscentos mil reais)** para equiparar o capital social ao valor já integralizado pelos demais sócios.
ANTONIO JOSE DE ALMEIDA INDA FILHO
CATARINA JULIANA DA VILA INDA
DANILO CÉSAR BORGES CONCEIÇÃO DE ARAÚJO
FERNANDA FREIRE KOSAC

VALTAIR FERNANDES CARDOSO

Torna público que está recebeu do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM/DF, a Licença Operação SEI-GDF n.º 119/2023 - IBRAM/PRESI para a atividade de Agricultura Irrigada, no Núcleo Rural Rio Preto, Lote 09, Planaltina/DF. Processo nº 00391-00014226/2017-51.


PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90015/2025
SEI 14463/2024

OBJETO: Aquisição de fitas de armazenamento Ultrium 7 (LTO-7) e cartuchos de limpeza compatíveis com padrão LTO-7, observadas as condições e especificações estabelecidas nos Anexos I, II e III do Edital. Disponível a partir de 24/04/2025, às 08h, no site https://www.gov.br/compras/pt-br/. **ABERTURA: 12/05/2025**, **às 14h**. Informações: cpc@cnj.jus.br.

Larissa Coutinho Diógenes
Pregoeira

EDIS DE OLIVEIRA SILVA

AVISO DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

Torna público que recebeu do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental –IBRAM/DF, a Licença de Operação nº 24/2025, para atividade de Avicultura de frango de Corte, na Chácara Mirante "Fazenda Desterro", BR-080, km 32, Brazlândia/DF. Processo: 00391-00008303/2024-63. EDIS DE OLIVEIRA SILVA, proprietário.

Clube de Caça e Pesca de Brasília/DF

CONVOCAÇÃO

O Presidente do Clube de Caça e Pesca de Brasília/DF, convoca os senhores sócios, quites com suas obrigações junto a tesouraria do CAPEB, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, na sede do Clube, no setor de Clubes Esportivos Sul, Trecho 4 Lotes 2-A e 2-B, no dia 04/05/2025 (domingo), às 09:00 horas, em primeira convocação e às 09:30 horas, em segunda convocação para:**1-** Eleição do Presidente da Assembleia, **2-** Aprovação das contas **3-** Assuntos gerais. **4-** Eleição da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal Biênio, 2025/2027.


TJDFT **Poder Judiciário da União**
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

4ª Vara de Família de Brasília

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS
SUBSTITUIÇÃO DE CURATELA

Processo Nº 0815544-38.2024.8.07.0016
Ação: INTERDIÇÃO/CURATELA (58)
REQUERENTE: MARCUS VINICIUS GOULART GONZAGA, MARCUS VINICIUS GOULART GONZAGA JUNIOR
REQUERIDO: NÃO HÁ

O DR. **ANDRÉ FERREIRA DE BRITO**, Juiz de Direito Substituto da 4ª Vara de Família de Brasília, FAZ SABER a todos os terceiros quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, nos autos da **Ação INTERDIÇÃO/CURATELA (58) - Processo 0815544-38.2024.8.07.0016**, ajuizada por MARCUS VINICIUS GOULART GONZAGA e MARCUS VINICIUS GOULART GONZAGA JUNIOR, visando à substituição da curatela de FAIGA GOULART GONZAGA, foi DECRETADA, mediante sentença proferida em 04/02/2025, devidamente transitada em julgado em 18/02/2024, a **SUBSTITUIÇÃO DE CURATELA** de FAIGA GOULART GONZAGA, **CPF Nº606.544.571-15**, declarado(a) incapaz de cuidar de si mesmo(a) e administrar seus bens. Destituiu-se do cargo MARCUS VINICIUS GOULART GONZAGA**, CPF Nº001.462.501-68**, e foi nomeado como novo(a) curador(a) **MARCUS VINICIUS GOULART GONZAGA JUNIOR, CPF Nº359.533.141-91**, para o exercício de todos os atos jurídicos da vida civil. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e no futuro não possam alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado três vezes no Diário de Justiça Eletrônico (DJ-e), nos termos do artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil (CPC/2015). Dado e Passado nesta cidade de BRASÍLIA-DF, 18 de fevereiro de 2025, 16:29:37.

MARTA SILVA BALIEIRO
Diretora de Secretaria


Este documento foi gerado pelo usuário 119.***.***-03 em 28/03/2025 12:55:16
Número do documento: 25021819480400000000206104232
https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25021819480400000000206104232
Assinado eletronicamente por: MARTA SILVA BALIEIRO - 18/02/2025 19:48:04

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão, na Forma Eletrônica, nº 90002/2025

OBJETO: Registro de Preço para aquisição de água mineral.
SESSÃO PÚBLICA: 08/05/2025 às 09h30. **LOCAL:** www.gov.br/compras. Edital encontra-se nos sites: https://www.gov.br/pncp/pt-br e https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/secretaria-de-administracao/licitacoes.

Claudemberque Monteiro Ferreira
Pregoeiro

AUTO POSTO CINCO ESTRELAS LTDA
CNPJ nº: 00.692.418/0001-07

Aviso de Recebimento da Licença Prévia-LP

Torna público que recebeu do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - IBRAM/DF, a Licença Prévia SEI GDF nº: 9/2025 - IBRAM-PRESI, para a atividade de Posto Revendedor de Combustível, no Paranoá Parque - Quadra 04, conjunto: 2 - Lote nº: 01 - Paranoá/DF, CEP nº: 71.587-854, e processo nº: 00391-00012375/2024-13. José Eduardo Gomes de Sousa.


Terracap
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL – GDF
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL

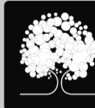

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

O Presidente da Comissão de Licitação para Compra de Bens, Serviços e Obras – CPLIC/TERRACAP, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 220/2024 – DIRAF, comunica a realização do seguinte certame.

Processo:	111-00014983/2024-35
Modalidade/número:	Licitação Presencial nº 03/2025
Tipo:	Menor Preço
Objeto:	Contratação por escopo das obras para implantação de redes de drenagem e redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitário na localidade denominada Quadra 12 Conjuntos CL – Setor Sul Gama – DF, compreendendo o sistema viário (pavimentação asfáltica, respectiva sinalização e meios-fios); além dos demais serviços correlatos conforme indicações em projeto e orçamento.
Valor estimado (R$):	O valor estimado é sigiloso nos termos do Art. 34 da Lei nº 13.303/2016.
Data/hora de abertura/local:	20/05/2025, às 10 horas. SAM – Bloco "F", Edifício-Sede da Terracap, Sala 24, Subsolo. Brasília/DF – CEP 70620-000.
Retirada do Edital e anexos:	Gratuitamente no sítio da Terracap www.terracap.df.gov.br, na seção licitações compras/serviços.

Brasília, 22 de abril de 2025.

LADÉRCIO BRITO SANTOS FILHO
Presidente da CPLIC

Secretaria de Estado de
Educação do Distrito Federal
Subsecretaria de Administração Geral


AVISO DE SUSPENSÃO *SINE DIE*
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90004/2024 (UASG 450432)

A Comissão Permanente de Contratação - CPC vem comunicar a SUSPENSÃO *SINE DIE* da Concorrência Nº 90004/2024, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução da obra de construção do CENTRO EDUCACIONAL a ser localizado na QUADRA 04, AE 02– VILA ESTRUTURAL – DF. Em terreno de 10.080,78 m² cercado por muro e gradil metálico e edificação com 5.374,78m² de área construída, em 2 (dois) pavimentos, com rampa e escadas, 18 salas de aula, auditório, sala de música, grêmio estudantil, biblioteca, sala de artes plásticas, sala multiúso, sala multimídia, salas de apoio pedagógico, cozinha industrial e refeitório, vestiários e sanitários, salas administrativas, pátio coberto e laboratórios. Também serão edificados castelo d'água, central de GLP, bicicletário, guarita, estacionamento, além de quadra coberta com vestiários e depósito para adequação do Projeto Básico e Edital. Processo nº 00080-00067990/2023-72.

COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

AVISO DE SUSPENSÃO *SINE DIE*
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90021/2025 - (UASG 450432)

O Pregoeiro da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal torna público aos interessados a SUSPENSÃO do PREGÃO ELETRÔNICO nº 90021/2025, Processo SEI-GDF 00080-00303588/2024-48, cujo objeto é a pretensa aquisição de KITS LANCHE, por meio do Sistema de Registro de Preços, para atendimento ao Programa de Alimentação Escolar (PAE/DF), de acordo com as demandas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE/DF), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Motivo: Determinação do Tribunal de Contas do Distrito Federal, exaradas no processo nº 00600-00003698/2025-11-e, DESPACHO SINGULAR Nº 190/2025 – GDCIM. Obs.: Os documentos e informações sobre a suspensão estão disponíveis em: https://www.gov.br/compras/pt-br e https://www.educacao.df.gov.br/pregao-eletronico/.

GABRIEL JOSÉ TORRES DE MELO
Pregoeiro

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2025

A **Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP**, repres. p/ **Gerência de Administração de Recebíveis – GEARI**, aqui por diante denom. TERRACAP, realizará **LEILÃO PÚBLICO**, p/ Leiloeiro Of. **Carlo Ferrari**, p/ alienação dos imóveis, p/ maior oferta e no estado de ocupação/conservação que se encontram, c/ segue: **1º Leilão, dia 05/05/2025, e 2º Leilão, dia 06/05/2025, ambos c/ encerramento às 16h**. Local: **www.carloferrarileiloes.com.br**. **Bens:** 15 Imóveis, cuja relação completa se encontra no **ANEXO 1 – Detalhe dos Imóveis**, disponível na íntegra no site supra. **Pgto.**: À vista, no ato do leilão p/ meio de boleto ou TED; Financiado p/ TERRACAP, sendo que o valor sobejado e da entrada deverão ser pagos no ato do leilão p/ meio de boleto ou TED. Certidão de Crédito emitida pela TERRACAP poderá ser utilizada p/ quitação/amortização da arrematação, exceto o valor correspondente à entrada estabelecida. Fica vedado ao devedor fiduciante participar na forma financiado. Ao devedor fiduciário é assegurado o direito de preferência, até o 2º leilão, p/ aquisição do imóvel p/ preço corresp. ao valor da dívida, somado aos encargos e despesas, ITBI, laudêmio, e às despesas de cobrança e leilão, encargos tributários e despesas exigíveis p/ nova aquisição do imóvel, incluso custas e emolumentos. A não manifestação do devedor fiduciário até a arrematação do imóvel em leilão, será considerado não exercício do direito de pref. à compra. É de respons. do arrematante as pendências e todos os custos, impostos, taxas e tarifas que incidam sobre o imóvel. Comissão: 5% do lance vencedor. **Info.:** Tel. 0800 707 9272. **O presente edital, bem como seus anexos, encontram-se disponíveis na íntegra no site supramencionado.**

Edward Johnson Gonçalves de Abrantes
Diretor de Administração e Finanças – DIRAF/TERRACAP

COMANDO DA AERONÁUTICA
GRUPAMENTO DE APOIO DE BRASÍLIA

MINISTÉRIO DA **DEFESA**



AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90030/GAP-DF/2025

OBJETO: Aquisição de equipamentos e utensílios de copa e cozinha para a Seção de Nutrição do Hospital de Força Aérea de Brasília – HFAB, conforme quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 162 itens. Edital: 24/04/2025, a partir das 09h. Endereço: Sitio **www.gov.br/compras/pt-br** Entrega das Propostas: a partir de 24/04/2025 às 09h no Sitio **www.gov.br/compras/pt-br**. Abertura das Propostas: 08/05/2025, às 10h no sitio **www.gov.br/compras/pt-br**.

E-mail: gapdf.licitacoes2@gmail.com

NILO COELHO SARAIVA JÚNIOR Cel Int
Ordenador de Despesas do GAP-DF

JORLAN S/A VEÍCULOS AUTOMOTORES IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO
CNPJ/MF nº. 01.542.240/0001-80
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA VIRTUAL GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A diretoria convoca os senhores acionistas a se reunirem em assembleia virtual geral ordinária e extraordinária, a ser realizada no dia **30 de abril de 2025**, às **14:30**, mediante vídeo conferência, na plataforma Google Meet, no link: **https://meet.google.com/ypt-rpdi-pbg**, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2024; **(ii)** destinação de lucros e distribuição de dividendos; **(iii)** cessão de participações societárias para a acionista Orlando Carlos Participações Societárias Ltda.; **(iv)** aprovação de autorização para retirada de acionista pessoa física mediante cessão de participações para holding patrimonial da qual seja controlador, **(v)** alteração do art. 5º do estatuto social para refletir o atual capital social. Os acionistas poderão participar pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, desde que munido de: **(a)** documento de identidade e, se for o caso**, (b)** instrumento de mandato outorgado na forma da lei, há menos de um ano, devendo o procurador ser acionista, diretor da sociedade ou advogado. Os documentos descritos ou suas cópias autenticadas deverão ser depositados no departamento jurídico da companhia (Goiânia) ou encaminhados ao e-mail **juridico.go@jorlan.com**, com antecedência mínima de trinta minutos da realização da assembleia. Nesta última hipótese, os originais deverão ser entregues no primeiro dia útil seguinte, no mesmo local. Será considerado ausente o acionista que não se fizer presente na sala de reunião em até cinco minutos após do horário de abertura dos trabalhos ou que não apresentar os documentos exigidos neste edital. Brasília, 22 de abril de 2025. Por **Orlando Carlos da Silva Júnio**r e **Luís Fernando Machado e Silva** (diretores).

OCS INVESTIMENTOS S/A
CNPJ/MF nº 00.791.919/0001-**40**
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA VIRTUAL GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A diretoria convoca os senhores acionistas a se reunirem em assembleia virtual geral ordinária e extraordinária, a ser realizada no dia **30 de abril de 2025**, às **16:00**, mediante vídeo conferência, na plataforma Google Meet, no link: **https://meet.google.com/fgh-xvci-gqr**, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2024; **(ii)** destinação de lucros e distribuição de dividendos; **(iii)** aprovação de autorização para retirada de acionista pessoa física mediante cessão de participações para holding patrimonial da qual seja controlador.Os acionistas poderão participar pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, desde que munido de: **(a)** documento de identidade e, se for o caso, **(b)** instrumento de mandato outorgado na forma da lei, há menos de um ano, devendo o procurador ser acionista, diretor da sociedade ou advogado. Os documentos descritos ou suas cópias autenticadas deverão ser depositados no departamento jurídico da companhia (Goiânia) ou encaminhados ao e-mail **juridico.go@jorlan.com**, com antecedência mínima de trinta minutos da realização da assembleia. Nesta última hipótese, os originais deverão ser entregues no primeiro dia útil seguinte, no mesmo local. Será considerado ausente o acionista que não se fizer presente na sala de reunião em até cinco minutos após do horário de abertura dos trabalhos ou que não apresentar os documentos exigidos neste edital. Brasília, 22 de abril de 2025**. Por Orlando Carlos da Silva Júnior** e **Luís Fernando Machado e Silva** (diretores).

ATENÇÃO GESTOR
LEI Nº 14.230/2021
PUBLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS
A negativa de publicidade dos atos oficiais constitui ato de **IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**
É obrigatório a publicação das matérias legais e atos oficiais que envolvem processos licitatórios em Diários Oficiais e em **JORNAIS DIÁRIOS DE GRANDE CIRCULAÇÃO**
abra legal


MarceloChaves

@colunamarcelochaves
@marcelochavess
@marcelochaves
marcelochaves@grupojbr.com



Participação especial

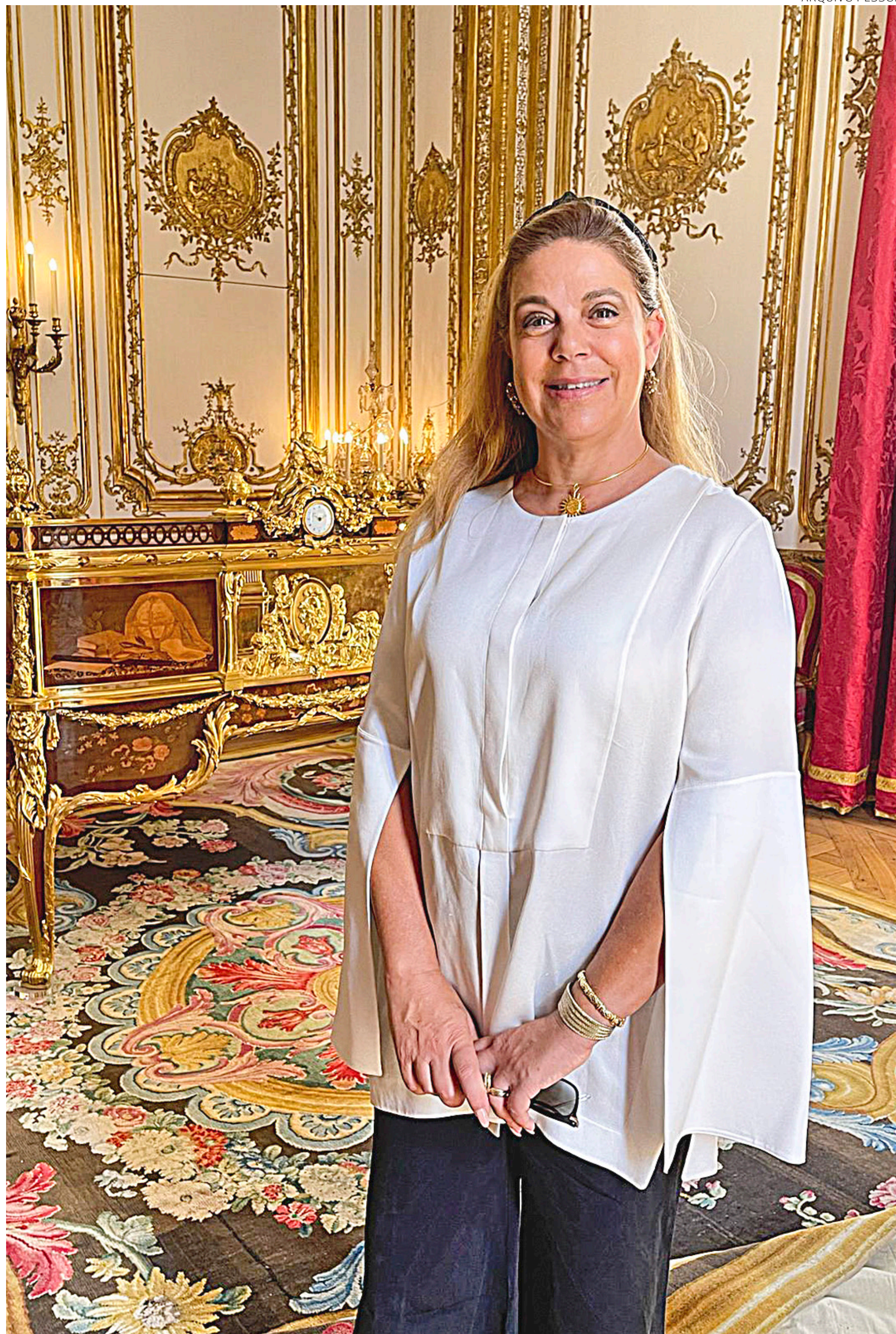
A princesa Alessandra Silvestri von Bismarck, escritora e curadora de arte brasileira, participa hoje de um importante painel em Paris, no Grand Palais. O encontro irá discutir o "Poder das Leis" no âmbito de proteção social e ambiental junto com a secretária-geral da Anistia Internacional, Agnès Callamard, e o Cacique Ninawa, que representa os 12 mil membros da etnia Huni Kuni do Acre.

A Conferência Change Now está reunindo líderes ambientalistas, políticos e empresas do setor de sustentabilidade. O encontro contará ainda com a presença da ex-presidente da Irlanda Mary Robinson, o ex-primeiro-ministro da França Laurent Fabius e Paul Watson, defensor da fauna marinha. O evento está sendo considerado um dos mais importantes e concorridos do segmento nesta temporada.

Integrante de uma influente família paulista, Alessandra é filha do industrial italiano Mario Silvestri e da advogada e procuradora do estado de São Paulo Ana Maria Boucinhas. Ela foi educada entre Roma e São Paulo, além de estudar Literatura Francesa na Universidade de Sorbonne, em Paris, Marketing na Universidade Americana de Paris, e na UCLA em Los Angeles, entre 1991 e 1995.

Muito bem relacionada na Europa e também no Brasil, Alessandra possui muitos amigos em Brasília, cidade que ela pretende visitar em breve. A escritora casou-se em Portugal, em 2016, com o príncipe Carl-Eduard von Bismarck, empresário, ex-membro do Parlamento alemão e tataraneto do chanceler Otto von Bismarck. Carl-Eduard também é chefe da casa de nobreza von Bismarck-Schönhausen, na Alemanha.

ARQUIVO PESSOAL



Princesa Alessandra Silvestri von Bismarck participa hoje de importante painel em Paris

Acusação

Escândalo de desvio de dinheiro em um condomínio residencial de alto padrão em Águas Claras virou caso de polícia. A ex-síndica do local está sendo acusada de desviar cerca de R$ 1 milhão. Após não ser reeleita, depois de mais de dez anos de gestão, o novo síndico fez um pente-fino nas contas do prédio, vindo a descobrir os desvios de valores. O caso, além da polícia, também foi parar na justiça.

Picapes

O DJ Edy, conhecido por tocar nas altas rodas da capital federal, agora pode ser ouvido pelo rádio, em especial no estado do Goiás. Edy participa todas as sextas-feiras, das 20h30 às 22h30, do programa *Mistura Fina*, na Rádio Cidade, 98.1 FM. Com duas horas de muita música, o DJ traz os melhores remixes dos anos 1970, 1980, 1990 e 2000. O melhor do Hip Hop e Dance Music eletrônico.

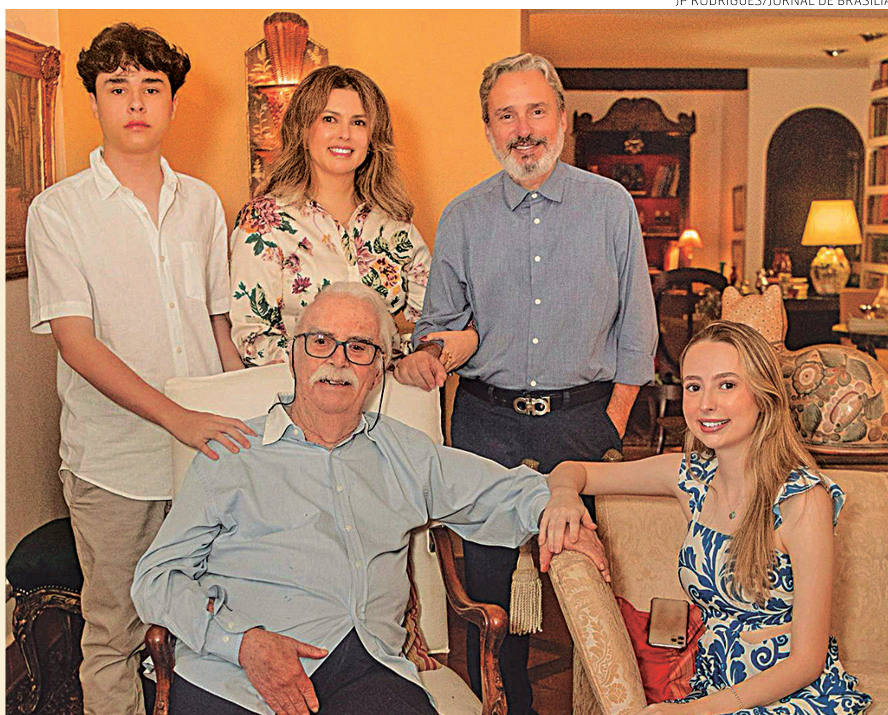
Recordar...

A deputada distrital Paula Belmonte relembra um momento muito especial vivido com a comunidade surda, nesta quinta-feira, dia que marca os 23 anos de vigência da chamada Lei da Libras. Dia para recordar o seu batismo por um grupo de estudantes surdos do Centro de Ensino Fundamental 7 de Ceilândia, que a presenteou fazendo um sinal. Episódio que deixou a parlamentar muito emocionada.

...é viver

Para os usuários da língua, receber um sinal significa que aquele indivíduo tem relevância para a comunidade surda. O gesto é feito na configuração da letra "P", com a ponta do dedo do meio passando pela bochecha, encerrando com a configuração de "A". "Mais do que 'gestos', a língua de sinais representa a inclusão das pessoas surdas. Uma forma de acesso à cidadania e aos direitos.

JP RODRIGUES/JORNAL DE BRASÍLIA



O advogado pioneiro Carlos Robichez Penna entre o neto Victor, a nora Aline, o filho Carlos e a neta Marina Robichez Penna

Páscoa recheada de histórias

O advogado pioneiro e procurador aposentado Carlos Robichez Penna, no alto de seus 90 anos, não deixa de realizar uma tradição em seu Domingo de Páscoa. O de reunir a família para um típico almoço em sua residência no Lago Sul, local onde reside desde 1964. Ele foi um dos primeiros moradores da região, para onde se mudou com Arlette Pujol, de quem é viúvo. O ex-presidente e fundador de Brasília Juscelino Kubitschek foi padrinho de casamento do casal.

No encontro do último domingo, além de brindar a Páscoa, relembrando em especial o legado deixado por Jesus Cristo, o pioneiro advogado também relembrou inúmeras histórias de Brasília, na véspera da capital completar 65 anos, muitas das quais acompanhou de perto. Acontecimentos que dariam um livro recheado de episódios interessantes de quem acompanhou de perto e contribuiu para o crescimento e consolidação da capital de todos os brasileiros.

Hambúrguer

Brasília se prepara para receber um dos eventos gastronômicos mais aguardados do ano: o Burger Land Festival. Entre os dias 24 e 27 de abril e 30 a 4 de maio, das 12h às 23h, a Praça Lúcio Costa, em frente ao Shopping Conjunto Nacional, será palco de uma verdadeira celebração do hambúrguer, reunindo mais de 15 estações de comida e de bebida.